UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

KETHELEEN VIEIRA DA SILVA

O MAR ESCOLHE SEUS PESCADORES PELO CORPO:
Experiência coletiva, transmissão e saber-fazer na comunidade de jangadeiros do
Iguape/CE

São Cristóvão/SE

2025

KETHELEEN VIEIRA DA SILVA

**O MAR ESCOLHE SEUS PESCADORES PELO CORPO:
Experiência coletiva, transmissão e saber-fazer na comunidade de jangadeiros do
Iguape/CE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), como requisito final para obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Frank Nilton Marcon

São Cristóvão/SE

2025

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

S586m Silva, Ketheleen Vieira da
O mar escolhe seus pescadores pelo corpo : experiência coletiva, transmissão e saber-fazer na comunidade de jangadeiros do Iguape/CE / Ketheleen Vieira da Silva ; orientador Frank Nilton Marcon. – São Cristóvão, SE, 2025.
154 f. : il.

Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2025.

1. Sociologia. 2. Pesca artesanal – Aquiraz (CE). 3. Jangadeiros. 4. Comunidades - Ceará. 5. Experiência – Aspectos sociológicos. I. Marcon, Frank Nilton, orient. II.

KETHELEEN VIEIRA DA SILVA

**O MAR ESCOLHE SEUS PESCADORES PELO CORPO:
Experiência coletiva, transmissão e saber-fazer na comunidade de jangadeiros do
Iguape/CE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), como requisito final para obtenção do grau de mestre Área de Concentração: Sociologia

Data de Aprovação: __/ ____/ ____

Prof. Dr. Frank Nilton Marcon (UFS)

Prof. Dr. Marcelo Alario Ennes (UFS)

Prof. Dr. Luiz Gustavo Pereira de Souza Correia (UFS)

Sempre pensara em ir caminho do mar. Para os bichos e rios nascer já é caminhar.

Eu não sei o que os rios têm de homem do mar; sei que se sente o mesmo e exigente chamar.

João Cabral de Melo Neto, O rio

AGRADECIMENTOS

Na pesca marítima, por mais habilidoso e profissional que seja o jangadeiro seu trabalho nunca é resultado apenas de sua singularidade, pois o desenvolvimento de todas as práticas que envolvem sua apropriação e (re)produção são fruto de redes tecidas coletivamente. Da mesma forma se apresenta o trabalho acadêmico, e essa dissertação carrega o resultado da extensão de uma trajetória complexa, trazendo em seus fios tantas redes, histórias, mestranças, pertença e tantos outros elementos que marcaram profundamente a jornada trilhada até aqui.

Todos os que me atravessaram no processo de confecção deste material fizeram parte da grande jangada de minha vida, e com toda certeza não conseguirei dar conta de saudar a todos nesse pequeno espaço, mas saibam que jamais esquecerei da generosidade que acompanhou tantas trocas nos territórios dos quais passei. Aos que continuam vivos na minha memória, meus tios Zito, Mano e Tiniu obrigada por afagarem a minha teimosia, e meu avô Neco carpinteiro, que plantou na minha infância a seguinte frase: “*quem tem sangue de jangadeiro nunca bate longe do pesqueiro*”, e só na fase adulta tal enunciado fez tanto sentido, (*in memoriam*).

Aos mestres pescadores do território do Iguape, que foram padrinhos afetivos durante todo o processo de estadia e imersão na comunidade: João Nojosa; José Silva; Antônio Banqueiro, Airton Souza; Wilton Rocha; Antônio Moela; César Pereira; Francisco Pacheco; Daniel Santos; Gilmarlon Rocha; Adriano Barreto; Raimundo Souza Francisco Correia; Emanuel Oliveira; Erivaldo Ferreira; Gilmárcio Rocha; Jonas Santos; Tobias Silva; José Pacheco e Lucas Nojosa. Obrigada por tanta escuta, respeito, pela confiança conquistada, e por tanta generosidade direcionada a minha pessoa, sem vocês nada disso seria possível!

A Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por me ter oportunizado a condição de bolsista durante a realização do curso de Mestrado. O investimento concedido foi fundamental para os processos de confecção da pesquisa, sem vocês esse trabalho também não seria possível, meu muitíssimo obrigada!

Aos mestres já aposentados, mas que por muita gentileza e empatia disponibilizaram seu tempo, escuta e presencialidade para dar amplitude as minhas inquietações de jovem pesquisadora. Especialmente aos professores: Lourdes Furtado (PPGSA/UFGA); Fernando Lourenço (PPGCS/Unicamp) e Miguel Sávio Braga (LABOMAR/UFC), obrigada por terem plantado em mim esperança naquilo que a gente acredita, por terem enfatizado tantas vezes (“você é uma pesquisadora Ketheleen, jamais esqueça disso!”), saibam que transformaram

profundamente minhas lentes de sensibilidade.

Aos professores da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), especialmente os docentes do departamento de Ciências Sociais e Educação: Jonatas Ferreira; Paula Santana; Eliane Veras; Cristiano Ramalho; Silke Weber; Orquídea Guimarães e Cassius Cruz. Pela generosidade de ter marcado meus percursos iniciais de pesquisa, por tantos ensinamentos que ultrapassam os muros do espaço acadêmico, jamais esquecerei as trocas profundas e aprendizagens.

A Ramona Raíssa do Nascimento Guerra, por ser essa pessoa acolhedora e respeitosa, que me ajudou a mestrar a jangada que foi essa pesquisa, pela genuinidade da escuta, além da partilha de tantos conselhos, encaminhamentos e demais cuidados afetivos que impulsionaram minha jornada. Com toda certeza foram os nossos momentos de desague os ingredientes necessários para que eu chegasse até aqui, meu muitíssimo obrigada, por ter acreditado quando eu mesma duvidei.

A Universidade Federal de Sergipe, em especial aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFS): Eder Malta; Ivan Barbosa; Vilma Barbosa; Fernanda Petrarca; Marina Sartore e Luis Gustavo. Obrigada pelas trocas, ensinamentos e aprendizagens que fogem o currículo formativo, com toda certeza jamais esquecerei de todas as experiências sentidas e vividas com todos vocês.

Ao professor e orientador Dr. Frank Nilton Marcon, que com sua sabedoria acumulada na prática da mestrança me permitiu descortinar uma outra lente de sensibilidade, aprender caminhos sociológicos e perceber experiências que foram fundamentais para além da condição de pesquisadora.

A Anthony Nunes por tantas conversas profundas, pelas vezes que nos emocionamos diante das agruras da vida, por tantos fios de escuta e afeto que se desmancharam em boas risadas nos fins de tarde. Pela confiança, por ter o privilégio de poder contar você nas teias do meu afeto, saiba que nessa jangada sempre haverá lugar pra nossa mestrança coletiva. Meu vento brando, minhas experiências ganharam novos caminhos nessa partilha do cuidado que encontrei na sua amizade, boas marés pra nós e muito Axé!

Aos amigos de longa caminhada, sonhos, utopias coletivas, decepções (essas, por felicidade foram poucas), aos quais tive o privilégio de ter desde a infância do meu lado: Francine Oliveira; Daniele Monteiro; Elias Santos e Mariana Moreira. Obrigada por tantas viagens embarcadiças que essa vida me proporcionou, sem vocês a força que tenho hoje jamais teria sido lapidada!

A dona Fabiana Vieira e Clara Vieira por serem o destinatário seguro do meu afeto,

obrigada pelos puxões de orelha sempre carregados de muita comédia e alegria. E também por ter criado as condições do meu amadurecimento, sem vocês o sentido de toda essa jornada ficaria esvaziado. Amo vocês!

A minha bisavó, dona Izabel Vieira (*In memoriam*), por ter me feito gente! Lembro ainda das minhas primeiras furadas nas mãos enquanto tratava o peixe que vinha da pescaria, das técnicas sofisticadas que você me ensinou, das aprendizagens das marés, dos ventos, do mal tempo. Por conta das coisas que aprendi com os pés no mangue, permaneci caminhando, ou como a senhora mesmo dizia “teimando né, menina maluvida?”, te amo pra sempre!

A Laura Cintra, por ter sido a proa da minha jangada e topado compartilhar comigo tantas mestranças ao longo dessa jornada, jamais terei como agradecer por todas as vezes que você salvou esse embarcação que orienta a minha vida. Grata pelos momentos de deságue, pelo respeito e escuta, e pelas vezes que mesmo sem ter rumo você me acolhia com todo cuidado do mundo, que as marés te devolvam toda as aventuras no seu caminho, meu pesqueiro alto! Aos homens e mulheres do Iguape, que fazem da pesca artesanal uma experiência coletiva, tradição robusta que ganha todos os dias uma rota diferente, mas que repousa suas jangadas sempre no mesmo pesqueiro. Obrigada pela bem aventura de ter vocês na vida, e por tantas cuias de pirão mexido com pimenta que salvaram os dias que as marés estavam altas demais pra minha experiência, tudo isso é nosso!

“[...] A vida de embarcação ensinava muita coisa. Embarcação mudava de cara, de jeito de ver e de ouvir. Era que o mundo e o mar ensinavam, viravam o corpo e a alma dos que se metiam com eles. ”

(José Lins do Rêgo, 2021, p.120)

RESUMO

O objetivo principal desta pesquisa se assenta em analisar o fenômeno do ingresso dos jangadeiros no ofício artesanal da pesca, partindo das convenções cotidianas que mobilizam no território o envolvimento das distintas gerações de trabalhadores marítimos. Sendo este fenômeno compreendido como uma experiência coletiva, vivenciada na comunidade do Iguape, região litorânea do município de Aquiraz, no estado do Ceará. Em específico, buscamos compreender como os mestres dessa localidade, a partir das relações de parentesco e compadrios, mobilizam práticas culturais específicas que forjam cotidianamente as condições necessárias para os jovens tornarem-se jangadeiros, sendo as marcas desta transmissão impressas o território, no corpo e imaginário social desses homens. O que nos levou a refletir sobre os significados destas convenções na comunidade, principalmente por entender que para os jangadeiros da região investigada estas práticas são responsáveis por articular os processos de autorreconhecimento deles no ofício. Para dar conta de tais problemáticas, nos orientamos pelo método compreensivo, assim como, utilizamos por base metodológica a entrevista narrativa para compreender os significados atribuídos por esses sujeitos ao desdobramento cotidiano desse fenômeno. O trabalho de campo, o uso de fotografias e demais materiais de pesquisa foram essenciais para o tecimento das discussões em questão.

Palavras-chave: Jangadeiros; experiência coletiva; corpo; transmissão geracional.

ABSTRACT

The main objective of this research is to analyze the processes by which rafters enter the artisanal craft. This phenomenon is a collective experience lived by fishermen from different generations in the community of Iguape, a coastal region in the municipality of Aquiraz, in the state of Ceará. Specifically, we sought to understand how the masters of the territory, based on kinship and brotherhood relations, mobilize specific cultural practices that forge the necessary conditions for young people to become fishermen daily, with the marks of this transmission being imprinted not only throughout the territory but also on the bodies and social imaginary of these men. To deal with these issues, we used the comprehensive method and narrative interviews to understand the meanings attributed by these individuals to the daily unfolding of this phenomenon. Fieldwork, photographs, and other research materials were essential for weaving together the discussions in question.

Keywords: raftsmen; collective experience; body; generational transmission.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
O problema de Pesquisa	20
A Comunidade do Iguape.....	23
Divisão dos Capítulos	28
CAPÍTULO 1 - O PESQUEIRO É O MAPA DO PESCADOR, TEM QUE SABER ESCOLHER!: PROCESSOS E PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS.....	29
Os Jangadeiros no Brasil.....	31
A Pesquisa de Campo na Comunidade de Iguape.....	50
CAPÍTULO 2 - O CORPO DO PESCADOR É IGUAL A JANGADA, PRECISA TER MANOBRAS E EXPERIÊNCIA! TORNAR-SE JANGADEIRO NA PESCA ARTESANAL MARÍTIMA DO IGUAPE.....	64
Comunidade Jangadeira: Sociabilidades e Experiências Compartilhadas	66
O Corpo Jangadeiro: Aprendizado, Iniciação e Reconhecimento	84
A Mestrança: Saber, Experiência e Liderança.....	96
CAPÍTULO 3 - “NO SECO QUANTO NO MAR! AQUI EM TODO LUGAR SE APRENDE A SER JANGADEIRO: A TRANSMISSÃO DO SABER-FAZER NO IGUAPE	101
As práticas pesqueiras do <i>Seco</i>	110
Os entremeios do ofício jangadeiro.....	122
Os botes artesanais	128
ENCAMINHAMENTOS FINAIS	141
REFERÊNCIAS	147
BASE DE DADOS.....	156
BOLETINS.....	156
DOCUMENTOS JURÍDICOS.....	156

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Retorno das jangadas, Iguape/CE.....	26
Fotografia 2 - A jangada de Piúba	35
Fotografia 3 - O rito da partida marítima	36
Fotografia 4 - Jangadas do Iguape/CE.....	62
Fotografia 5 - Paquetes do Iguape/CE.....	63
Fotografia 6 - A praia do Iguape/CE (Sábado dia anterior a feira – 19/06/2024).....	67
Fotografia 7 - A feira do peixe – Comunidade do Iguape/CE (20/06/2024).....	71
Fotografia 8 - Pintura encontrada na sala do entrevistado – “A vida de pescador”	73
Fotografia 9 - Os ritos cotidianos da saída pro mar – Praia do Iguape/CE.....	75
Fotografia 10 - O dia do mergulho – Praia de Iracema/CE	87
Fotografia 11 - Aprendendo a qualidade da Vela – Praia do Iguape/CE	88
Fotografia 12 - Esticando a vela da jangada – Comunidade do Iguape/CE.....	89
Fotografia 13 - Aprendendo a qualidade das redes – Comunidade do Iguape/CE	89
Fotografia 14 - Manutenção das jangadas – Caiçara do Iguape/CE	90
Fotografia 15 - O gingar da linha para captura do peixe – Praia do Iguape/CE	92
Fotografia 16 - Os acidentes diários nas mãos dos pescadores 1 – A linha de pesca.....	92
Fotografia 17 - Os acidentes diários nas mãos dos pescadores 2 – A linha de pesca.....	93
Fotografia 18 - Criança brincando a beira mar com sua jangada 1.....	112
Fotografia 19 - Criança brincando a beira mar com sua jangada 2.....	113
Fotografia 20 - Ensaizando o coco na Colônia de pesca	115
Fotografia 21 - Os trajés de ticum (memória jangadeira)	116
Fotografia 22 - “Dia do pirão mexido” Socialização no barracão do Iguape/CE.....	119
Fotografia 23 - César consertando jangadas 1	120
Fotografia 24 - César consertando jangadas 2.....	121
Fotografia 25 - O entalhar do peixe 1 - Pescador Gilmarlon Rocha (Iguape/CE)	122
Fotografia 26 - O entalhar do peixe 2 - Pescador Gilmarlon Rocha (Iguape/CE)	123
Fotografia 27 - Corrida de Jangada 1	125
Fotografia 28 - Corrida de Jangada 2	125
Fotografia 29 - A chegada da regata – Iguape/CE.....	127
Fotografia 30 - Os preparos da partida para o mar	131
Fotografia 31 - A linha de corso e o corpo do pescador 1	133
Fotografia 32 - A linha de corso e o corpo do pescador 2.....	133
Fotografia 33 - Os jovens participando da saída jangadeira	135
Fotografia 34 - O jangadeiro preparando a embarcação para pescar.....	137
Fotografia 35 - Seu Luciano no “ponto dos jangadeiros”	139

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Grupo virtual 1 com pescadores do Iguape/CE	55
Imagem 2 - Grupo virtual 2 com pescadores do Iguape/CE.....	55
Imagem 3 - A feira do peixe – Praia do Iguape/CE.....	69
Imagem 4 - Os significados da experiência	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Mapeamento das tipificações de embarcação por município do Ceará, 2021.....	24
Tabela 2 - Identificação dos mestres pescadores do Iguape/CE, entre julho e agosto de 2023.....	59
Tabela 3 - Identificação dos jangadeiros jovens do Iguape/CE, em junho de 2024.....	59
Tabela 4 - Atividades secundárias dos mestres jangadeiros do Iguape/CE, entre julho e agosto de 2023	60
Tabela 5 - Atividades secundárias dos jovens pescadores do Iguape/CE, em junho de 2024.....	60
Tabela 6 - Tipo de técnica utilizada na pesca marítima do Iguape/CE, em junho de 2024.....	61
Tabela 7 - Grau de instrução e faixa etária dos jangadeiros do Iguape/CE, em junho de 2024	107

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Divisão distrital dos bairros do Município de Aquiraz.....	24
---	----

INTRODUÇÃO

Segundo a Lei Nº 11.959 de Junho de 2009, considera-se pesca artesanal toda atividade desenvolvida por pessoas que vivem em comunidades tradicionais e que realizam sua produção em pequena escala, sem visar grandes exportações comerciais de alta proporção. Sendo sua atividade para fins de consumo familiar e venda local, considerando também como parte de sua prática, os trabalhos de confecção, manutenção de artes e apetrechos de pesca, como os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal (Brasil, 2018).

O saber-fazer artesão dessas pessoas compreende um conhecimento construído por meio de múltiplas relações, por elos nutridos coletivamente, ora com familiares, mas também com amigos, vizinhos, compadres, e demais pessoas que compõem a comunidade. Quer dizer, ser pescador significa igualmente ser fruto de redes complexas que, por sua vez, se desdobram e orientam os sentidos de tais laços, sendo esses significados partilhados com todos aqueles pertencentes ao território.

Nesse sentido, o território compreende um lugar de suma relevância no que se refere aos processos de transmissão e (re)produção dos modos de vida artesanais, pois nele são conjugados os valores morais que dão sustentação a tradição pesqueira. Sendo o imaginário social dos pescadores, pescadoras e demais moradores, atravessados pela rede de significados que são construídas coletivamente nesse lugar, e sob essa perspectiva, tratar dos jangadeiros e seu complexo saber-fazer exige a reflexão sobre a indissociabilidade da relação estabelecida entre comunidade, corporeidades e os trabalhadores do mar.

A presente pesquisa teve como objetivo principal investigar o fenômeno do ingresso dos jangadeiros de distintas gerações na pesca marítima, em específico, os jangadeiros do Iguape, comunidade situada na extensão litorânea do município de Aquiraz, cidade localizada no estado do Ceará. Sendo esses homens do mar, atores que desenvolvem suas atividades produtivas em três subdivisões territoriais, sendo esse ambiente natural demarcado por eles de Mar de fora (marítimo), oposto do Mar de dentro (estuário) e lá forão (barrancos), utilizando-se ainda de um bote chamado de jangada, embarcação responsável pela (re)produção desse saber-fazer pesqueiro.

Além das demarcações marítimas destacadas, há também convenções artesanais que são articuladas pelos jangadeiros no “seco”, sendo estas desdobradas em pequenas barracas a beira

mar, denominadas por eles de caiçaras¹. Cabe destacar, que embora as caiçaras sejam os locais mais comuns utilizados pelos trabalhadores do mar, há diversas práticas que os envolvem em processos de apropriação e (re)produção do saber-fazer que acontecem em toda a comunidade do Iguape, mobilizando jangadeiros a partilharem experiências distintas no cotidiano.

Investigar o fenômeno do ingresso na atividade pesqueira compreende uma oportunidade de pesquisa enriquecedora para o campo das Ciências Sociais, mais intimamente, para os estudos que orbitam sob os modos de ser e saber-fazer das gentes do mar. Principalmente porque a pesca conjuga práticas plurais e heterogêneas em seus movimentos de confecção e (re)produção, ganhando personalização conforme mudamos de região, município ou, até mesmo, de uma comunidade para outra.

E sob essa perspectiva, ao nos debruçar sobre a tradição de ser jangadeiro na comunidade do Iguape, analisando os processos de ingresso dos trabalhadores no ofício marítimo, estamos esmiuçando uma realidade dinâmica carregada de complexidades neste território. Principalmente, porque no cotidiano as conversões culturais que forjam as condições necessárias para a composição das tripulações, são atravessadas por relações de poder, hierarquias, critérios específicos, entre outras ações mobilizadas pelos mestres de jangada para continuar (re)produzindo os valores morais que orientam esse saber-fazer.

Sendo assim, tonar-se jangadeiro no Iguape está longe de ser um ofício passivo ou carregado de relativismos culturais, principalmente porque se inserir nessa atividade exige dos trabalhadores do mar certa sofisticação dos saberes bionaturais, fluviais, técnicos, entre outros conhecimentos que imprimem no corpo suas travessias. E são tais conversões, que dão polimento a ideia de reconhecimento coletivo desses homens perante a atividade que executam, pois cabe destacar que nem todo pescador do território em questão alcança a condição de mestre jangadeiro, no entanto, os trabalhadores de jangada dominam os saberes artesanais inerentes a pesca marítima.

Foi tecendo reflexões sobre os processos de ingresso dos jangadeiros do Iguape na pesca marítima que elaboramos as seguintes inquietações: Como os jangadeiros de distintas gerações compreendem o fenômeno do ingresso? Como os mestres contribuem para a inserção dos jovens neste ofício? E, por fim, como os espaços terrestres e marítimos são articulados em comunidades de jangadeiros como a Iguape, no que diz respeito aos processos de transmissão

¹ As caiçaras são locais tradicionalmente espalhados pelas praias em comunidades tradicionais, nesse lugar os pescadores costumam consertar embarcações, fazer manutenção em instrumentos de pescaria e também conversam com os companheiros do mar sobre as atividades produtivas. Um lugar legítimo de transmissão do saber-fazer marítimo.

dos saberes artesanais?

As reflexões provocadas anteriormente costuram, em partes distintas, a mesma malha a qual nos propomos a investigar: o ingresso dos jangadeiros na pesca marítima. Ao trazer para nossa análise o recorte de gerações, buscamos qualificar ainda mais a nossa pesquisa, isso porque no território em questão há uma íntima relação estabelecida entre mestres e jovens nos processos de apropriação e (re)produção dos modos de vida pesqueiros, costurar essas distintas experiências partiu da premissa de que a diversidade dos relatos orientados por um recorte das gerações ampliaria as lentes de discussão sobre a inserção na atividade pesqueira.

Sob essa perspectiva, nosso desenho metodológico organizou-se da seguinte maneira: inicialmente, pelo método compreensivo de Max Weber (2004), especificamente, pela teoria da ação do autor, que nos possibilitou esmiuçar as ações do cotidiano pesqueiro e as relações sociais que contribuem para a sustentação da inserção e (re)produção das atividades na comunidade. O lugar tomado como lócus de nossa investigação foi a comunidade do Iguape, região localizada no litoral do município de Aquiraz, cidade posicionada a aproximadamente 32km da capital cearense.

O recorte do nosso estudo foi de base qualitativa, sendo os moldes de sua orientação pensados a partir do uso da observação participante, cadernos de campo e entrevistas abertas subdivididas por tópicos. Sendo estes eixos de perguntas categorizados por: (a) descrição do processo de aprendizagem pesqueira; (b) relações sociais responsáveis por mobilizar o ingresso; (c) técnicas e instrumentos utilizados na apropriação do saber-fazer; (d) tipo de pescaria desenvolvida; (e) marcadores do processo de aprendizagem no corpo; (f) função social desenvolvida na jangada; (g) possíveis conflitos na organização e produção de trabalho; (h) compreensão subjetiva do território e da pesca; entre outros elementos que foram operados a partir das conversas espontâneas com os nativos da comunidade.

Ao orientar as entrevistas partindo desses segmentos destacados anteriormente, buscamos compreender como os jangadeiros de gerações distintas analisam seu processo de inserção na atividade marítima, esmiuçando seu processo de aprendizagem, as relações responsáveis por provocar tal interesse e os instrumentos, técnicas e embarcações utilizadas dentro da atividade. Somado a isso, também buscamos captar as conexões entre o saber artesão e as corporalidades nesse movimento de se apropriar dos conhecimentos pesqueiros inerentes a produção marítima, interpretando, assim, as redes de significados atribuídas pelos nativos.

Cabe destacar que o trabalho de campo também foi costurado às nossas perspectivas metodológicas, pois foram com as imersões que conseguimos dar amplitude aos fenômenos que foram sendo investigados. Além disso, “as praias são, por excelência, os locais de onde partem

e para onde voltam, dia após dia, as embarcações dos pescadores artesanais (Tassara, 2005, p.27)”, e, por essa razão, são lugares de alta complexidade investigativa, visto que toda uma comunidade tem sua vida mergulhada a esses territórios.

Para além da mobilização das entrevistas e observação participante durante as imersões na comunidade do Iguape, cabe dar ênfase também ao papel formativo dos cadernos de campo utilizados nos encontros. Principalmente porque as categorias de análise que compuseram as discussões da presente pesquisa foram construídas a partir desse processo de revisitação das falas registradas espontaneamente.

Sendo assim, tais categorias nativas mencionadas pelos trabalhadores do mar nas conversas espontâneas realizadas na comunidade, contribuíram para maiores aprofundamentos do fenômeno investigado. Ou seja, é nesse encontro do revisitar o produzido com o analisar o sumo desses elementos que os diários de campo se apresentam como instrumentos de pesquisa enriquecedores, principalmente, nesse movimento de confecção da escrita.

Diante do exposto, aprofundaremos mais adiante o problema sociológico que orienta a presente pesquisa, discutindo, principalmente, as redes e relações que me atravessaram enquanto pesquisadora e foram também responsáveis por semear em meu imaginário boas provocações que, mais tarde, teceram as bases investigativas necessárias para o desague dessa dissertação.

O problema de Pesquisa

“A tradição então, não é o passado que sobrevive no presente, mas o passado que, no presente, constrói as possibilidades de futuro.”
(Woortmann, 2018, p. 17).

O enunciado destacado se trata de uma passagem posta pelo sociólogo Klaas Woortmann (2018) em seus estudos sobre campesinato e relações de parentesco. Ao investigar sobre a ordem moral responsável por orientar os elos estabelecidos entre pequenos agricultores com a terra, o intelectual percebeu que havia uma continuidade ética na (re)produção das relações que sustentavam a economia campesina.

Sob essa perspectiva, o autor chama atenção para os processos de inserção de pessoas distintas na base produtiva da terra e na rede das transações comerciais dos produtos, demonstrando que a legitimação dos acordos sofre mudanças caso o comprador fosse parente de quem comercializava. Quando ele diz “com parente não se neguceia” (WOORTMANN, p.38), fazendo menção a um relato do produtor entrevistado, esmiuça, com muita qualidade, a existência de princípios morais que detém força norteadora e que, com frequência, antecedem

qualquer fechamento dos negócios.

Tal princípio moral toca na esfera do afetivo/subjetivo, de tal modo que, para finalizar uma negociação, o agricultor campesino levaria em conta não somente o dinheiro, mas a consideração pessoal por alguém. E se fosse de mesmo vínculo de parentesco, este outro não poderia receber as mesmas condições de transação que um “de fora”. Essas estruturas que organizam os sistemas sociais dentro do campesinato aproximam-se da pesca artesanal marítima no quesito da manutenção da tradição, principalmente, quando pensamos nos processos de inserção dos trabalhadores do mar no ofício.

Um exemplo expressivo que faz parte dessa ordem moral presente tanto no campesinato quanto no contexto pesqueiro, está posto na forma como os mestres do Iguape articulam seus processos de transmissão do saber-fazer para com os jovens jangadeiros. A mobilização dos mais velhos para inserir trabalhadores jovens nas equipes embarcações, também se orienta por uma ética costurada na subjetividade, e mesmo quando não pertencem a um parentesco biológico de vir da mesma família, constroem relações comunitárias que forjam elos profundos, unidos por uma relação complexa e atravessada por aquele território.

No Iguape, são os mestres os responsáveis por estabelecer os critérios de composição nas tripulações embarcações, acompanhando os demais jangadeiros não somente no que toca ao processo de captura produtiva em si, mas também nas convenções cotidianas inerentes a pesca marítima. Por trás da condição de ser jangadeiro, há uma cadeia complexa de saberes, técnicas, formas de ser e saber-fazer sofisticados, e todos esses processos são maturados de maneira contínua no território sob a orientação dos mesmos, sendo o corpo desses atores a base de impressões onde tantas experiências coletivas são polidas e aprimoradas.

Sob essa perspectiva, enfatizamos que as convenções artesanais articuladas tanto no seco (terra) quanto no molhado (mar) inerentes a pesca marítima, são a base de sustentação do processo de tornar-se jangadeiro, pois dentro dessas práticas há toda uma articulação entre território, corpo, imaginário e tradição, entre outros elementos que compõem esse universo. Sendo assim, ao analisar o ingresso dos jangadeiros em seu ofício marítimo estamos nos debruçando sobre as estratégias mobilizadas por esses trabalhadores do mar não só para se inserir na atividade artesanal, mas também as condições que foram mobilizadas para que a tradição encontrasse no presente condições de futuro.

Principalmente, porque a sofisticação encontrada no saber-fazer dos jangadeiros se assenta justamente na capacidade deles de (re)criar as formas de apropriar-se do território e dos processos produtivos pelo alto conhecimento da natureza. Sendo os mestres de jangada, os atores responsáveis por transmitir por meio da partilha coletiva estabelecida no cotidiano parte

significativa dessa cadeia de convenções artesanais.

Sob esta perspectiva, realçamos a importância do grupo empírico trazido nessa pesquisa, pois os jangadeiros desenham sua cultura pesqueira no território nacional há aproximados quatro séculos, sendo, inclusive, “os primeiros pescadores artesanais por excelência, por serem essencialmente pescadores marítimos e pelo fato de utilizarem embarcações de características próprias e bastante típicas, conhecidas pelo nome de jangadas.” (Tassara, 2005, p. 36).

A praia sempre foi um lugar de fertilidade para as minhas reflexões. Quando os cadernos de campo e os aportes teóricos pareciam estar desconectados dos meus sentidos, era sentada a beira mar, observando os ritos cotidianos, que as investigações encontravam uma costura mais sofisticada. Inserida nesse espaço, inclusive nos momentos de exploração turística, me debrucei sobre a complexidade da citação destacada por Klaas Woortmann (2018), a (re)produção de determinadas tradições que, mesmo tendo sido fecundadas ancestralmente no passado, encontram no presente elos de nutrição tão profundos a ponto de criar condições de sua perpetuação no futuro.

Foi acompanhando os ritos cotidianos na comunidade do Iguape, que pudemos nos debruçar sob as produções de outros/as cientistas sociais, e assim compreender o enriquecimento do processo de ingresso como um fenômeno investigativo no campo sociológico. Principalmente porque, a partir dele, torna-se possível analisar as permanências e rupturas dessa tradição artesanal de ser jangadeiro numa comunidade interétnica. Inclusive, por identificar continuidade nas formas de pescar, nos instrumentos, nas espécies capturadas, nas embarcações usadas, nos apetrechos, entre outros elementos que compõem a cultura pesqueira desses homens do mar.

Para além disso, há também uma relação íntima estabelecida entre os jangadeiros do Iguape, corporeidades aplicadas a atividade pesqueira e o bote artesanal e tais elos possuem repertórios distintos quando analisamos o fenômeno da inserção com ênfase nas gerações. Ou seja, a entrada na produção artesanal enquanto objeto investigativo oferece uma oportunidade enriquecedora de compreender como foram e ainda são articuladas as estratégias de confecção e (re)produção dessa expressão de modo de vida marítimo impresso no litoral nordestino há tanto tempo.

Tal proposta possui relevância, principalmente, por trazer uma pesquisa que vai na contramão de alguns argumentos expostos muitas vezes em debates acadêmicos de outras áreas, nas quais há discursos carregados de estereótipos, que conjugam a pesca artesanal como uma atividade fadada a acabar, dando ênfase a saída dos pescadores como uma engrenagem de sustentação a tais falas. Algo que, de fato ocorre, assim como em qualquer ofício atravessado

por conflitos estruturantes provocados pelo avanço do capitalismo neoliberal e seus inúmeros projetos de destruição. Mas, algo também importante é perceber aqueles que continuam criando condições de continuidade das práticas pesqueiras.

Diante disso, o fenômeno do ingresso se insere nesta pesquisa como a base central das investigações. Primeiro, por entender que esse movimento não configura um processo homogêneo, pois são muitas e distintas as razões que contribuem para tal cenário. E, segundo, por se tratar de uma experiência coletiva, onde os saberes artesanais construídos numa comunidade pesqueira são sedimentados na trajetória de cada pescador por meio das múltiplas relações sociais estabelecidas com parentes, amigos, compadres, vizinhos e demais pessoas que fazem parte daquele território, sendo o corpo dos jangadeiros base de lapidação contínua que acompanha as transformações do saber para a pescaria.

A Comunidade do Iguape

O distrito de Jacaúna, popularmente reconhecido como Iguape, compreende uma área de fácil descolamento. O acesso ao distrito pode ser realizado por transporte público ou de carro, saindo da CE-040, em Fortaleza, e seguindo pela CE-043, esse caminho levará a localidade do Fagundes e, posteriormente, dará o acesso as praias do Iguape, Presídio e Barro Preto (Carneiro, 2010). A comunidade possui popularidade devido suas belezas naturais, sendo bastante frequentada nos períodos de alta estação como, por exemplo, nos meses de janeiro, fevereiro, junho e dezembro, estações em que o turismo ganha destaque em Aquiraz (Deprez, 2015).

Além disso, o Iguape compreende uma localidade de expressividade territorial, isto porque a comunidade está localizada no bairro de Jacaúna, um distrito que ocupa parte significativa da extensão litorânea de Aquiraz, representado pelo tom do lilás ao lado da linha azul em destaque (MAPA 1). Sendo reconhecida, não só pela riqueza natural da praia em si, mas também devido à alta diversidade de expressões culturais ligadas as populações tradicionais que vivem na região, ou seja, “as praias são, por excelência, os locais de onde partem e para onde voltam, dia após dia, as embarcações dos pescadores artesanais” (Tassara, 2005 p. 27).

Mapa 1 - Divisão distrital dos bairros do Município de Aquiraz

Fonte: Prefeitura, 2023

Segundo a colônia de pesca responsável pelo município de Aquiraz (Z-9), estima-se que há aproximadamente cerca de 800 pescadores artesanais registrados na cidade, sendo a distribuição quantitativa desses trabalhadores variáveis, pois cada localidade possui dinâmicas próprias em relação ao trabalho pesqueiro. Cabe ressaltar, que esta cidade ocupa o terceiro lugar com maior expressividade de embarcações artesanais do Estado do Ceará, sendo as jangadas e paquetes os botes com maior destaque de mobilização (TABELA I).

No que se refere a praia do Iguape, há em torno de 50 jangadas cadastradas, no entanto, cabe destacar que a tripulação que compõem as equipes de tal embarcação possui tradicionalmente entre dois e três jangadeiros, ou seja, esse montante pode representar uma média de oitenta (80) a cento e cinquenta (150) jangadeiros dedicados a atividade pesqueira. A diferença entre jangadas e paquetes está posta apenas na proporção do tamanho e funcionalidades pesqueiras, enquanto a primeira pode alcançar até 8m de largura com capacidade para comportar até 5 homens em sua estrutura interna, a outra se apresenta apenas como um bote de produção diária, não tendo polpa de descanso em sua forma.

Tabela 1 - Mapeamento das tipificações de embarcação por município do Ceará, 2021

Municípios	Jangadas	Paquetes	Canoas	Botes
Fortaleza	86	172	6	17
Beberibe	77	305	1 ^a	10
Aquiraz	42	157	0	0
Aracati	39	375	107	19

Cascavel	27	161	0	3
Fortim	10	362	7	23
S.G. Amarante	11	161	0	0
Caucaia	8	103	1	0
Paracuru	6	166	16	4
Paraipaba	1	120	3	0
Icapuí	4	384	0	317
Acaraú	1	34	256	17
Camocim	1	9	323	83
Cruz	1	23	100	1
Amontada	0	48	223	10
Barroquinha	0	1	135	3
Itapipoca	0	193	149	5
Itarema	0	74	76	56
Jijoca	0	3	45	0
Trairi	0	383	159	10
Total	314	3234	1607	578

Fonte: Braga, 2021, p. 106.

Em relação a expressividade da cultura marítima, há nesse território a continuidade de fortes laços de tradição que contam com a participação engajada de gerações distintas de pescadores artesanais, sendo os elos estabelecidos entre mestres e jovens tecida pelas relações cotidianas que transbordam a atividade pesqueira. Além da quantidade de embarcações espalhadas pelas praias, há também práticas culturais articuladas ao longo do ano que atravessam os modos de ser e saber-fazer dos pescadores e pescadoras da região.

Somado a isso, há uma noção de pertença e ancestralidade significativa na praia do Iguape, inclusive no que toque a categoria dos jangadeiros, que são trabalhadores marítimos com conhecimento altamente sofisticado sobre o território e pescaria. Os mestres de jangada, por exemplo, mesmo aposentados, sentem a necessidade de orientar os demais em espaços de socialização coletiva, os lugares onde ocorrem essas trocas possuem também nomes específicos.

No Ceará, são os “barracões” e as “caiçaras” que servem de base de (re)produção desses modos de vida, pois além de ser lá onde os trabalhadores encalham suas embarcações e instrumentos de pescaria, também é onde gerações distintas partilham conhecimentos, realizam

manutenções e diálogos que antecedem e sucedem tal ofício. Os pescadores de alto mar, de maneira geral, possuem formas originais de se apropriar do território, cada categoria faz uso de instrumentos e técnicas também específicos para o processo de captura de pescado (Tassara, 2005).

Em relação as particularidades culturais presente nos modos de apropriação territorial dos jangadeiros, Helena Tassara (2005) resgata as delimitações desses pescadores marítimos. Segundo a autora:

Os jangadeiros constituem, talvez, os pescadores artesanais por excelência. Tradicionalmente, são os habitantes das praias localizadas desde o Ceará até Alagoas, embora a área de influência da jangada e o modo de vida do pescador jangadeiro se estendam até o sul da Bahia, quase na costa do descobrimento (Tassara, 2005, p. 36).

Os jangadeiros, assim como a maioria dos pescadores artesanais que se arriscam no mar alto, detêm vasto conhecimento da arte da navegação. Sabem identificar os locais de pesca situados longe da costa, os pesqueiros ou pedras marcadas, orientando-se e navegando sem instrução, através da observação e marcação por triangulação, de pontos de referência fixados na costa (Tassara, 2005, p.42).

Sob essa perspectiva, destacamos que os jangadeiros configuram uma categoria de trabalhadores artesanais que possuem um complexo e sofisticado saber-fazer, sendo eles de suma relevância tanto dentro do cenário municipal de Aquiraz, quanto na comunidade em si do Iguape. Sendo o distrito de Jacaúna, uma localidade reconhecida como uma comunidade de referência para identificarmos a expressividade das relações sociais que atravessam tal cultura marítima, (Carneiro, 2010).

Fotografia 1 - Retorno das jangadas, Iguape/CE

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2023.

Os jangadeiros, além de representarem um conjunto de simbolismos históricos e culturais no município, também exercem um papel fundamental no setor econômico do estado do Ceará (Silvino, 2007). Segundo os boletins de pesca e aquicultura nacional desenvolvidos

em 2011, a produção nacional de pescado registrou um aumento de aproximadamente 13,2% com relação ao ano anterior. Neste mesmo período, a pesca extrativa (oceânica) no Brasil chegou ao total de aproximadamente 803.270,2 t (ESTATPESCA, 2011).

Sendo a região nordeste, a responsável pela maior parcela de produção nacional de pescado, chegando a aproximadamente 186.012,0 t. Quando esses dados são analisados por federação, o cenário de participação ativa do território cearense se mantém. No ranking de produtividade, o estado do Ceará ocupa o 3º lugar de destaque com relação a pesca oceânica, chegando a produzir aproximadamente 21.788,0 t. Com relação a captura desenvolvida em lagos e rios a região segue na mesma posição, produzindo cerca de 11.307,1 t, (ESTATPESCA, 2011).

A escolha por esta comunidade como um polo frutífero para o desenvolvimento dessa pesquisa se deu após a observação direta realizada durante algumas imersões em campo de teor exploratório, uma experiência de suma relevância e que sensibilizou a nossa imaginação sociológica. Somado a isso, foi possível analisar, ainda que brevemente, a existência de práticas culturais que fortaleciam os processos de transmissão do saber-fazer artesanal, sendo essas articuladas em todo o território marítimo, imprimindo por via do corpo suas marcas de sofisticação.

Sendo a (re)produção do ofício uma teia complexa mobilizada pelos mestres, que detém uma participação significativa no que toca a transmissão desses conhecimentos, as gerações recentes, por sua vez, apropriam-se desse processo minucioso, incrementando em suas atividades a apropriação de novas técnicas e instrumentos artesanais. E sob essa perspectiva, a comunidade do Iguape se apresentava como um território enriquecedor para a nossa pesquisa, principalmente, porque nesse lugar são nutridos elos de suma importância para a manutenção da cultura marítima dos trabalhadores de jangada.

Pois, se, em um primeiro momento, temos os laços de tradição construídos pelos mestres mais experientes sendo ampliados no território, posteriormente, também temos essa cadeia de conhecimentos artesanais pesqueiros sendo costuradas com os jovens, que encontram no seio dessas redes elementos de sustentação não só para o ingresso na pesca artesanal, mas, em simultâneo, para a (re)produção desse modo de ser e saber-fazer.

Dito isso, destacamos que a comunidade do Iguape foi propícia para nossa pesquisa, devido a qualidade dos atravessamentos desse território com os modos de ser e saber-fazer dos jangadeiros. Sendo as relações geracionais atreladas a pesca marítima, o marco expressivo responsável por nos mobilizar a maiores investigações sobre os processos de apropriação e (re)produção desse saber-fazer, que por sua vez, compreende uma experiência coletiva

partilhada entre eles no cotidiano.

Divisão dos Capítulos

Esta dissertação encontra-se dividida em 3 capítulos, cada um busca dar conta de esmiuçar as problematizações que orbitam sob o fenômeno do ingresso no ofício marítimo. Sendo nossas inquietações, materializadas nas seguintes questões: Como os jangadeiros de distintas gerações compreendem o ingresso na pesca artesanal? Como os mestres articulam a inserção dos jovens nesse processo? Como são transmitidos os saberes artesanais inerentes a pesca marítima?.

O capítulo 1 refere-se aos processos metodológicos mobilizados na pesquisa, abordando não só a discussão da revisão de literatura, como também a organização necessária para o desdobramento do trabalho de campo, os desafios encontrados para a confecção do presente trabalho e as impressões sentidas durante a imersão no território do Iguape.

No Capítulo 2, trazemos a discussão do processo de ingresso dos jangadeiros na comunidade do Iguape, unidade investigativa que norteia a presente pesquisa. A partir das entrevistas realizadas com os trabalhadores do mar, foi possível analisar que eles compreendem tal fenômeno como uma experiência coletiva, sendo esta, orientada cotidianamente por convenções específicas, onde o corpo transforma-se numa base de sofisticação do saber-fazer marítimo. O recorte geracional dos relatos, fortaleceram a nossa investigação sobre o papel dos mestres nesse movimento de articulação com os jovens, sendo esse papel de prestígio um elemento de disputa entre os trabalhadores, afinal, todos que ingressam almejam serem mestres também.

No Capítulo 3, nós finalizamos nossa discussão esmiuçando os processos de transmissão do saber-fazer realizado no Iguape, apresentando o papel formativo não só do barco artesanal e das caiçaras enquanto espaços (terrestres/ marítimos) enriquecedores para a confecção e (re)produção da cultura pesqueira desses homens do mar. Mas além disso, todo o território da comunidade em questão compreende um polo de sofisticação desse saber-fazer, afinal como dizem os mestres entrevistados “em todo lugar daqui, seja no seco ou molhado, aprende-se a ser pescador”.

CAPÍTULO 1 - O PESQUEIRO É O MAPA DO PESCADOR, TEM QUE SABER ESCOLHER!: PROCESSOS E PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS

“O pesqueiro é canto bom né? É onde a gente encontra os melhores peixes, é onde se marca o segredo da boa pescaria, mas não é todos que conseguem não, tem que saber mestrar pra poder escolher o melhor caminho.” (Mestre Banqueiro, 68 anos, 2023).

Uma pesquisa compromissada com a qualidade, tem por trás da sua base de sustentação uma rede complexa carregada de escolhas, decisões, métodos, materiais já produzidos entre outros elementos que estão costurados por meio de fios metodológicos. Sendo a parte escrita do estudo apenas uma unidade dos tantos desdobramentos de ofício realizados pelo cientista social nesse processo sofisticado de se apropriar de tais instrumentos, tal movimento conjuga não só a experiência técnica adquirida academicamente, mas também a bagagem cultural subjetiva deste, pois “usar a experiência de sua vida no trabalho intelectual faz parte do artesanato investigativo” (Mills, 1982, p. 212).

A confecção do trabalho de campo e, posteriormente, a tabulação dos dados, compõe o estágio da pesquisa na qual há momentos de crise, principalmente, quando precisamos selecionar recortes dos materiais que vamos dar conta de mobilizar, para assim tecer o melhor caminho para a pesquisa. Em uma entrevista realizada com seu Banqueiro, mestre de jangada com 68 anos de idade, este pescador nos relatava que um *pesqueiro alto*, na linguagem dos jangadeiros, significa igualmente “o melhor ponto dos cardumes”, são locais demarcados no território marítimo que melhor satisfazem a produção artesanal.

No entanto, para acessar esses *pesqueiros* era preciso que as equipes selecionassem bem os caminhos que seriam mobilizados nos processos de captura, pois, segundo o mestre pescador, uma escolha mal feita faria toda a viagem perder o sentido. Sob essa perspectiva, compreende-se que o *pesqueiro* representa o mapa de direcionamento produtivo dos trabalhadores de jangada, são esses pontos demarcados em alto mar que norteiam todo o percurso de deslocamento para o mar quanto o retorno deles a praia.

Mobilizamos o uso dessa expressão nativa para abrir este capítulo, por encontrar similitude no significado dela com os processos desdobrados ao longo da pesquisa, pois assim como os jangadeiros utilizam de seus *pesqueiros* para nortear a metodologia de captura dos cardumes, nós nesse escrito também precisamos confeccionar o desenho do “mapa” científico. Sendo este na linguagem acadêmica, compreendido como o conjunto de escolhas metodológicas que ocorrem antes, durante e nos encaminhamentos finais da pesquisa, a

exemplo das decisões que antecedem e sucedem a imersão na comunidade, os alinhamentos conceituais que ampliam os materiais confeccionados a partir das entrevistas, entre outros elementos responsáveis pela sustentação do trabalho acadêmico.

A revisão de literatura que será esmiuçada mais adiante, teve sua proposta maturada a partir de um conjunto de experiências acadêmicas como aluna especial em alguns componentes de outros programas de pós-graduação. Sendo alguns deles respectivamente: Sociologia da Literatura (PPGS/UFPE); Antropologia marítima (PPGA/UFPA); (PPGS – Teoria Sociológica; Metodologia; Antropologia visual (PPGA/UFS) e História marítima (PPGH/Unifesp), além da realização dos estágios supervisionados nas disciplinas de Sociologia do trabalho e tópicos especiais em sociologia da juventude vivenciadas na Universidade.

Atrelado a isso, também aprofundamos leituras de materiais que foram disponibilizados em acervo público, como a Biblioteca Estadual do Ceará (BECE), além dos bancos virtuais de teses e dissertações da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior – CAPES. Esse movimento de busca referencial costurou-se ainda ao uso do navegador *Litmaps*, plataforma que auxilia a pesquisa de bibliografias e a categorização por ordem de relevância para a proposta desejada.

Diante de tais explicações, nossa discussão teórica constituiu-se a partir do refinamento das experiências destacadas anteriormente. Buscamos selecionar os referenciais que melhor contemplavam os objetivos da pesquisa, assim como, as produções que dialogavam com os dados produzidos empiricamente. Tal experiência formativa também se amplia com a inserção dos materiais visuais distribuídos em todo o texto, que foram adquiridos como fruto das imersões realizadas na comunidade do Iguape, mas, para além disso, também contamos com registros de acervo, que foi o caso do Instituto Moreira Salles (Sede São Paulo), que, gentilmente, disponibilizou o acesso da coleção *Jangadeiros do Ceará* para uso científico².

De maneira geral, o pesqueiro dentro nosso estudo pode ser compreendido como as escolhas metodológicas que organizam o processo de imersão na comunidade, pois para os trabalhadores do mar a demarcação do *pesqueiro* ganha sentido apenas no território marítimo, por depender desse “mapa” artesanal a captura farta dos pescados. Para nós, o equivalente a tal significado toca na agenda empírica, pois muitas das experiências trazidas com as entrevistas só foram possíveis devido as imersões no Iguape. Mais adiante iremos aprofundar as reflexões sobre (a) O recorte metodológico; (b) O trabalho de campo; e (c) A seleção das entrevistas e

² As fotografias profissionais de Jangadeiros que foram mobilizadas na pesquisa, fazem parte da curadoria de Marcel Gautherot, material disponibilizado pelo acervo do Instituto Moreira Salles (IMS). Os registros foram confeccionados por volta de 1949.

suas respectivas análises, elementos que compõem este capítulo.

Os Jangadeiros no Brasil

Segundo o historiador Luis da Câmara Cascudo (2002), até o final do século XIX as atividades de pescaria realizadas a beira da costa eram desenvolvidas pelas pessoas que ocupavam a condição de “negros de ganho”, sendo toda a produção capturada destinada apenas aos senhores de engenho. Por sua vez, o uso das embarcações denominadas por *jangadas*, eram mobilizadas no território para o abastecimento da dieta alimentar desses donos de terra, cenário que sofre transformação conforme se alargam os interesses econômicos da época (CASCUDO, 2002).

Neste período, os trabalhadores que cumpriam as atividades de abastecimento da casa grande não detinham uma organização social bem demarcada nos botes artesanais, embora as *jangadas* já possuísem desde o final do século XVIII os ingredientes necessários para a apropriação do alto mar (CASCUDO, 2002). Tal cenário, é destacado pelo historiador na seguinte passagem:

Até 1888 muitos escravos trabalhavam em jangadas, alugados por seus amos. Nunca foram mestres, mas Bico de Proa excelentes, nadando bem, puxando linha, agoando o pano, destemidos, afoitos. À tarde, encalhada a embarcação, voltavam levando os peixes que eram vendidos em benefício do “senhor” (CASCUDO, 2002, p.30)

A ênfase do autor em mencionar que tais trabalhadores “nunca foram mestres” compreende uma menção importante, pois destaca que embora a *jangada* tivesse condições estruturais de cumprir largas distâncias no mar, não havia ainda por parte dos negros de ganho o alcance do conhecimento sofisticado necessário para tal ofício (CASCUDO, 2002). Cabe destacar, que os primeiros registros feitos sobre a presença dos jangadeiros no Brasil, se deram por intermédio do cronista Henry Koster, que em 2 de novembro de 1809 elucidou a experiência de ver pela primeira vez a embarcação se distanciar da costa, passagem resgatada por Cascudo (2002):

Nada do que vimos nesse dia excitou maior espanto que as jangadas vogando em todas as direções. O efeito que produzem essas balsas grosseiras é tanto maior e singular quanto não se percebem, mesmo a pequena distância, senão a vela e os dois homens que a dirigem. Singram mais próximos do vento que outra qualquer espécie de embarcação. (CASCUDO, 2002, p.76-77)

A sofisticação do saber artesanal inerente a pesca marítima, e posteriormente a conversão da organização dos botes em Mestre, Proeiro e Bico de Proa na *jangada*, ganha forma a partir da importação de mão de obra estrangeira, cenário mobilizado pelos senhores de

engenho para suprir o aumento das demandas alimentícias e econômicas (CASCUDO, 2002). Sendo crucial para tais mudanças a chegada dos misteres portugueses em meados do século XVII, pois estes foram responsáveis por instaurar entre os pescadores na condição de escravizados sentimentos de corporação (HOBSBAWM, 1987).

Com isso, aqueles trabalhadores que existiam sob a condição de escravizados ganharam com a chegada dos misteres de pesca outro tipo de organização para os botes, sendo esta articulação baseada no esquema das confrarias, que eram formas de apropriação do território pesqueiro orientados pelo sentimento coletivo de corporação de ofício (HOBSBAWN, 1987). Segundo o historiador Eric Hobsbawn (1987), os *mestres* e *artífices* destacavam-se dos demais operários do sistema industrial devido o tipo de conhecimento que exerciam, sendo as técnicas utilizadas altamente sofisticadas devido o conjunto de habilidades manuais mobilizadas pelos mesmos.

Sobre as especificidades dessa categoria de trabalhadores, o autor destacado anteriormente menciona que: “Ser *artífice* ou um *mestre* significava ter um ofício, pelo menos para os que possuíam um ou que se comparavam com os que possuíam, mantinha suas conotações de satisfação pessoal e orgulho” (HOBSBAWN, 1987, p.360). Ainda sobre a complexidade do saber artesanal exercido por esse tipo de trabalhador, nos fala o historiador Eric Hobsbawn:

Um ofício compreendia todos aqueles que tinham adquirido, através de um processo específico de educação, completado por testes e avaliações que garantiam conhecimento e desempenho adequado do ofício. O ofício não era somente uma maneira de fazer dinheiro, mas, na realidade, a renda que ele proporcionava era o reconhecimento pela sociedade do valor do trabalho decente, executado por grupos de homens respeitáveis, adequadamente treinados para as tarefas que executavam (HOBSBAWN, 1987, p. 363-364).

Sendo assim, os *misteres* portugueses que chegaram no país em meados do século XVII foram fundamentais não só para a instauração do sentimento de corporação entre as tripulações de pescadores que exerciam o trabalho de ganho a beira da costa (CASCUDO, 2002). Além disso, eles foram os responsáveis por impulsionar os processos de educação artesanal do ofício marítimo, estabelecendo critérios de composição das tripulações, mobilizando testes por meio da instrumentalização do corpo, entre outras técnicas e saberes que eram inerentes aquela apropriação realizada em alto mar, conferindo estima social aos que conseguiam alcançar a condição de *mestres* (HOBSBAWN, 1987).

Sob a perspectiva da historiadora Mônica Martins (2008), aos *mestres* não cabia apenas a função de instruir os demais que ocupavam as confrarias pesqueiras, por sua vez, esses ficariam também responsáveis pelas mesmas estruturas de formação do ofício. Pois esses

trabalhadores, possuíam “o caráter educativo do processo de aprendizagem profissional, individual e social do aprendiz” (MARTINS, 2008, p. 83). Sendo os *mestres* detentores de um tipo de senso moral, dignidade e auto-estima, que derivava do saber manual difícil, bom e útil à sociedade” (HOBSBAWM, 1987, p. 372).

A ênfase que demos em explicitar essas especificidades, objetivam elucidar a influência dos *misteres* e seu saber artesanal sob o ofício dos jangadeiros e suas práticas artesanais do se fazer trabalhador do mar, principalmente no que se refere a apropriação da educação pesqueira com as confrarias marítimas existentes no país até o final do século XIX (HOBSBAWN, 1987). Os pescadores que ocupavam antes a condição de escravizados de ganho, uma vez que sofisticavam seus saberes manuais desenvolviam uma noção de pertença ao território tão complexa, que ao alcançarem a condição de *mestres* insubordinavam-se a seus senhores a ponto de fugir pelos mares, pois tal espaço indiviso já havia instaurado neles outro imaginário (MARTINS, 2008).

Adiante, quando formos entrar em outras discussões atreladas aos modos de ser e saber-fazer dos trabalhadores marítimos, aprofundaremos a (re)produção dessas particularidades com relação aos jangadeiros do Iguape. De antemão, cabe ressaltar que a composição da discussão posta neste momento do texto não se apoia exclusivamente em autores/as da Sociologia, devido a lacuna expressiva de estudos nesse campo que se interessassem pelas especificidades dos jangadeiros enquanto categoria de trabalhadores, um fenômeno de distanciamento empírico que acompanha a trajetória dessa ciência desde sua consolidação (Oliveira; Ramalho; Rosenfield, 2019).

O folclorista Luís da Câmara Cascudo (1957; 2002) protagonizou o cerne de pesquisas sobre os trabalhadores de jangada típicos no litoral nordestino nas obras intituladas “*Jangada, uma pesquisa etnográfica*” e “*Jangadeiros*”. O autor aprofunda a íntima relação estabelecida entre a sofisticação desse embarcadicho com o complexo modo de vida levado por esses homens do mar. Segundo Cascudo (1957), os primeiros registros feitos sobre tal embarcação no território brasileiro foram realizados pelos cronistas que visitaram o Brasil desde a invasão portuguesa, sendo Pero Vaz de Caminha e Henry Koster os mais mencionados.

Em aproximadamente 26 de abril de 1500, Pero Vaz de Caminha enquanto escritor português descrevia os ingredientes da *Jangada* tida na época como tradicional, sua estrutura como “três traves unidas a um Cipó”, utilizada para fins de deslocamento na costa litorânea pelos povos indígenas, que a nomeavam de *Igapaba* ou *Piperis*, que na língua Tupi significa “canoa achatada” (CASCUDO, 2002). Sobre as especificidades desse trabalhador marítimo, nos fala Cascudo (1957): “São os jangadeiros da pescaria do alto os evocadores das batalhas no mar, são os que viram peixes imersos, formas vagas e fabulosas repassando ao bordo da jangada

oscilante, a tripulação normal da jangada é de três homens: mestre, proeiro e bico de proa” (Casculo, 1957, p. 26).

Os marcadores destacados pelo folclorista ao tratar dos jangadeiros de sua terra natal também foram encontrados por outros pesquisadores como, por exemplo, as produções do sociólogo Carlos Antônio Diegues (2000), que investigou as formas de apropriação dos mestres pescadores de Galinhos, município localizado no mesmo estado ao qual Câmara Cascudo esteve inserido. As particularidades dessa canoa achatada, que antes consistia em paus roliços atados por cipó, passaram por uma série de mudanças estruturais no século XVIII, a qual foram incrementados outros elementos a estrutura de tal embarcação (banco de governo, do mestre, vela latina, remo etc.), ingredientes que sofisticaram seu corpo e, posteriormente, sua função social na economia colonial da época (Silva, 1988; 2001).

Após o incremento de novos ingredientes culturalmente lusitanos e africanos em sua feitura, como a vela latina e banco de governo do mestre, tal embarcação passa percorrer o alto mar, deixando de cumprir funções simples na costa litorânea para suprir maiores necessidades na economia (Silva, 1988; 2001). No que diz respeito ao seu nome, através da invasão portuguesa, passou a ser reconhecida e oficialmente legitimada como *jangada*, cabe destacar que, as transformações estéticas e instrumentais desse bote foram fundamentais para forjar outras formas de apropriação do território marítimo (Casculo 1957, 2002).

Os processos de confecção e lapidação dessa embarcação engajaram, em simultâneo, a legitimação da autonomia mobilizada pelos jangadeiros para realizar as atividades produtivas em torno da pescaria (Silva, 1993). Pois, quando a *jangada* completou sua feitura, era necessário que o pescador que utilizaria dela para sua locomoção também detivesse uma cadeia de saberes próprios para as demarcações marítimas inerentes a produção. Nesse sentido, diz Casculo (2002), bote e sujeito costuram-se gradualmente em seus afunilamentos artesanais.

Fotografia 2 - A jangada de Piúba

Fonte: Instituto Moreira Salles, Coleção Marcel Gautherot

Fotografia 3 - O rito da partida marítima

Fonte: Instituto Moreira Salles, Coleção Marcel Gautherot

As fotografias destacadas anteriormente confeccionadas pelo fotógrafo e pesquisador Marcel Gautherot, fazem menção a uma prática comum em comunidades de jangadeiros, registro visual experienciado por Câmara Cascudo (1957) quando este menciona: “No fim da rua onde me criei encahavam-se as jangadas, e outrora eram meus amigos confidentes que empurravam ela pro mar.” (CASCUDO, 1957, p.9). Sendo estes processos inerentes a (re)produção desse tipo de pescaria, na primeira foto temos a *jangada* de Piúba, pioneira na pesca marítima, estacionada a beira da praia, enquanto que na segunda fotografia, temos a mesma embarcação sendo conduzida pelos jangadeiros para um dia de produção artesanal (CASCUDO, 2002).

A confecção naval dela em si não sofreu alterações significativas, porém, é importante ressaltarmos que a extinção de algumas espécies arbóreas limitou a permanência da tipicidade

original com Piúba, sendo outras árvores mobilizadas para tal feito. A apropriação desses processos artesanais de saber-fazer, seja de peças dos botes ou da totalidade de outras aprendizagens, compõem a cadeia de conhecimentos complexos que esses trabalhadores marítimos mobilizam em seu cotidiano, resultado das influências culturais dos misteres portugueses, povos indígenas e africanos que deram a *Jangada* sua completude estética e estrutural (Silva, 1998; 2000; Braga, 2013).

A organização social da *jangada* tradicionalmente distribui-se em três pilares de sustentação, podendo sofrer alteração de uma localidade para outra, pois “cada bote tem três homens de serviço: mestre, proeiro e bico de proa” (CASCUDO, 1957, p.15). Cada trabalhador desse exerce papéis diferentes na tripulação, ao último cabe o serviço mais polivalente no embarcadão, enquanto o proeiro se ocupa de atividades atreladas aos comandos do *mestre* (MALDONADO, 1986).

Para alcançar a condição de *mestre* nas tripulações, é necessária uma larga experiência, isto porque esse jangadeiro possui a estima social da instrução do ofício marítimo, sendo suas habilidades categorizada por saberes náuticos, fluviais, ciclos de marés, fases de lua, estruturais relacionados a produção e manutenção dos botes, entre outros conhecimentos complexos que posicionam neste trabalhador ampla responsabilidade (CASCUDO, 1957; MALDONADO, 1986). Por essa razão, a instrumentalização do corpo nas formas de saber-fazer da pesca marítima são bem exigentes com relação ao preparo físico e psicológico, pelos riscos e demais imprevisibilidades que este território indiviso submete seus trabalhadores (MARTINS, 2008).

Segundo o sociólogo Antônio Carlos Diegues (2000), tamanha responsabilidade depositada nos *mestres* se dá devido o domínio dos processos produtivos que este detém, saberes que também são transmitidos entre distintas gerações nos territórios, inclusive com a própria tripulação desse jangadeiro. No entanto, cabe ao *mestre* se utilizar de critérios rígidos para selecionar a equipes dos botes, porque para (re)produzir suas habilidades é necessário a participação coletiva na embarcação (DIEGUES, 1983; 2000).

Na perspectiva de Helena Tassara (2005), há um elo íntimo estabelecido entre os jangadeiros e os territórios, sendo esse espaço indiviso visualizado por eles como uma outra terra, lugar de transformação do imaginário social dos trabalhadores do mar (TASSARA, 2005). Tal pertença, confecciona no cotidiano toda uma percepção estética sob o ofício desenvolvido por eles, ser jangadeiro compreende simultaneamente dominar um tipo de arte, que no mar encontrar seu ápice de liberdade criativa, e essa dimensão de autonomia possui raízes históricas bem demarcadas com relação a tal grupo (RAMALHO, 2006).

Como bem chama atenção Lúcio Kowarick (1994), o comércio colonial tinha como

engrenagem principal o trabalho exercido pelos negros tanto na condição de escravos como de libertos. De tal forma, que o cenário econômico do Brasil colonial se concentrava, por um lado na figura do senhor, que era reconhecido como detentor de prestígio social que expandiu seus negócios através dos benefícios do sistema para o mercado agroexportador; e, por outro na figura do escravo, que devido a herança escravocrata, tinha sua imagem atrelada a preconceitos, sendo visto como vadio, um sujeito indisciplinado para o trabalho.

As discussões propostas por Kowarick em “Trabalho e Vadiagem” (1987) explicitam ainda mais os estereótipos atribuídos aos trabalhadores livres e cativos devido a sua não adaptabilidade ao sistema fabril. Aqueles que não se encaixavam nos interesses do regime escravocrata da época eram automaticamente desclassificados, como "produtos com defeito", taxados e distanciados do status de trabalhadores. Sendo assim, codinomes como "agregados" "mendigos", "vagabundos" e "vadios" eram adjetivos comuns de leitura daquele sistema econômico que não compreendia os trabalhadores autônomos que provinham de uma realidade contrária a exploração servil (Kowarick, 1975; 1987).

Sobre este fenômeno, Kowarick (1987) ressalta:

[...] Formou-se um conjunto de homens livres e expropriados que não conhecem os rigores do trabalho forçado e não se proletarizam. Formou-se, antes, uma "ralé" que cresceu e vagou ao longo de quatro séculos: homens a rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais da sociedade. A agricultura baseada na escravidão simultaneamente abria espaço para sua existência e os deixava sem razão de ser (Kowarick, 1987, p. 28).

No século XIX, mesmo com as aspirações de mudança social advindas da Proclamação da Independência e, posteriormente, da República, o sistema colonial, nas suas veias mais culturais expostas na mentalidade escravocrata, continuaria nutrindo a dicotomia "senhor - escravo" que seria, por sua vez, os pilares de sustentação dos moldes de trabalho a moda brasileira (Kowarick, 1975; 1987). Os jangadeiros faziam parte dessa grande massa de livres e libertos, que não eram preferidos pelo sistema escravagista como “boas mãos” para compor a produção fabril. Sob essa ótica, era comum que os homens do mar, na busca por fugir de tal realidade imposta a seu ser, encontrasse na produção pesqueira realizada em jangadas uma outra forma de existência (Silva, 1993; 2020).

Esse fenômeno encontra sustentação também em outras passagens dos escritos de Lúcio Kowarick (1987). Nas palavras do autor:

Marginalizados desde os tempos coloniais, os livres e libertos tendem a não passar pela -escola do trabalho-, sendo frequentemente transformados em itinerantes que vagueiam pelos campos e cidades, vistos pelos senhores como a encarnação de uma corja inútil que prefere a vagabundagem, o vício ou o crime à disciplina do trabalho. O importante nesse processo de rejeição causado pela ordem escravocrata

é que qualquer trabalho manual passa a ser considerado coisa de escravo e, portanto, aviltante e repugnante." (Kowarick, 1987, p.43).

Sendo assim, a categoria de trabalhadores artesanais marítimos ao qual os jangadeiros fazem parte não eram “bons operários”, pois o modo como articulavam o trabalho pesqueiro era visto com repugnância, principalmente, por não se apropriar de uma lógica racionalizada e exaustiva como era o caso da produção industrial. Logo, não poderiam ser a engrenagem desse status de desenvolvimento que os senhores buscavam (Kowarick, 1975). Dentro desse cenário, os homens do mar que (re)produziam um modo de ser e saber-fazer por uma ótica artesanal, seriam incluídos no que se tinha pela “ralé” e esse grupo sofreria as consequências do apagamento histórico (Silva, 2020; Kowarick, 1987).

Nesse sentido, podemos compreender que parte da história social dos trabalhadores de jangada no solo brasileiro tem relação direta em primeiro lugar com a lapidação de um embarcaço específico, cumprindo um papel fundamental na economia colonial do país, pois eles eram a engrenagem principal de manutenção econômica da época em um determinado contexto regional (Kowarick, 1994; Silva, 1998; 2001). Além disso, a apropriação técnica e artesanal por parte deles entre os séculos XVIII e XIX com os misteres estrangeiros, que influenciam ancestralmente tanto no processo de feitura da *jangada*, assim como nos conhecimentos necessários a vida embarcada, tais experiências nutriram seu modo de ser e as práticas do saber-fazer (Casudo, 2002; Hobsbawm, 1987).

Somado a isso, temos as produções do também sociólogo John Cordell (2000; 2001), na Bahia, as pesquisas de Cristiano Ramalho (2006; 2017), em Pernambuco, e os estudos desenvolvidos por Simone Maldonado (1988; 1994), na Paraíba, que trataram, por vias distintas, a cultura marítima dos pescadores de alto mar.

O engajamento dessa teia de pesquisadores das Ciências Sociais em se debruçarem sob a categoria de pescadores marítimos também foi uma forma de romper com teorias que buscavam aproximar tal grupo ao trabalhador camponês. Essa percepção foi sustentada por Shepard Forman (1970), ao tratar da dinâmica de produção dos pescadores de guaiamum no estado de Alagoas, em que os povos pesqueiros do município articulavam a plantação de coco com a captura dos pescados. Esse cenário encontrado no território alagoano contribuiu para o fortalecimento dessa percepção.

Tal concepção similar à de Forman (1970) pode ser encontrada no estudo desenvolvido por José Ubirajara Timm (1977), quando esse tenta aproximar as definições da categoria de pescador artesanal as de um agricultor. Diz ele em seu escrito:

A pesca artesanal é aquela que não é feita por sociedades de capital, aqueles que não são sócios ou empregados de tais empresas. Cabe aqui

apenas ponderar se adequando a definição utilizada por Wolf para o camponês - "Cultivador rural cujos excedentes são transferidos para as mãos de um grupo dominante, constituído pelos que governam, que os utilizam para assegurar seu próprio nível de vida, e para distribuir o restante entre grupos da sociedade que não cultivaram a terra, mas devem ser alimentados, dando em troca bens específicos e serviços" - às peculiaridades do pescador artesanal (substituindo, por exemplo, o fator de produção terra e o seu cultivo, pelo meio líquido de onde a pesca é extraída) não se chegaria mais próximo da realidade brasileira (Timm, 1977, p. 186).

As percepções destacadas anteriormente contribuíram para dois movimentos nos estudos sobre povos tradicionais pesqueiros: a) romper com a teoria do pescador camponês; e

b) fortalecer o debate sobre os marcadores sociais de tal categoria, impulsionando, assim, a produção de estudos que se dedicassem a investigar os modos de vida e apropriação dos pescadores artesanais marítimos. Um pesquisador que contribuiu fortemente para esse movimento de ruptura ontológica foi o sociólogo já mencionado Antônio Carlos Diegues (1983), que fortaleceu o debate sobre as particularidades dos pescadores marítimos no Brasil e trouxe análises profundas sobre o modo de produção e apropriação desses homens do mar.

No que se refere a distinção entre pescadores-agricultores e pescadores marítimos, o autor apresenta as principais diferenças entre tais categorias, sendo o modo de produção dos primeiros:

A pesca dos pescadores-lavradores, continua sendo uma atividade ocasional do pequeno agricultor, restrita em geral a períodos de safra (tainha, por exemplo). Típica de produção doméstica (família e vizinhança), em todos os casos se inscreve dentro de atividade predominantemente agrícolas, que constituem a base de subsistência e organização social desses pescadores. (Diegues, 1983, p. 152).

No caso dos pescadores artesanais, a base familiar embora seja importante na atividade pesqueira, não constitui a base das unidades de produção e cooperação. A atividade pesqueira passa a ser a principal fonte de renda, esse novo tipo de pesca por explorar ambientes marinhos e costeiros mais amplos, exige conhecimentos mais específicos que os anteriormente usados pelos pescadores lavradores. (Diegues, 1983, p. 154).

A ênfase do autor Diegues (1983) na diferenciação dessas duas categorias contribuiu para romper com a percepção homogênea sobre a produção de camponeses e pescadores artesanais, que, embora muitas vezes sejam práticas complementares, tem formas de apropriação distintas em cada território. Assim como, fortaleceu o debate sobre a "heterogeneidade" dos povos pesqueiros. Com relação ao saber-fazer dessa categoria marítima, o autor destaca: "O pescador artesanal não é somente o viver da pesca, mas é sobretudo a apropriação real dos meios de produção; o controle do como pescar e do que pescar, em suma, o controle da arte de pesca" (Diegues, 1983, p. 198).

Tal perspectiva nutrida por esse sociólogo encontra amplitude pelo olhar crítico de Luiz Fernando Dias Duarte (1978), um pesquisador e intelectual que desenvolveu um estudo sobre a (re)produção social dos pescadores marítimos de Niterói, no Rio de Janeiro. O autor destaca algumas particularidades do saber-fazer desses trabalhadores, dando ênfase não só ao caráter artesão presente no processo de captura, como também no cenário de risco que o alto mar oferece a esses homens. Sobre isso, Duarte pontua:

Ir no mar não é assim, apenas dirigir-se a um lugar de trabalho, que já por si só se opõe a segurança e a identidade doméstica. É também embrenhar-se no “limiar”, enfrentar o “desconhecido”, reverter-se da condição ambígua dos que se afastam do socialmente previsível, do socialmente cotidiano (Duarte, 1978, p. 21).

A análise central da obra de Duarte (1978) se assenta na leitura da divergência entre as práticas da pesca predatória em relação a pesca artesanal dos trabalhadores de Jurujuba. Sua crítica destaca a distinção entre os modos de apropriação do território por cada um desses dois grupos e como ambos articulam os processos de produção e (re)produção social na comunidade. Sobre essa distinção, Diegues (1983), mais uma vez, elucida as particularidades de cada categoria:

Assim, podemos distinguir racionalidades específicas. Um pescador inserido ainda numa economia natural tem por objetivo na captura o aprisionamento dos meios de subsistência para si e sua família. O excedente eventual é encaminhado para cumprimento de certas obrigações rituais (consumo em certas cerimônias comunitárias). No outro extremo, temos o armado de pesca, que muitas vezes pode até empregar técnicas similares de captura, mas cujo objetivo da produção é o lucro monetário, a reprodução do capital, e etc. (Diegues, 1983, p. 83).

O olhar acertivo sobre o processo de captura dos pescados e o modo particular de se apropriar da natureza, representam marcadores sociais e culturais que orientam a produção dos pescadores artesanais (Diegues, 1983; 1999). Pois, a lógica encontrada nas práticas desses homens do mar possui um movimento original, uma espécie de “lente simbólica” que os orienta desde sua partida embarcada até o retorno do alto mar. Ou seja, há uma imagem comum construída sob o território e o saber-fazer, essa percepção, por sua vez, além de ser sentida por meio dos laços ancestrais, também é estendida com os companheiros do mar na comunidade (Diegues, 1998).

Tal perspectiva defendida por este sociólogo encontra-se expressa no conceito de *maritimidade* desenvolvido por Diegues (2004), ao tratar dos pescadores artesanais marítimos como uma categoria responsável por construir verdadeiras sociedades flutuantes atreladas ao território. Sobre tal definição, nos fala o intelectual:

Entende-se por *Maritimidade* o conjunto de várias práticas

(econômicas, sociais e, sobretudo, simbólicas) resultante da interação humana com um espaço particular e diferenciado do continental: o espaço marítimo. A maritimidade não é um conceito ligado diretamente ao mundo oceânico, enquanto entidade física é uma produção social e simbólica. (Diegues, 2004, p. 15 - 16).

As pesquisas realizadas por Diegues (1983; 2000; 2004), Duarte (1978), assim como os demais cientistas sociais destacados anteriormente, engajaram outros estudos que também se propuseram esmiuçar as particularidades do território pesqueiro, a relação estabelecida entre pescador-tempo- natureza e, principalmente, a qualidade da cadeia de conhecimentos dos pescadores marítimos, sendo estes, por sua vez, imersos em uma cadeia de práticas do saber e do fazer no cotidiano pesqueiro bastante complexa.

Dentre os estudos que protagonizaram as investigações sobre esse universo marítimo, temos as contribuições da pesquisadora e intelectual Simone Carneiro Maldonado (1988; 1994; 2000), que foi responsável por impulsionar as discussões em torno da organização social dos pescadores de alto mar. Embora a autora não tenha se debruçado diretamente sobre os jangadeiros, conseguiu elucidar a complexidade dos modos de vida artesanais dessas populações pesqueiras, nutrindo estudos sobre o papel dos mestres na manutenção dessas relações embarcações.

Sobre os marcadores expressivos desse tipo de pescaria, Maldonado (2000) diz:

A pesca marítima é uma das formas sociais em que a percepção específica do meio físico é da maior relevância, não só para a ordenação dos homens nos espaços sociais, como também para a organização da própria produção e para a (re)produção da tradição pesqueira, tanto em termos técnicos como em termos simbólicos. (Maldonado, 2000, p. 60).

Essa especificidade da pesca realizada em alto mar, ao qual a autora denomina de percepção do meio físico, ganha ainda mais ênfase quando ela traz em sua pesquisa a noção de *territorialidade*. Sobre esse fenômeno que articula os pescadores ao mar enquanto entidade simbólica, nos fala Maldonado (1994):

A territorialidade se desenvolve através do tempo, passando de uma geração a outra nos processos de socialização e de transmissão da tradição, como uma relevante dimensão da capacidade que o homem tem de conferir significado simbólico ao espaço, inclusive ao espaço social em que ocorrem as suas relações, construindo *lugares*. (Maldonado, 1994, p. 35).

Nessa perspectiva, o alto mar, enquanto um espaço indiviso e de forte periculosidade, ganha o status de *lugar*, um espaço no qual os pescadores artesanais desenvolvem um elo simbólico que se transforma num tipo de territorialidade específica. E essa, por sua vez, passa a incorporar os processos básicos de socialização, sendo também uma herança partilhada por todos aqueles que são atravessados por essas práticas do saber e fazer cotidiano na comunidade

pesqueira (Maldonado, 1994).

Em sua obra intitulada “*Mestres e Mares*” (1994), fruto de sua pesquisa de doutorado, a intelectual trouxe uma discussão aprofundada sobre a complexidade de tais práticas e modos de tornar-se pescador marítimo, dando ênfase as relações com o bote, a organização social da tripulação, hierarquias e as relações de poder que atravessam a figura do mestre. Aspectos que, ao serem esmiuçados, evidenciam uma rede carregada de significados que são costuradas ao território, a comunidade e, principalmente, a um modo particular de saber e fazer atrelado a pescaria (Maldonado, 1986; 1994).

A noção de “cultura marítima” ao qual Maldonado (1994) trata, ganha expressividade nas definições realizadas pelo historiador Luiz Geraldo Silva (1993), quando o pesquisador elucida que os modos de vida dos jangadeiros foram construídos nas ações e dinâmicas do cotidiano. Nas palavras do autor: “Entende-se a cultura marítima como produto das ações ou noções subjacentes à vida cotidiana, a qual incorpora elementos tais como o modo de beber, falar, silenciar, condutas corporais e etc.” (Silva, 1993, p. 12).

Para além de ser experienciada no cotidiano, as práticas do saber e do fazer que forjam o status de prestígio dos jangadeiros em diálogo com Simone Maldonado (1986) também se materializa nas redes com a comunidade, nos ritos, técnicas, entre outros processos de aprendizado organizados e transmitidos de maneira geracional no território. Principalmente, porque a antropóloga provoca, no aprofundamento de sua pesquisa, que são as diversas ações, atividades, eventos culturais socializações nas praias, relações embarcadiças, entre outras expressões desdobradas na comunidade que, de maneira distinta, contribuem para a construção de um senso moral que a autora denomina por *ethos* marítimo.

A virada de chave nos estudos propostos por Maldonado (1986; 1994) sobre a legitimação da categoria dos pescadores de alto mar foi esmiuçar como as práticas do saber e do fazer que forjam esse *ethos* marítimo está costurada a relações de poder específicas, hierarquias, lutas pela demarcação dos territórios e um prestígio social atrelado a figura dos mestres de embarcação. Na base dessas discussões, a antropóloga desenvolveu um olhar minucioso sobre os tipos de dominação que orientam a manutenção dos elos pesqueiros, canalizando suas inquietações na figura desse mestre do bote artesanal (Maldonado, 1986; 1994).

Sobre o pilar de manutenção da tripulação embarcadiça, a autora ressalta:

Os mestres de embarcação via de regra tem entre as suas atribuições, o recrutamento e a organização da tripulação com quem vão trabalhar. Este é um dos traços inalienáveis da pesca simples, havendo instâncias mesmo na pesca empresarial nas quais os capitães influenciam na contratação e nas relações os pescadores (Maldonado, 1986, p. 143).

Os mestres cumprem um papel ético e moral fundamental dentro da pesca marítima, sendo os responsáveis ora por selecionar quem está apto social para a inserção na tripulação do bote, como também, gerenciam parte das relações de produção e (re)produção da pescaria em si (Diegues, 2000). Essa figura complexa detém um poder ora próximo dos moldes da dominação carismática, mas também tradicional, pois, para que suas decisões embarcações encontrem aceitação, esse mestre precisa contar com o prestígio concedido pelos demais, que, junto dele, articulam a pescaria (Maldonado, 1986; 1994).

As contribuições de Maldonado (1986; 1994) nutriram o engajamento de outros pesquisadores sobre as especificidades da relação estabelecida entre homem e natureza. No desdobrar dos anos 1990 e 2000, a seara de discussões ganhava outra malha. Dessa vez, as unidades de investigação seriam as relações estabelecidas entre trabalhadores do mar com os ciclos naturais (maré, tempo, lua, estrelas, ventos) e, principalmente, como esses fenômenos influenciavam o saber-fazer complexo desses homens no cotidiano.

Uma pesquisadora que elucidou as particularidades de tais processos na pesca marítima foi a antropóloga Lúcia Helena de Oliveira Cunha (2002; 2006; 2007; 2009). Essa autora trouxe uma vasta produção sobre os pescadores de alto mar e a (re)produção de sua cultura pesqueira no território. Sobre a relação dos laços estabelecidos entre os ciclos naturais e os modos de ser pescador, Cunha destaca:

Nesse sentido, é possível constatar, no interior das comunidades pesqueiras investigadas, a presença de um tempo cósmico regulando suas atividades eco produtivas e o horário do dia a dia. A lua, o sol e as estrelas atuavam no mundo da pesca e da agricultura, no passado, como marcadores de tempo, e ainda se pronunciam no presente do mundo costeiro, ainda que, muitas vezes, de modo difuso e fragmentário face às mudanças sociais que atingem as comunidades pesqueiras, desde a metade do século passado. Convém salientar, aqui, que mesmo dependente das forças que regem o mundo marinho, não é a natureza em si que comanda a ordenação do trabalho do pescador, os intervalos e a sucessão das tarefas; portanto, seu ritmo de tempo é regido pela própria atividade, que se desenvolve na interseção entre cultura e natureza (Cunha, 2009, p. 60 - 61).

As reflexões propostas por Cunha (2009) são caras ao campo das Ciências Sociais, principalmente, aos estudos sobre povos tradicionais pesqueiros, pois a autora elucida o modo como os sentidos cognoscíveis sofisticados desses trabalhadores são expressões de sua íntima relação com a natureza, pontuando tal conexão como um processo de interseção e não como algo que se sobrepõe. Nesse sentido, os ciclos de marés, fases da lua, força do vento, tempos de chuva, etc. fazem parte do trabalho artesanal desses homens, mas não é necessariamente tais ordens naturais que dominam essas obrigações (Cunha, 2009).

Embora na contemporaneidade esses trabalhadores também tenham partes de suas vidas

atravessadas pela lógica do tempo mecânico presente na modernidade capitalista, são as redes estabelecidas através do processo artesão com a natureza um dos pilares responsáveis por fortalecer a manutenção das práticas do saber-fazer (Cunha, 2009). Além disso, vale ressaltar que a produção pesqueira deles se estende ao espaço terrestre, como um processo “pendular”. Sobre essas particularidades, a autora enfatiza:

Se no mar ocorre a busca do pescado, na terra ocorre a complementação da atividade pesqueira: seja onde fica sua morada, seja onde entralham as redes, consertam e fazem a manutenção de seus equipamentos (em geral nos quintais de casa), seja, ainda, onde guardam e conservam seus apetrechos de pesca. A maior parte das embarcações, em geral, permanece no porto, assim como há ainda alguns ranchos de pesca à beira da praia em algumas comunidades pesqueiras, diferentemente do passado, quando se espraavam nesse espaço (Cunha, 2009, p. 61).

Os jangadeiros são pescadores dessa categoria marítima que sabem se apropriar com excelência do território durante a produção pesqueira e posteriormente a ela, devido esse conhecimento sofisticado que eles detém, fruto da materialização cotidiana dessas práticas do saber e do fazer que forjam a maturidade necessária para o ofício (CUNHA, 2009). Segundo a antropóloga Anna Lowenhaupt Tsing (2019), é por meio da apropriação desses saberes multiespécies que os homens do mar desenham as paisagens da comunidade, atribuindo ao território do qual fazem parte marcadores também históricos.

Ou seja, essa cadeia de conhecimentos náuticos, técnicos, tecnológicos, ecobiológicos, corpóreos etc., presente na cultura pesqueira dos jangadeiros criam, em simultâneo, condições de (re)produção dos seus modos de vida costurados ao território. Sobre tal fenômeno Tsing (2019) argumenta:

As paisagens tem histórias particulares e possibilitam emergir modos de vida que não condizem com os padrões expressos pelos conceitos de espécie ou sociedade. As paisagens são o sedimento concreto de fluxos vitais, condições atmosféricas, sonhos, memórias e representações (Tsing, 2019, p. 9).

Cabe destacar que esses pescadores estão constantemente se apropriando, no cotidiano, de estratégias que permitam a manutenção dos seus modos de vida, incluindo, na produção artesanal ferramentas, aparelhos e técnicas no intuito de sofisticar ainda mais não só os processos de apropriação do território, como também a diversidade dos cardumes capturados. Sobre tais reflexões, o cientista social e pesquisador Gianpaolo Knoller Adomilli (2011) ressalta, ao tratar dos pescadores de São José do Norte, região localizada no sul do país:

Contudo, inovações tecnológicas, como esses e outros aparelhos, não significam exatamente uma perda do conhecimento dos mestres acerca da localização dos cardumes e do ambiente marítimo. Ao contrário, apontam à necessidade de certo conhecimento e capacidade náutica, a fim de prever o comportamento dos peixes e os lugares que existem no fundo do mar, antecipando-se aos deslocamentos de determinadas

espécies (Adomilli, 2011, p. 114).

Os elementos tecnológicos ao qual o autor Adomilli (2011) se refere são os rádios, antenas manuais e o sistema de posicionamento global (GPS), equipamentos operados pelos pescadores durante o processo de produção e captura dos pescados. Tais instrumentos são incorporados ao saber-fazer dos mestres de embarcação, que mesclam o tradicional e o moderno na (re)produção desses modos de ser artesanais. São eles os responsáveis por manusear e demarcar os momentos específicos do uso dessas ferramentas, assim como, são os mestres que orientam os pontos de pescaria no espaço marítimo quando a tripulação está em atividade no alto mar (Adomilli, 2011).

Ainda sobre o papel da figura do mestre na organização social e manutenção da pesca marítima, temos os estudos desenvolvidos por Diegues (1983; 2000). Segundo o sociólogo, ao ingressarem no mar, se afastando do espaço terrestre, esses homens também levam com eles uma noção sensível de territorialidade, ou seja, o mar configura um espaço social carregado de significados, que tem na figura do mestre sua responsabilidade orgânica. Sobre esse pescador, o autor destaca:

É esse conhecimento e controle dos cabeços que garantem ao mestre, em grande parte, suas qualidades principais: a competência, a liderança, a capacidade de manter a solidariedade da tripulação e a de matar peixe e garantir a sobrevivência do bote enquanto unidade de *produção e reprodução social* (Adomilli, 2011, p. 71).

A *mestrança* é um conjunto de qualidades, conhecimentos e práticas que marcam a figura do pescador que tem autoridade no bote, que decide onde e quando pescar e que mantém a solidariedade na tripulação. Alguns mestres são donos de bote, mas em geral, a *mestrança* antecede a posse da embarcação, pois muitos deles trabalham em bote de outros (Adomilli, 2011, p. 76).

A *mestrança* conferida ao mestre, enquanto um status embarcado, só pode ser alcançada quando os pescadores demonstram terem domínio de certas experiências. Essas, por sua vez, configuram processos dinâmicos e complexos que se convertem em verdadeiros ritos sociais. Conforme os membros da tripulação se apropriam desses marcadores, lapidam, em simultâneo, o saber artesanal marítimo, e ampliam a possibilidade de também alcançarem tal lugar na pescaria (Maldonado, 1994; Diegues, 1983; 2000).

Dessa forma, o mar acaba cumprindo, na biografia dos pescadores artesanais marítimos, um lugar formativo de muita representação, a ponto desses homens acreditarem serem partes de tal território. O sociólogo Cristiano Ramalho (2006; 2017), ao investigar a compreensão dos pescadores das comunidades de Itapissuma e Suape sobre os significados da pesca marítima em sua vida, encontrou um elo profundo estabelecido entre os homens do mar e o território

embarcação, sendo uma relação que costurava não só esses trabalhadores ao processo produtivo, mas também a um imaginário comum que interligava todos aqueles envolvidos com tal atividade.

Para compreender a dimensão do fenômeno observado com os pescadores do litoral pernambucano, o pesquisador se apropria da noção de *pertença* como uma categoria de análise fundamental a sua análise das relações sociais que costuram os pescadores de alto mar. Sobre esse fenômeno, o autor enfatiza:

Só se pode pertencer à pesca artesanal quando se pertence ao mar, quando se elabora, rigorosamente, uma comunhão com esse recurso ecológico. Se entre uma tripulação embarcada deve existir o sentimento de irmandade, com as águas marítimas e estuarinas essa dinâmica não é diferente. Ser pescador artesanal é pertencer ao mar, pertencendo, nesse sentido, aos segredos e às representações que ele evoca e alimenta, cotidianamente, na prática da atividade pesqueira (Ramalho, 2017, p. 147).

O sentimento de *pertença* também se traduz, entre outros fatores, na capacidade que o pescador tem de descobrir as melhores rotas de navegação, os caminhos mais promissores para se tirar o que as águas têm de bom para oferecer. De fato, saber os caminhos das águas é fundamental para ser pescador (Ramalho, 2027, p. 149).

Os estudos desenvolvidos pelo autor sobre os pescadores das comunidades de Itapissuma encontram uma íntima aproximação quando nos debruçamos sobre os trabalhadores do Ceará e sua relação com o território. Sobre esse fenômeno, temos as contribuições da antropóloga Ana Pereira (2017), que esmiuçou os processos de emergência identitária dos pescadores localizados no município de Aracati. Em seu estudo, ela explicita que os modos de vida pesqueiro possuem uma conexão profunda não só com os territórios (marítimo e terrestre), mas também com as relações de amizade, compadrios, parentais que são construídas, historicamente, entre a comunidade (Ramalho, 2006; Pereira, 2017).

O rito cotidiano de ingressar no mar estabelece, dessa forma, um imaginário comum, um projeto maior atrelado a pescaria, pois as experiências vividas e sentidas por esses trabalhadores, por sua vez, instauram no seu saber-fazer a percepção de que fazer parte desse trabalho configura uma prática artesã, uma arte tradicional (Ramalho, 2006). E, nesse sentido, se fazer morador da comunidade pesqueira em si também sofisticada, em simultâneo, os processos dinâmicos de tornar-se pescador e parte de um território (Pereira, 2017).

Sendo assim, o imaginário social dos pescadores artesanais possui um papel fundamental na manutenção das práticas do saber e do fazer e na (re)produção desse ofício marítimo compreendido pelos jangadeiros como uma experiência coletiva. Pois, mesmo atravessando conflitos diários com o avanço de complexos capitalistas predatórios, são os laços

construídos historicamente na comunidade embarcadiça que fortalecem os princípios norteadores da vida desses trabalhadores do mar, criando uma unidade comum, uma filosofia de ser que articula, de maneira conjunta, a tripulação dos botes, território e imaginário (Ramalho, 2006; Pereira, 2017).

Nesse sentido, podemos compreender os jangadeiros como uma categoria de trabalhadores artesanais marítimos que são atravessados por múltiplas relações na (re)produção dos seus modos de vida, sendo elas estabelecidas com (a) Território; (b) Bote artesanal; (c) Comunidade e (d) os companheiros de pescaria etc. Essas redes são costuradas a partir de processos também específicos e, sob essa perspectiva, compreende-se que a subjetividade pesqueira desses trabalhadores do mar forja-se a partir de um movimento dinâmico e heterogêneo.

Sendo assim, a presente pesquisa amplia as discussões já realizadas sobre os trabalhadores marítimos, pois busca esmiuçar como os jangadeiros compreendem o ingresso no ofício artesanal, sendo este processo destacado por eles como um conjunto de experiências coletivas. E estas, por sua vez, são responsáveis por fortalecer os critérios de inserção em tal atividade, já que para compor as tripulações se faz necessário dominar o saber sofisticado inerente a pesca realizada em alto mar.

Para além do ingresso enquanto fenômeno investigativo, também trataremos neste escrito sobre o papel exercido pelos *mestres* nos processos de transmissão do saber-fazer pesqueiro, pois esses trabalhadores são fundamentais no que se refere a educação do ofício marítimo com as distintas gerações de jangadeiros da comunidade. Sendo a condição de *mestre* um lugar de disputa, principalmente devido ao esforço biológico e psicológico durante a apropriação das convenções cotidianas articuladas no território que forjam a sofisticação artesanal inerente ao ofício.

Por ventura, quase todos os trabalhadores entrevistados para esta pesquisa conseguiram alcançar a posição de *mestre* na organização dos botes, mas ambos destacam que tornar-se jangadeiro embora compreenda uma experiência coletiva e não configura um fenômeno passivo. Principalmente, porque quem consegue ser *mestre* geralmente busca a partir disso compor outra tripulação, então os saberes sofisticados para a apropriação e (re)produção de tal ofício acaba sendo atravessado por tensões, relações de poder, entre outras questões que se resguardam por trás do cotidiano desses homens do mar.

Sob essa perspectiva, destacamos que trazer a compreensão de ingresso pelo recorte de distintas gerações de jangadeiros, nos auxilia a analisar como esses atores experimentaram as conversões pesqueiras inerentes ao ofício marítimo. Como as corporeidades são mobilizadas

dentro dos processos de transmissão e apropriação do saber-fazer, principalmente no que se refere a experiência sofisticada atribuída aos *mestres*, posição essa adquirida por 19 dos 20 entrevistados nesse estudo.

Para nos ajudar com as discussões que tocam na esfera da *identidade*, vamos nos apoiar na noção proposta pelos pesquisadores que trataram do tema como um fenômeno processual, por compreender que essa percepção melhor se aproxima da experiência dos jangadeiros do Iguape. Sendo assim, utilizaremos da noção de *processos identitários* mobilizados pelo antropólogo Frank Marcon e o sociólogo Marcelo Ennes (2014):

(...) Pensamos em processos identitários, no caráter ambivalente, dinâmico, fluído, inacabado e imponderável do fenômeno. Cabe-nos, então, entender a dinâmica desse movimento a partir das experiências sociais. Daí a proposta de se pensar os processos identitários a partir de uma perspectiva situacional, relacional e contrastiva na qual as disputas sociais ocupam um lugar central na constituição da ideia de diferenças e dos sentimentos de pertença” (Ennes; Marcon, 2014, p. 286).

Sob essa perspectiva, destacamos que para acessar a dimensão posta pelos trabalhadores marítimos ao tratarem do movimento de tornar-se jangadeiro na comunidade do Iguape, se faz necessário demarcar que tal experiência expressa parte de um *processo identitário*. Principalmente, pelas tensões e disputas sociais que orbitam sob a condição de ser *mestre*, e além disso, a própria noção da diferença posta sobre ser jangadeiro, pois ambos não se entendem como “pescadores comuns”, mas sim como *jangadeiros*, profissionais com conhecimentos altamente sofisticados.

Tal aspecto de diferença que eles atribuem a si mesmos nos processos de produção e (re)produção do ofício artesanal, nos auxilia a compreender como esses homens do mar resguardam a tradição de ser *jangadeiro* na comunidade do Iguape (BARTH, 1998). Tal experiência coletiva, se apresenta como uma espécie de fronteira, e essa por sua vez, desenha a dicotomia presente na noção do “você é jangadeiro” e “você é pescador, mas não é jangadeiro” (BARTH, 1998).

Sobre tal realidade, dialogamos com a noção posta por Fredrik Barth (1998) sobre as especificidades de um grupo étnico, sobre a manutenção dessas fronteiras nos diz o autor:

Um grupo étnico se define como atributivo e exclusivo, a natureza da continuidade dos traços étnicos é clara: ela despende da manutenção de uma fronteira. Os traços culturais que demarcam a fronteira podem mudar, e as características culturais de seus membros podem igualmente se transformar apesar de tudo, o fato da contínua dicotomização entre membros e não-membros permite-nos especificar a natureza dessa continuidade e investigar a forma e o conteúdo da transformação cultural (BARTH, 1998, p.195).

Sendo assim, compreendemos em um primeiro momento que o Iguape se apresenta

como uma comunidade étnica, na qual os trabalhadores marítimos desse território para resguardar a tradição de ser *jangadeiro* mobilizam convenções cotidianas de apropriação e (re)produção do ofício marítimo, e essas correspondem a processos identitários (BARTH, 1998; HOBBSAWN, 1997). O modo como tais tensões se atravessam, pode ser acessada no esmiuçar das práticas que forjam a condição de *mestre*, e como o conhecimento sofisticado desse ator em si, já configura uma unidade de disputa entre os demais que compõem e os que não fazem parte das equipes jangadeiras (ENNES; MARCON, 2014).

As discussões apresentadas posteriormente, tiveram o intuito de aprofundar um pouco sobre o grupo empírico no qual estamos trabalhando nesta pesquisa, tratando das especificidades de seu ofício, os saberes artesanais em si dos jangadeiros, e a condição de mestre, posição fundamental para nossas reflexões. Adiante, iremos elucidar os desdobramentos do campo realizado na comunidade pesqueira do Iguape, região estudada empiricamente no presente estudo.

A Pesquisa de Campo na Comunidade de Iguape

A imersão em campo compreende um processo complexo dentro do trabalho de pesquisa, principalmente, porque obriga o sujeito investigador a experimentar realidades sociais muitas vezes distintas da qual esse está habituado. Sendo a agenda que orienta tal organização algo difícil de ser integralmente controlável, pois, antes de tudo, se inserir numa comunidade pesqueira se traduz em um movimento pulsante, que exige uma postura, por vezes, personalizada a cada relação construída nesse lugar.

Sendo assim, ser alvo da confiança dos pescadores para acessar determinados universos postos diante dos seus relatos de entrevista e das experiências vivenciadas em campo, compreende, em simultâneo, o tecimento de uma malha de sensibilidade investigativa. Pois, partir da rede de significados que os pescadores atribuem a suas vivências e transformar esses elementos em unidades de investigação, solicita uma sofisticação do saber-fazer científico que, nem sempre é alcançável. Mas o artesanato intelectual exige “Literalmente iniciar um movimento ao longo de um caminho de vida, em que o percebido – produtor é, portanto, um caminhante, e o modo de produção é ele mesmo trilhado” (Ingold, 2015, p.38).

Sob essa perspectiva, o campo em si, enquanto travessia qualitativa de nossa pesquisa, nos obrigou a experimentar uma outra linguagem nativa, vivências sociais realmente particulares, uma alimentação também original dos pescadores. Além do envolvimento de conversação dinâmico e contínuo com os trabalhadores do mar, pois, estar em uma comunidade com eles exige desse sujeito pesquisador um desarranjo completo de suas expectativas pessoais

e culturais (Clifford, 2008).

Diante do destaque dado aos processos sensíveis que envolvem o trabalho de campo, organizamos esse momento do texto em três segmentos, sendo eles respectivamente: (a) As particularidades do Iguape; (b) Os desafios encontrados no campo e (c) As relações com os nativos que mobilizaram a estruturação das entrevistas. No que se refere a agenda de trabalho, será exposto, de maneira mais pragmática, como se desdobrou as imersões, o período de estadia e a quantidade de relatos confeccionados. Por fim, traremos recortes sobre o perfil dos entrevistados.

A comunidade de Jacaúna, conhecida popularmente por Iguape, compreende uma localidade bem afastada das áreas mais centrais do município de Aquiraz. Para se deslocar até o território, é preciso utilizar transportes locais específicos, sendo a viagem do centro da cidade (sede) até a localidade investigada cerca de aproximadamente 1h30 de viagem. Cabe destacar, que tive o privilégio de ser inserida na residência de pescadores/as artesanais com quem consegui ter mais estreitamento dos laços de confiança, pois, seria inviável o deslocamento diário nessas condições, principalmente, porque só há ônibus de retorno para as áreas centrais até às 18h.

Algo que provocou nossa atenção ao longo dos processos imersivos por lá, foi perceber que há uma estética das moradias e dos estabelecimentos que denunciavam, de certa maneira, o tipo de ritmo que organizava o cotidiano das pessoas que moram na região. Um exemplo nítido que embasa esse argumento é que, boa parte das residências são de alvenaria simples, e essas casas possuem micro empreendimentos em seus núcleos, como comercialização de aviamentos, bebidas, tecidos, peixes, guloseimas, entre outros produtos.

Boa parte dos moradores que residem nesses lugares, e que também vendem objetos e produtos dentro de suas casas, têm um ritmo próprio de trabalho e de viver na comunidade, prova disso é que todos os estabelecimentos existentes no Iguape fechavam as 14h e não abriam mais, pois seus proprietários se reuniam nas praças ou caiçaras pesqueiras para socializar, beber ou, até mesmo, fazer refeições juntos. Pratos como pirão de peixe, sarapatel, feijoada, entre outros alimentos são preparados por pescadores/as de jangada nas caiçaras e barracões, mas também há uma participação coletiva dos moradores/as que não realizam a atividade pesqueira.

Tradicionalmente, quando esses trabalhadores do mar retornam da pescaria há moradores da comunidade que se juntam nessa perspectiva de contribuir cada um com o ingrediente que consegue oferecer para a composição das comidas mencionadas. Tudo isso a troco de horas de conversa a beira das calçadas, praças ou locais onde são armazenados os instrumentos de pescaria.

A continuidade desse cenário durante as imersões em campo nos levou a compreender que havia uma relação direta entre o território, a estética das casas com o modo como as relações se desdobravam. Principalmente, porque foram realizadas conversas também com esses moradores/pequenos empreendedores sobre os outros prédios distribuídos na comunidade, que eram residenciais menores, mas que foram caracterizados pelos nativos como “residências de gente rica”.

Ambos denominam dessa maneira, porque, segundo eles, essas moradias mais estruturadas esteticamente pertenciam a pessoas que não nasceram na comunidade, mas que construíram esses espaços para o turismo, aluguel por temporadas, etc. Ou seja, as casas mais tradicionais de alvenaria eram de pessoas que já se conheciam e interagiam entre si no cotidiano, enquanto esses pequenos residenciais não eram de nativos, mas de pessoas “de fora”, que transitavam dinamicamente na comunidade em épocas específicas do ano.

Essa correlação entre moradia, relações sociais e ritmo de organização das comunidades pesqueiras também foi algo encontrado pelo sociólogo Evandro do Nascimento (2019), quando este investigou os pescadores de tainha na Ilha do Mel, localizada no Paraná. Tal fenômeno não compreende algo unânime nos territórios tradicionais, pois, são muitas as transformações que essas localidades atravessam. Mas, no caso do Iguape, houve essa oportunidade de lincar certas similitudes com a do autor, no que se refere aos elementos destacados anteriormente.

No que se refere aos desafios enfrentados no campo, vale ressaltar que essas experiências foram atravessadas durante todo o processo de confecção da pesquisa, já que o acesso aos trabalhadores do mar em si já é uma tarefa desafiadora. Pois, os jangadeiros, assim como todos os pescadores que exercem suas atividades em demarcações específicas do território marítimo, se orientam por uma agenda costurada aos ciclos bionaturais e, nesse sentido, organizar uma agenda de encontros nem sempre era possível, sendo os desdobramentos de articulação combinado com eles algo que era reconfigurado com frequência.

Além do que toca a questão da disponibilidade em si dos pescadores, algo que mobilizou a agenda de campo inúmeras vezes, há também as questões de gênero que foram sentidas ao longo do desenvolvimento de trabalho, pois, o meu lugar enquanto mulher, jovem e pesquisadora no campo da pesca marítima não é o mesmo de que um cientista homem. Tal ênfase se dá, porque tivemos o privilégio de nas primeiras imersões de cunho exploratório sermos acompanhados pelo também pesquisador da área, o professor Miguel Sávio (Pesquisador – LABOMAR/UFC), que também estava articulando seu campo com os moradores locais e com as lideranças pesqueiras (presidentes de colônia).

Enquanto Miguel Sávio conversava com Francisco, Gilmarlon e Daniel, que eram os

pescadores que estavam no barracão naquele momento, foi possível identificar sensações de bastante incômodo de minha parte, por perceber que os pescadores revelavam certas informações para ele que não me alcançavam. Parte disso se sustentava pela crença de que mulheres não teriam domínio de qualquer assunto que atravessa a pesca marítima e, por outro lado, havia também uma concentração de superstições mobilizando o diálogo, pois alguns jangadeiros de idade mais avançada argumentavam que uma mulher pode trair o segredo das pescarias, enquanto um homem não.

As primeiras imersões foram impressas sob essas condições, algo que elevou nossas emoções em muitos momentos, porque havia o medo de perder a qualidade das entrevistas devido ao olhar indiferente dos nativos comigo. O quadro dessa realidade só se transforma com relação aos elos de confiança perante os pescadores quando passei a ser acompanhada por Francisco Nojosa, um nativo também jangadeiro, que trabalha também com transporte local e passou a fretar o carro dele para que fosse possível a realização dos encontros.

Uma cena marcante do campo que pode ser realçada neste momento, principalmente para dar destaque ao processo de transformação dos elos afetivos com os jangadeiros, foi o dia que precisei ir até o Barracão Z-9 (Colônia de Pescadores do Iguape), e lá realizei observações diretas enquanto tentava negociar uma agenda com os pescadores da comunidade. Era uma tarde de sábado, em julho de 2023, Francisco havia combinado com os mestres mais velhos a feitura de um pirão de peixe e mencionou que levaria uma amiga para experimentar do prato.

Quando descemos do carro, o pescador nos solicitou que fôssemos até a caiçara e levasse a farinha com as pimentas que ele havia organizado para fazer a comida. Enquanto entregava os pacotes aos mestres, percebemos certa desconfiança deles, que já iniciaram os cumprimentos dizendo que aquele prato só quem conseguia comer até o final era quem tinha sangue de pescador nas veias, fazendo uma certa provocação a nossa presença por ali. Francisco retorna e passa a conversar com os pescadores que estranhando a nossa participação, começam a direcionar perguntas sobre pescaria marítima para nós.

Considero esse movimento o limiar mais original do desenvolvimento do trabalho empírico, porque quando os pescadores perceberam que minhas respostas eram íntimas e precisas, escutei do cozinheiro do pirão a seguinte frase: “E a senhora entende de pesca?” “E como é que a senhora conhece essas coisas tudo?” “Tu pesca também é?”. Diante dessas indagações, precisei contar parte da minha biografia, sem revelar muitas informações para não prejudicar os desdobramentos da pesquisa, eles ao compreenderem que também vinha de uma família composta por pescadores e pescadoras, me provocaram: “E porque não disse logo que era feito a gente, menina!?”.

A partir desse momento em específico, deixei de ser uma desconhecida, tratada com altos graus de indiferença e passei a compor as atividades dos pescadores na comunidade do Iguape, dando continuidade à agenda de trabalho. A experiência destacada anteriormente se aproxima das vivências empíricas de Clifford Geertz (2008) e Simone Maldonado (1994), pois, se por um lado, os tabus de gênero presentes nas tradições pesqueiras atravessaram minhas imersões exploratórias, foi interpretando os símbolos locais, comendo da comida deles e polindo uma escuta sensível coberta de traços biográficos próximos, que conseguimos abrir portas para o desague da pesquisa científica.

Diante dessa mobilização, foi possível estreitar as relações com os nativos da comunidade investigada, sendo possível contar, inclusive, com a colaboração deles mesmos para acompanhar a agenda de atividades culturais desenvolvidas ao longo do ano. Tal realidade, desdobrou-se devido a inserção em grupos virtuais de *WhatsApp* dos quais os mestres, jovens e lideranças pesqueiras fazem parte. Nesses espaços, eram postados diariamente as articulações desses trabalhadores do mar, assim como, registros de manutenção em barcos, alimentação marítima e socializações espontâneas entre eles.

A experiência de ser adicionada nesses espaços virtuais elucidou com qualidade questões da pesquisa que, mesmo com as entrevistas, observações de campo e conversas espontâneas não foi possível alcançar com tamanha profundidade. Digo isso, porque, em certo momento, os pescadores passaram a se comportar nos grupos de maneira, como se não houvesse uma “estranha” naqueles espaços virtuais, o que tornou minha análise mais completa, pois, os símbolos e significados cotidianos da pesca marítima foram sendo destrinchados ali, pelos trabalhadores do mar.

Imagem 1 Grupo virtual 1 com pescadores do Iguape/CE

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2023.

Imagem 2 - Grupo virtual 2 com pescadores do Iguape/CE

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2023

As imagens destacadas anteriormente fazem referência aos grupos virtuais dos quais os pescadores marítimos estão inseridos. Na primeira imagem temos *tango pescador*, espaço articulado por uma liderança pesqueira do Iguape, Gilmarlon, popularmente conhecido por tango. Na segunda imagem, temos o intitulado *pescadores plantão do Brasil*, que consiste em um espaço de trabalhadores do mar mais geral, organizado por lideranças da sede do município, que conta com pescadores de todas as comunidades costeiras que compõe Aquiraz.

Foram as relações sociais e afetivas construídas com os moradores, pescadores, rendeiras e demais membros da comunidade do Iguape que tornou o aprofundamento da questão de pesquisa que orienta este trabalho uma rede fecunda. Principalmente, porque o sociólogo(a), por mais engajado(a) que seja, não consegue dar conta de articular tantos elementos acontecendo simultaneamente, ao longo do trabalho investigativo. Apesar da cadeia de desafios que acompanhou nossa trajetória ao longo desse percurso, ter o privilégio de poder contar com a colaboração coletiva dos nativos foi o que permitiu a construção dos processos que costumam a imersão sociológica.

Ao todo, foram articuladas cerca de três imersões na comunidade pesqueira do Iguape. A primeira teve duração de aproximadamente vinte dias, tendo início em 15 de julho de 2023 e finalizando em 05 de agosto do mesmo período. Posteriormente a tal movimento, também foi realizado uma outra inserção em dezembro do mesmo ano, durando em torno de quinze dias, sendo os outros dias do mês utilizados para experimentar as festividades do território, interações espontâneas, mas que ofereceram ótimo potencial investigativo.

Por fim, realizamos a última imersão de campo por volta de junho de 2024, com uma duração de aproximadamente trinta dias. Nesse momento, tivemos uma inserção mais extensa por ser aquela que fecharia as discussões presentes na pesquisa. Desse modo, foi necessário todo um articulado com o tempo e com os elementos que seriam visualizados nesse processo, principalmente, por saber que, após essas vivências, seria necessário dedicar-se a escrita, que exige tempo e atenção para ser esmiuçada com qualidade.

Os encontros e visitas realizadas enquanto estivemos no estado do Ceará, foram organizados tendo por orientação as seguintes etapas: (a) Espaços de rede institucional/científica; (b) Bibliotecas e acervos locais de relevância ao tema; (c) Entrevistas com atores primários e secundários; (d) Entrevistas com pescadores. Tal divisão, teve por objetivo direcionar a distribuição do tempo com relação as demandas que seriam construídas através do campo empírico em si, como entrevistas, observação participante, registros fotográficos, etc., assim como, qualificar as reflexões teóricas sobre a temática, com base na disponibilidade das produções públicas disponíveis.

Dessa maneira, foi construído uma espécie de “rede mental”, onde foi possível somar as contribuições dos encontros anteriores e aplicar tais informações nos roteiros semiestruturados, que seriam mais tarde utilizados com os pescadores artesanais. No que se refere as relações sociais que nos acompanharam durante as imersões, podemos destacar um pluralismo de contribuições que fortaleceu, ainda mais, o desenvolvimento da pesquisa, principalmente, no estabelecimento de uma rede coletiva de apoio pesqueiro, composta com nativos de confiança, que cumpriam um papel assertivo nos trâmites de trabalho.

A desenvoltura das entrevistas era quase sempre realizada em casas de pescadores, ou onde os trabalhadores do mar guardam seus materiais de trabalho e reúnem os parceiros de pescaria para socializar no cotidiano, em espaços popularmente conhecidos por barracões ou caiçaras, espaço marítimo que sedia, muitas vezes, o preparo de iguarias locais. Os meses nos quais foram organizados a agenda do campo em si foram pensados a partir dos critérios de segurança, que eram justamente o período de defeso das espécies produtivas, assim como datas celebrativas para os moradores como um todo.

Assim, a entrada no campo faria sua articulação não só voltada para atender uma agenda de entrevistas, mas também a completude das experiências que aquele território abarca como, por exemplo, as regatas, que são corridas de jangada, a festa do padroeiro Pedro pescador, a corrida de paquetes e a caminhada da cavala, que concentra uma vasta população a beira mar para a degustação de pescados.

De maneira geral, a organização do processo empírico de trabalho enquanto uma rede maior articulou-se levando em consideração uma cadeia de cenários culturais, sociais e festivos, como uma forma de ampliar a qualidade da experiência imersiva, assim como sofisticar os materiais de investigação que foram construídos em períodos distintos. A travessia de estar em uma comunidade, e depois, retornar dela, compreende um movimento complexo e bem sensível, pois, foi necessário dedicar tempo de atenção a tudo aquilo que foi produzido com o território e com os trabalhadores do mar.

2.3 Os Jangadeiros de Iguape

As entrevistas, enquanto parte do segmento empírico desta pesquisa, foram construídas a partir dos elos de confiança e respeito estabelecidos com os interlocutores, sendo articuladas por uma orientação geracional. Ou seja, no primeiro momento, fizemos encontros com um grupo de jangadeiros mais velhos, que vão de trinta e três a setenta e sete anos de idade (Tabela 2) e, posteriormente, com jovens pescadores entre dezoito e trinta e seis anos de idade (Tabela 3). Nosso intuito, foi ampliar a qualidade do debate que orbita sob os processos de ingresso na atividade pesqueira, tendo em vista que as relações sociais que engajaram cada grupo a se inserir

na pesca marítima foram distintas.

Para dar conta de responder nosso interesse principal, a partir dessa impressão geracional, partimos do método compreensivo de Max Weber (1999) para entender as particularidades que sustentam as relações sociais que culminam na entrada desses trabalhadores do mar na atividade pesqueira. Analisando as particularidades por trás da ação cotidiana de saída para mar, dando ênfase aos valores que orientam tal ação, assim como, as relações de poder que movimentam a produção artesanal marítima.

O método científico utilizado se trata de um veículo de possibilidades para a interpretação sociológica, mas não se sustenta por si só (Beaud; Weber, 2015) e, por essa razão, o processo do saber-fazer científico exige um alinhamento de técnicas e estratégias de pesquisa que colaborem para a leitura das questões de estudo. Sendo assim, o modelo de entrevista utilizado no desenvolvimento de nossa pesquisa foi aberta e semiestruturada, tomando como base norteadora os relatos subjetivos do próprio entrevistado sobre suas vivências, sendo tais registros a largada de nossa investigação (Becker, 2015; Rosenthal, 2014).

Nessa perspectiva, o uso de entrevistas semiestruturadas teve por objetivo captar como os pescadores marítimos teceram as suas trajetórias mobilizando a memória, quais momentos eles destacaram como principais no decorrer de suas experiências com relação ao fenômeno do ingresso na pesca artesanal. Em contrapartida a essas indagações primárias feitas no processo de análise, também nos debruçamos na obtenção sob os significados que esses homens do mar davam as suas próprias trajetórias, demarcando possíveis conflitos, tensões ou ruptura geracionais (Becker, 2015; Rosenthal, 2014).

Somado ao processo de confecção dos relatos com os nativos, também mobilizamos a observação participante, os cadernos de campo, que foram verdadeiros aliados nesse movimento de revisitar os registros, e as fotografias capturadas durante a agenda de trabalho empírico. Cabe destacar que a escolha por essas tripulações atendeu não somente o recorte geracional, mas também (a) tipos distintos de pesca; (b) tipos diferentes de jangadas (as que pescam em alto mar ou próximo à praia); e (c) pessoas que tenham na pesca de jangada sua principal (e não exclusiva) fonte de renda.

Ao todo foram entrevistados cerca de vinte jangadeiros na comunidade do Iguape, sendo dez desses encontros realizados com mestres mais velhos, e os outros dez com jovens trabalhadores do mar. Das informações gerais mais relevantes a nível de perfil, destacamos nos relatos desses pescadores suas respectivas: (a) fontes de renda (para além da pesca); (b) embarcações artesanais utilizadas e apetrechos para a (re)produção da atividade, com o intuito de compreender se havia permanências ou rupturas nos processos de cada grupo. Mas, antes de

explicar os dados mencionados, iremos demarcar os nomes, idades e funções na jangada de ambos os grupos de jangadeiros.

Tabela 2 - Identificação dos mestres pescadores do Iguape/CE, entre julho e agosto de 2023

Nome/Apelido	Idade	Função na jangada
João / Nojosa	77 anos	Mestre
José / Candeeiro	76 anos	Mestre
Antônio / Banqueiro	68 anos	Mestre
Wilton / Toninho	65 anos	Mestre
Airton / Novin	63 anos	Proeiro
Antônio / Moela	61 anos	Mestre
César / Ligueirinho	57 anos	Mestre
Francisco / Pacheco	55 anos	Mestre
Daniel / Nadador	41 anos	Mestre
Gilmarlon / Tango	33 anos	Mestre

Fonte: elaboração própria.

Tabela 3 - Identificação dos jangadeiros jovens do Iguape/CE, em junho de 2024

Nome	Idade	Função na jangada
Adriano	36 anos	Mestre
Raimundo	30 anos	Mestre
Francisco	25 anos	Mestre
Emanoel	19 anos	Mestre
Erivaldo	27 anos	Mestre
Gilmárcio	26 anos	Mestre
Jonas	26 anos	Mestre
José	19 anos	Mestre
Lucas	23 anos	Mestre
Tobias	28 anos	Mestre

Fonte: elaboração própria

As tabelas anteriores demarcam, de maneira expressiva, a posição ocupada pelos jangadeiros do Iguape nas tripulações pesqueiras. Mesmo possuindo idades distintas, ambos conseguiram alcançar esse lugar social de prestígio na embarcação. Há um elemento que atravessa a biografia deles conjuntamente, que é o modo como ambos foram inseridos na

atividade marítima, mas essa realidade só vai ser esmiuçada no capítulo 2, quando formos tratar do fenômeno em si do ingresso.

No que se refere a outras formas de gerar renda para além da pesca, os pescadores relataram que a (re)produção da pesca marítima é mobilizada no território como fonte de renda principal, mas não exclusiva, devido ao período do defeso das espécies que exige o descanso da fauna marinha. Por essa razão, a articulação de pequenas atividades que geram renda complementar se apresenta como uma prática comum para eles. No entanto, essas atividades secundárias não permanecem sendo as mesmas se formos analisar o recorte geracional.

Os jangadeiros do primeiro grupo, que possuem uma idade mais avançada, se encontram hoje na condição de aposentados. Mas, quando não estavam resguardados sob esse benefício, realizavam atividades complementares ligadas a carpintaria ou a construção civil, era esse o modo de manutenção doméstica deles. Em contrapartida, os pescadores jovens já articulam outras formas de serem remunerados em período de defeso, como, por exemplo, vendendo passeios turísticos para pousadas de pequeno porte, auxiliando em mercados, padarias e peixarias localizadas no centro (sede) de Aquiraz.

Tabela 4 - Atividades secundárias dos mestres jangadeiros do Iguape/CE, entre julho e agosto de 2023

Atividade	Pescadores (Qnt)	(%)
Carpintaria	4	20%
Ajudante de pedreiro	6	30%
Total	10	50%

Fonte: elaboração própria.

Tabela 5 - Atividades secundárias dos jovens pescadores do Iguape/CE, em junho de 2024

Atividade	Pescadores (Qnt)	%
Guia de Passeio turístico	6	30%
Auxiliar de Padeiro	2	10%
Auxiliar de Peixaria	2	10%
Total	10	50%

Fonte: elaboração própria.

No que se refere as tipicidades da técnica de captura pesqueira que os entrevistados manuseiam, há uma continuidade em sua instrumentalização cotidiana, pois, todos que

relataram suas formas de trabalho trazem similitudes nos modos de captura durante os desenvolvimentos da produção. Em contrapartida, os jangadeiros mais jovens mobilizam instrumentos complementares que apenas alguns dos outros mestres usam em suas atividades. Sobre esse quadro, destacaremos, mais adiante, quais são esses processos e, posteriormente, as espécies capturadas por eles.

Tabela 6 - Tipo de técnica utilizada na pesca marítima do Iguape/CE, em junho de 2024

Técnica	Mestres	Jovens pescadores	%
Linha de mão	10	10	100%
Rede de emalhar	5	5	50%
Covos	4	3	70%
-	-	-	-

Fonte: elaboração própria.

O uso da linha de náilon enquanto técnica pesqueira se apresenta entre os jangadeiros do Iguape como uma forma expressiva de captura na atividade marítima. Seu manuseio configura uma herança ancestral, transmitida entre distintas gerações na comunidade. Enquanto a produção realizada em rede ou em covos consegue articular pequenas tripulações, por ser um modo de (re)produção não tão utilizado entre os mestres desse território, os entrevistados mencionam que o uso de cada meio produtivo sofre influência direta dos ciclos bionaturais, assim como, dos interesses subjetivos das equipes com quem se realiza a pescaria.

Os jangadeiros de perfil jovem utilizam outros apetrechos como complementação da técnica mencionada anteriormente. A ferramenta comum entre eles são as marretas de madeira ou inox, que são tradicionalmente utilizados para findar o processo de óbito dos peixes capturados através da linha. Algo não tão expressivo com os mestres de idade elevada, estes preferem utilizar elementos mais rústicos, que são interpretados por eles como “ferramenta de pescador raiz”, quase como uma provocação as gerações recentes.

No Iguape, as embarcações artesanais não sofrem tanta alteração estética em suas estruturas, sendo distintas umas das outras na proporção de largura, na capacidade de transportar pescado e nas exigências de saber-fazer da equipe pesqueira. Os mestres experientes fazem uso apenas da jangada alta, aquela com oito ou nove metros de comprimento, com a vela de pano alcançado em média quatro ou cinco metros de altura. Enquanto o pacote configura uma embarcação menor, utilizada pelos pescadores iniciados a pouco tempo, possuindo entre quatro ou seis metros de comprimento para três ou quatro metros de pano triangular.

Além disso, a capacidade de transporte dos embarcadiços também sofre modificações

conforme se altera o modelo do bote. Uma Jangada tradicionalmente é utilizada na comunidade por pescadores experientes devido a sofisticação da pescaria, pois, utilizar esse embarcação exige do pescador um saber-fazer igualmente aprimorado, para dar conta das demandas produtivas articuladas no alto mar. Enquanto que o Pacote, compreende um transporte manuseado pelos trabalhadores recém inseridos na atividade produtiva, ou jangadeiros que são mestres, mas ainda não alcançaram altos níveis de maturidade na pesca.

Sob essa perspectiva, vale ressaltar que o corpo do pescador, assim como as habilidades que ele precisa construir no cotidiano para se apropriar da pescaria, acompanha os mesmos movimentos do tipo de embarcação que é mobilizada na atividade pesqueira. O que significa dizer que há uma costura íntima elaborada a partir das relações embarcações, a manutenção dos botes e cadeia de saberes artesanais que o pescador precisa possuir para ter condições de (re)produzir essa prática no cotidiano.

Fotografia 4 - Jangadas do Iguape/CE

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024

Fotografia 5 - Paquetes do Iguape/CE

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024

Na primeira fotografia destacada anteriormente temos algumas jangadas sendo preparadas para a imersão na pescaria, os mastros extensos e altos, com velas de tamanho também expressivo. Em contrapartida, na última foto, há um paquete desarmado a beira mar da praia do Iguape. Algo interessante a nível de análise é compreender como as transformações dos botes artesanais resguardam particularidades em suas confecções, principalmente, quando compreendemos que cada uma exige um tipo de jangadeiro, assim como, uma cadeia de habilidades distintas em cada manuseio.

CAPÍTULO 2 - O CORPO DO PESCADOR É IGUAL A JANGADA, PRECISA TER MANOBRA E EXPERIÊNCIA! TORNAR-SE JANGADEIRO NA PESCA ARTESANAL MARÍTIMA DO IGUAPE

[...] Quem via de longe, pensava que era só soltar a jangada com o terral, deixar a bicha correr de vela aberta, depois fundear, soltar a chegar o peixe. Que nada! Precisava de tino, de cabeça. (Rêgo, 2021, p.203).

Neste capítulo, iremos esmiuçar a compreensão das distintas gerações de *jangadeiros* mobilizados nessa pesquisa sobre o fenômeno do ingresso no ofício, sendo tal realidade atravessada por conversões pesqueiras de apropriação e (re)produção no território. Cabe ressaltar que, para os trabalhadores marítimos, tal inserção compreende uma experiência coletiva, onde as relações sociais de parentesco e compadrios são elos que os mobilizam dentro da pesca artesanal. Assim, tornar-se *jangadeiro* nessa comunidade está atrelado a sofisticação simultânea de saberes bionaturais e técnicos, inerentes ao ofício, que encontram no corpo suas marcas de expressão.

A comunidade do Iguape nos oportunizou um quadro de análise enriquecedor, principalmente, pela expressividade de *jangadeiros* com idades diversas que dialogam entre si, o que significa dizer que, embora suas práticas sejam permeadas por singularidades, eles estão conectados numa mesma teia cotidiana de trabalho, algo que norteou nossas reflexões. Isto porque, existe uma certa tradicionalidade nos campos das Ciências Sociais, que tende em centralizar as relações de parentesco como bases de (re)produção dessa inserção, o que, por vezes, acaba oferecendo uma perspectiva essencialista que limita os/as pesquisador/as a enxergarem outras relações micro cotidianas, que são atravessadas por elos complexos, poder e tensões presente nos processos de apropriação do trabalho.

Diante disso, a nossa proposta tem por intuito discutir não somente o lugar ocupado por essas relações nos modos de ser e saber-fazer dos *jangadeiros* do Iguape, mas, principalmente, esmiuçar que a entrada desses homens na pesca artesanal está atravessada por conversões específicas, onde o corpo, somado ao território, imprimem a complexidade existente nos processos de apropriação dessa cultura marítima. Assim, o recorte geracional, trazido pela diversidade de entrevistas, elucida a compreensão dos mestres mais velhos e dos jovens pescadores sobre o mesmo fenômeno, o que nos concede um importante instrumento de análise sob a qual esta dissertação se propõe abordar.

Centralizar os relatos apenas nos trabalhadores mais velhos, poderia nos conduzir ao equívoco de (re)produzir a crença da não continuidade na atividade pesqueira como uma

realidade, algo que se dissolve quando trazemos as contribuições dos jovens *jangadeiros* para a discussão. Inclusive, por este processo de compreensão nos terem revelado que estes *jangadeiros* não estão saindo da pescaria, mas tem encontrado outras formas de se articular e desenvolver seus processos produtivos.

E, por essa razão, elucidar tal fenômeno na pesca marítima através desse recorte de gerações nos proporcionou uma teia de reflexões, principalmente no que se refere as experiências coletivas similares entre os trabalhadores quando nos debruçamos sobre a sofisticação do saber-fazer e suas formas de apropriação. Como bem destacamos, dos 20 entrevistados na comunidade, 19 alcançaram a condição de *mestres*, essa posição de estima e prestígio por si só corresponde a um *processo identitário* atravessado por hierarquias, relações de poder que são responsáveis por operar a ideia de pertença ao grupo, afinal há todo um controle dos critérios de quem pode ser *jangadeiro* e quem não está contemplado por tais elementos.

Sob essa perspectiva, organizamos a discussão do capítulo da seguinte maneira: (a) comunidade; (b) conversões pesqueiras e práticas do fazer inerentes ao ofício marítimo; (c) tensões e relações de poder. Os segmentos em questão, estão conectados entre si, e, a partir deles, tivemos a pretensão de demonstrar como as gerações distintas de trabalhadores marítimos compreendem o ingresso na pesca de alto mar, e como essas relações cotidianas estão desdobradas no território. Cabe destacar que o fato de eu ser mulher e jovem foram elementos que atravessaram a pesquisa de maneira integral, pois há certos preconceitos entre os pescadores em ceder informações específicas sobre suas práticas tradicionais de pescaria.

No entanto, apesar dos desafios impostos a pesquisa foi possível estabelecer boas relações com as pessoas da comunidade, mas para alcançar tamanha confiança foi necessário o esforço de compreender quais eram os valores que orientavam os trabalhadores marítimos do Iguape. Sendo a coletividade a engrenagem norteadora dos elos estabelecidos no território, os significados dessas experiências com os moradores da localidade, aproximam-se do conceito de *biointeração* mobilizado pelo intelectual quilombola Nego Bispo (2015) nas palavras dele, significa: “O fortalecimento de relações vivas e integradas com o universo natural, por meio da reedição dos recursos e da partilha cotidiana.” (Bispo, 2015, p.100).

Pelas lentes de Bispo (2015), compreender as relações cotidianas desdobradas em um território, exige a experimentação dessa inserção de maneira contínua e coletiva, seja com o espaço natural ou com os moradores daquela comunidade. Pois, somente sendo atravessado dessa maneira, seria possível nos aproximarmos da teia de sentidos articuladas pelas gentes do mar. Mas, isso não significa que o alcance dos significados dessa realidade seja algo integral,

pois, há por parte dos pescadores, o resguardar do *segredo*, que são aquelas informações que permanecem apenas com os pertencentes a comunidade (Maldonado, 1994; Bispo, 2015).

Comunidade Jangadeira: Sociabilidades e Experiências Compartilhadas

Para tratar das especificidades do Iguape, nos apoiaremos nas discussões de Fredrik Barth (1966; 1998), pois a perspectiva desse autor dialoga intimamente com os dados obtidos em nossas entrevistas. O autor posiciona os grupos interétnicos como um conjunto de pessoas de origens distintas, mas que compartilham certos espaços, construindo, a partir deles, relações sociais, culturais e econômicas complexas. Além disso, o mesmo enfatiza que “as diferenças culturais entre eles que são consideradas legítimas, são aquelas que os próprios atores tomam para si” (Barth, 1966, p. 6).

Nesse sentido, partiremos da cadeia de signos e elementos colocados pelos jangadeiros em seus relatos para esmiuçar a comunidade pesqueira em questão, trazendo as contribuições dos nativos para expressar as transformações estéticas e culturais sofridas no Iguape. Principalmente, porque são as distintas relações sociais e seus elos de organização e (re)produção que nos orientam a compreender a complexidade dos modos de vida que se estabelecem no território (Barth, 1998).

Sob a perspectiva quilombola de Bispo (2015), os significados atribuídos aos territórios tradicionais são frutos de um imaginário social coletivo, sendo o desdobrar das dinâmicas estabelecidas no cotidiano o refletor base de como funciona as articulações dos recursos naturais para fins diversos por meio dos seus atores. Na comunidade investigada, há atividades que possibilitam a compreensão sobre o desenho comum de como funciona a organização social da produção pesqueira no Iguape.

Dando amplitude as especificidades dessa comunidade, contaremos com os relatos do entrevistado Gilmárcio, morador e jangadeiro do Iguape que nos traz, pelos vestígios de sua memória, a lembrança desse território durante a primeira infância. E, em diálogo com esse jovem pescador, trouxemos os registros de seu Antônio, mestre de jangada experiente que nasceu e cresceu na mesma região, acompanhando muitas das transformações sociais e culturais desse território pesqueiro.

Para que possamos adentrar nas especificidades de Iguape, se faz necessário inicialmente, que refletíssemos acerca da imagem abaixo, isto porque, através dela, podemos ver uma comunidade que em muito se aproxima daquela exposta por Câmara Cascudo (1957), quando apresenta parte do cotidiano dos jangadeiros no Rio Grande do Norte.

Fotografia 6 - A praia do Iguape/CE (Sábado dia anterior a feira – 19/06/2024)

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024.

As caiçaras, os botes ou, até mesmo, as palmeiras, são elementos que desenhavam esteticamente o território dos trabalhadores do mar narrados por Cascudo e também em Iguape. Mas, diferentemente do que esses elementos sugerem (algo cultural, forte, expressivo, etc.), existem outras especificidades de sua presença na comunidade que ampliam significados no imaginário dos jangadeiros. O mestre de jangada Gilmárcio, com quem tivemos o prazer de compartilhar a construção dessa dissertação, nos sinalizou ao longo de suas falas, as transformações sofridas pelo Iguape, sobretudo, com o aumento das construções de alvenaria, que deram outras formas a mesma região.

Sobre isso, nos fala o pescador em questão:

Na época do meu vô e de pai, tinha uma outra cara o Iguape. Eu já nasci em berço de ouro bem dizer moça! As casas de alvenaria foram tomando conta da estrada, aí hoje você tem os hotéis, pousadas, restaurante, hospital, tudo né? Um pé de manga mesmo por aqui pro [sic] camarada se imparar [sic] é difícil viu? Pra você ter uma ideia, hoje, onde tem essas casas aqui beirando a praia, era tudo morro de areia, e os antigos usavam pra fazer as marcações pesqueiras... os pescador já não cuidam só de pesca também né? Eles fazem outros serviços que são dentro da pesca mas nem tudo é dentro d'água! (Gilmárcio, Mestre de Jangada do Iguape, 26 anos, 2024).

Como bem destaca o pescador Gilmárcio, o Iguape onde ele cresceu e foi socializado não detinha a mesma estrutura e a mesma estética daquela experimentada por seus parentes. A fotografia em questão capta a permanência das embarcações e, ao lado, há uma caiçara onde são feitas boa parte das atividades que envolvem a pesca marítima. No entanto, se contam as palmeiras nesse território, assim como as construções civis, já não são tão rústicas quanto

antigamente, dando espaço para os modelos de alvenaria, estética que o jangadeiro denomina de “berço de ouro”, atribuindo as condições sociais também as transformações estruturais da comunidade.

As falas desse jovem pescador ganham legitimidade quando comparamos sua entrevista com a de Seu Antônio, Mestre jangadeiro que também mora na comunidade em questão e ressalta as mudanças estéticas/estruturais deste território pesqueiro. Nas palavras do entrevistado:

Olhe moça, aqui no Iguape, na minha época de menino, era muito diferente de hoje! Não existia essas casas assim não, tinha era muito pé de coco, as caiçaras era tudo simples, as casas dos cabôco [sic] era de barro batido com palha seca, pescador tinha era muito! As praias chega era aquela manta grande de gente, era cada qual com um serviço né? Os fazedor de barco, os que vendia anzol, os que consertava tarrafa, tudinho aqui espalhado, e hoje não... hoje a vida está diferente né? (Antônio, Mestre de Jangada em Iguape, 68 anos, 2023).

No entanto, há um elemento de encontro comum nas falas dos trabalhadores do mar que chama atenção no que se refere a continuidade dos papéis sociais articulados na comunidade. Seu Antônio, quando diz que existia uma “manta de gente”, se refere aos pescadores que, embora não fossem todos ligados à produção de pescado, desenvolviam outras atividades pertencentes a cadeia artesanal. Concede pano de diálogo aos relatos de Gilmárcio que também menciona as mesmas categorias, atribuindo a esses agentes outros papéis “fora d’água”, mas que continuam realizando práticas envolvendo a teia alimentar da pesca marítima.

Na comunidade do Iguape, existem os carpinteiros responsáveis pela manutenção estética e estrutural das embarcações; os vendedores de gelo, que são homens de confiança dos pescadores, pois, por meio deles, a produção capturada pode ser conservada por mais tempo; os fibreiros, que exercem o papel de forrar as jangadas de fora para dentro; além dos tratadores espalhados pelos barracões, que limpam aqueles peixes próprios para consumo. Somado a isso, há outras atividades costuradas a pesca marítima como elo de interdependência, como bem destacam os entrevistados, “não estão no mar, mas fazem outras coisas fora d’água”, explicitando a cadeia alimentar nutrida a partir do ofício artesanal.

No Iguape, os trabalhadores do mar com idade igual ou mais avançada que Seu Antônio, isto é, setenta e oito anos, continuam indo pescar, só não aqueles que possuem limitações físicas. No entanto, esses também permanecem contribuindo com a confecção do saber-fazer, indo as caiçaras para socializar e transmitir tais conhecimentos com os outros pescadores. Os jangadeiros jovens participam ativamente da apropriação dos saberes pesqueiros, inclusive articulando relações que dão amplitude as habilidades deles, se interessando por atividades transversais a produção marítima com o intuito de fortalecer a manutenção financeira.

Sob essa perspectiva, destacamos que a região pesqueira em questão possui uma organização territorial sustentada por estreitas relações de interdependência, laços sociais e também ecológicos bem posicionados, que são materializados no cotidiano por todos os que compõem a comunidade. O domingo é um dia de confluência dessas relações no território, por ser um momento em que ambos papéis sociais de trabalhadores ligados a pesca, diretamente e indiretamente, se atravessam durante a articulação da venda dos pescados.

A feira do peixe, enquanto uma prática tradicional realizada aos domingos na comunidade do Iguape, está sendo realçada aqui por contemplar parte sofisticada de nossa discussão no que toca as relações de interdependência do território. Pois, durante o seu desdobramento, foi possível identificar como os elos desses trabalhadores tão diferentes em seus ofícios se articulam simultaneamente em torno das vendas dos produtos, como se todos os saberes que ambos possuem se costurassem numa malha homogênea, embora seus elementos de sustentação sejam diversos.

Ao me debruçar sobre a feira, encontrei o pintor Wesley Borges, morador da cidade de Cascavel, região vizinha a Aquiraz, que estava de visita turística na comunidade do Iguape e aproveitou-se da ocasião para confeccionar peças em aquarela enquanto passeava pelo território. Ao nos depararmos com aquela cena, resolvemos nos aproximar para compreender melhor se ele era morador ou vinha de outro lugar. Por coincidência, a pintura que o mesmo estava a rascunhar fazia alusão a feira do peixe, onde o artista destacava, com ênfase, signos tão cotidianos nos processos de apropriação do saber-fazer artesanal.

Imagem 3 - A feira do peixe – Praia do Iguape/CE

Fonte: Wesley Borges, 2024

Quando questionei ao artista o que significava uma feira de peixe nas comunidades pesqueiras, Wesley respondeu de maneira instantânea:

Rapaz... é tanta coisa moça que fica difícil resumir pra senhora viu? Porque veja, na feira, todos os trabalhadores se ajudam, não é só chegar e despachar um peixe entendeu? O carpinteiro aproveita pra fazer manutenção, as rendeiras vendem seus bicos de Bilros, se tiver uma embarcação pra chegar os geleiros já ficam na espreita pra guardar a produção dos camaradas, os que tratam não param um minuto... porque toda hora chega à freguesia! E assim vai... não tem um melhor que outro entendeu? Todo mundo está ali pra se ajudar e vender o que saber fazer, desde o camarada que conserta um peixe desse aí, até os que vem pra costurar a vela dos outros que chegam de viagem, a feira é muita coisa! (Wesley Borges, pintor artesanal, 28 anos, 2024).

Para elucidar o relato do pintor, se faz necessário refletir sobre a pintura que o mesmo confeccionou enquanto conversava comigo na comunidade do Iguape, já que a obra oferece uma experiência sensível sobre a importância da feira do peixe no território. Pois, ela evidencia o atravessamento de elos profundos, (re)produzidos no cotidiano e que ganham amplitude aos domingos. Enquanto temos pescadores vendendo seus produtos, há, em simultâneo, o retorno de outros jangadeiros da pescaria, assim como, temos um tratador limpando o pescado sobre os olhos atentos do jovem que foi acompanhado do freguês.

A pintura se costura ao relato enriquecedor de Wesley Borges, que enfatiza a feira como um lugar que não é “somente pra vender peixe”, todos os trabalhadores de categorias distintas ocupam esse território. Os laços de confiança e respeito são fortalecidos nesses momentos, pois só se compra pescado no Iguape daqueles que se tem confiança, e os mesmos critérios são expandidos para os outros ofícios que são realizados em Iguape, sendo o dia da feira livre o momento de culminância dessas relações.

Nesse sentido, a feira do peixe compreende um lugar de confluência de saberes no território pesqueiro. Ela ocorre aos domingos, pela manhã, e movimenta um quantitativo expressivo de moradores, turistas e demais trabalhadores artesanais que transitam pela praia. No desdobrar do dia, é possível identificar os laços de compadrios e parentesco se atravessando durante as negociações comerciais, pelo uso dos signos complexos ou do dialeto mobilizando pelas pessoas para se referir a práticas específicas de seus ofícios.

Em comum diálogo com o relato de Wesley Borges, enfatizamos que a feira realmente “é muita coisa”, por ser neste espaço onde pessoas de distintas gerações e ofícios trabalham simultaneamente, se ajudando e colaborando nas produções uns dos outros. O respeito ao território e aos mestres se estende por toda a comunidade do Iguape e encontra na feira seus

pilares de fortalecimento, pois, desde sua organização até o “fechar da lona”, que é quando as vendas se encerram, ambos estão em constante troca seja ela para fins comerciais ou culturais.

Fotografia 7 - A feira do peixe – Comunidade do Iguape/CE (20/06/2024).

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024.

Durante a articulação da feira, foi possível analisar as relações de interdependência se (re)produzindo, através das socializações diversas estabelecidas entre turistas, moradores, pescadores e demais agentes que ocupam a feira, de maneira geral. Quando as primeiras lonas são postas no chão com o intuito de apresentar os pescados à venda, temos a colaboração dos barqueiros, que são os homens responsáveis pelo encalhamento dos botes, auxílio técnico aos pescadores, e também por esse transporte de deslocar a produção para a praia.

Somado a isso, há os geleiros, que são os trabalhadores que organizam o pescado em grandes caixas de isopor, submersos em gelo. Na foto destacada anteriormente, há peixes distribuídos sob a areia, mas isso ocorre quando há comprador fixo para vir apanhar seus produtos. Enquanto esses clientes não chegam, os pescados permanecem nesses espaços aguardando a devida comercialização, sem contar dos vendedores de aviamento que sempre transitam pelas feiras já buscando oferecer alguma espécie de manutenção, seja do barco ou de utensílios para pescadores.

Cada um desses agentes sejam eles carpinteiros, vendedores de gelo, barqueiros, comerciantes de gêneros alimentícios, pescadores, coveiros (pessoas que produzem instrumentos de captura), tratadores, rendeiras, costureiros, jangadeiros, entre outros ocupam a

feira. E esse percurso não é passivo, está atravessado por práticas diversas e que mobilizam todos a interagirem uns com os outros. Alguns articulam as próximas negociações, vendas particulares ou convites para comerem/beberem juntos, outros aparecem com mais frequência durante os processos de apropriação da pescaria, algo que ocorre com frequência no final do dia após a comercialização.

Embora as interações que se desdobram aos domingos se estendam aos demais dias da semana, a promoção da feira do peixe é responsável por evidenciar um momento de confluência dessas relações sociais e afetivas, pois, a partir dela, é possível identificar como se articulam os graus de confiança sutilmente direcionados durante as socializações na praia e quais são os significados que se confeccionam coletivamente no território (Bispo, 2015). Assim, os(as) moradores(as) da comunidade possuem papéis distintos que se entrelaçam de maneira interdependente, elos ora sociais, ecológicos e comerciais que, devido aos recursos de partilha, se conjugam simultaneamente (Barth, 1966; Cunha, 2009).

Através das imersões em campo, assim como pelos relatos dos pescadores, foi possível analisar que os moradores do Iguape constroem um elo íntimo complexo com o território, onde ser morador já significa estar atravessado pela cadeia de signos que envolvem a produção artesanal (Pereira, 2017). Seja pelas manifestações do saber e do fazer desdobradas na praia, pelos elos sociais ou, até mesmo, artesanais no sentido pesqueiro, os modos de vida dos pescadores de jangada se desenham em simultâneo com os demais que vivem no Iguape, costurando uma teia com o território e alargando-se aos seus pertencentes (Bispo, 2015; Pereira, 2017).

Tal rede complexa se alarga no cotidiano por meio da participação coletiva dos nativos. Essa perspectiva ganhou amplitude a partir de uma entrevista realizada com o Mestre João Nojosa, um jangadeiro de setenta e sete anos que ainda se arrisca a realizar viagens pesqueiras com seus filhos e netos. Durante o encontro, notamos a presença de uma pintura em sua sala que traduzia, segundo o próprio, este cenário de viver o universo pesqueiro na primeira infância. Após a finalização do roteiro, solicitamos a Seu Nojosa que ele me explicasse do que se tratava a pintura, e esse pescador me concedeu o precioso relato:

Quando meu menino mais velho nasceu, eu gostava de levar ele pra praia enquanto consertava as redes da pescaria, tinha vez que ele ia mais meu compadre que era mestre também... o menino gostava era muito! Aí meu outro compadre que era da carpintaria pegou e deu a meu menino uma jangada de brinquedo, aí já era um costume né? Eu ali perto trabalhando, ele brincando com coisa de pesca, já ficava mais perto de ser pescador também que nem eu (João Nojosa, Mestre de jangada do Iguape, 77 anos, 2023).

Fotografia 8 - Pintura encontrada na sala do entrevistado – “A vida de pescador”

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2023.

A pintura presente na residência de Seu Nojosa, somada aos relatos enriquecedores deste pescador, concedem uma experiência visual carregada de sensibilidade que aguçou ainda mais nossas reflexões sobre o fenômeno do ingresso na atividade marítima. Principalmente, porque foi possível analisar que, ser jangadeiro na comunidade do Iguape, não configura uma atividade passiva. Na verdade, trata-se de um processo dinâmico, submerso em significados, que são (re)produzidos e sofisticados coletivamente no cotidiano, contando com múltiplas participações no território, uma teia de laços que são transmitidos por meio da tradição.

Ao destacar em seu relato que levar o filho para esses espaços de socialização pesqueira era “costume”, o entrevistado nos posiciona, ainda que de maneira abstrata, sob as práticas conjuntas que se desdobram simultaneamente nos territórios tradicionais e que, posteriormente, são tais ritos os encarregados de forjar as condições dele “ser pescador que nem eu”. Logo, ser jangadeiro compreende uma unidade dentro dessa rede extensa de atividades formativas, que, no cotidiano, ganham forma e expressão.

E mesmo Seu Nojosa sendo jangadeiro, ele destaca, com ênfase em suas conversas espontâneas pós entrevista, que só ser “da família de pescador” não era o suficiente para seguir o ofício, era preciso, segundo o Mestre, “ter experiência”. Nessa perspectiva, ser levado, ainda que na primeira infância, para junto de espaços onde atividades pesqueiras contemplam um fio dessa rede extensa de processos que são experienciados por esses pescadores ao longo de suas trajetórias de vida.

Posteriormente, quando formos tratar do ingresso em si retomaremos esse debate. Nosso intuito até o momento se assenta em apresentar a comunidade investigada, que possui particularidades enriquecedoras, inclusive, no quesito das articulações dos nativos no processo de (re)produção da tradição pesqueira.

Conjugar as bases de sustentação dessa tradição, exige dar destaque a qualidade do saber *multiespécie* desses trabalhadores do mar, pois a relação de pertença, seja ela marítima ou terrestre, se dá pela intimidade na qual esses atores se apropriam desse lugar e pela complexidade dos elos tecidos por meio do território (Tsing, 2019). Seu Nojosa, em seus relatos, tinha o hábito repetir o seguinte enunciado:

Sou desse lugar porque conheço ele, sou do mar porque ele me escolheu e eu também quis, e assim é no seco também, cada palmo de mato ou de tábuas pra fazer uma jangada dessa eu sei escolher moça! E só saio daqui quando Deus mandar chamar esse pescador velho (João Nojosa, Mestre de jangada do Iguape, 77 anos, 2023).

Como já mencionado anteriormente, os jangadeiros têm seus modos de vida expressos no litoral nordestino a aproximadamente quatro séculos. Tal resistência histórica se deu por um conjunto de fatores, incluindo o complexo saber-fazer desses trabalhadores que une uma tripla influência ancestral (indígena, africana e lusitana) nos seus processos de lapidação (Silva, 2001). Enquanto se faziam mestres de pesca, confeccionavam, em simultâneo, formas de dominar a natureza, sendo a jangada base material dessas transformações, pois o bote também incorporou uma sofisticação técnica em sua feitura (Maldonado, 1994; Cascudo, 2002).

Nesse sentido, a categoria de pescadores jangadeiros possui um perfil bem particular, sendo estes detentores de um amplo conhecimento *multiespécie*, que sofisticou o saber-fazer necessário para que esses trabalhadores (re)produzissem sua cultura marítima (Pereira, 2017; Tsing, 2019). Sendo a jangada, uma sociedade flutuante legítima, que concedeu resplandescência aos modos de vida marítimos, como uma espécie de rede dividida em três meios: o ator, o território e o imaginário social, elementos distintos que são tecidos em simultâneo durante os processos de apropriação da natureza realizada sob esse embarcação (Nascimento, 2019; Silva, 2020).

Quando Seu Nojosa enfatiza que “pertence a esse lugar porque o conhece”, está evocando, por via da sutilidade, a intimidade complexa que foi estabelecida com o território. O mestre jangadeiro se faz pertencente ao mar justamente por compreender seus mistérios e transformações nas produções do cotidiano. No Iguape, ser pescador de jangada compreende um modo de vida pulsante inerente ao espaço social, transmitido enquanto tradição com os demais da comunidade que, mesmo não sendo diretamente pescadores, articulam atividades

profissionais que atravessam a produção artesanal.

Os botes utilizados pelos jangadeiros imprimem uma marca original no modo de vida marítimo desses trabalhadores. Na comunidade em questão, o enfileirar das jangadas na praia compõem parte dos ritos pesqueiros que sucedem e antecedem a captura dos pescados (Cascardo, 2002; Diegues, 2000). Expressão estética que revela a tipicidade dos modos de existência que se articulam através de um espaço social, desenhando sua autenticidade por meio da resistência material desse embarcadicho, que também se converte numa oficina flutuante, pois os pescadores sofisticam seus saberes no cotidiano, enquanto processo contínuo de confecção (Ramalho, 2017; Nascimento, 2019).

Fotografia 9 - Os ritos cotidianos da saída pro mar – Praia do Iguape/CE

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024.

A resistência das jangadas compreende um fenômeno de conservação que contou com a qualidade do saber artesão dos carpinteiros e jangadeiros para se (re)produzir, pois, historicamente, foram eles que se encarregaram de criar estratégias bionaturais para compor a sua estrutura, tendo por intuito não alterar os ingredientes artesanais do embarcadicho e manter a capacidade flutuante da mesma (Silva, 2001; Cascardo, 2002). As técnicas de extração de madeira, assim como, as artesanias complexas por traz da confecção e acabamento do bote, revelam que a tradição das práticas do saber e do fazer marítimo também contou com o engajamento de outros trabalhadores para perpetuar sua expressividade material (Silva, 2020; Braga, 2021).

Sobre o processo de confecção e conservação da jangada enquanto embarcadicho histórico, temos os relatos do primeiro carpinteiro naval da comunidade do Iguape, que ganhou

nome de rua na região investigada devido a sua contribuição enriquecedora na perpetuação estética dos botes artesanais para os jangadeiros. O mestre carpinteiro Possidônio Soares Filho nos conta em seus relatos os conflitos que enfrentou com o pai, que também era mestre da carpintaria, para substituir a espécie da árvore nativa que sustentava a estrutura das jangadas da época.

Nas palavras de seu Possidônio, sobre as particularidades entre as jangadas de Piúba para os botes artesanais utilizados atualmente:

Eu não alcancei a jangada de Piúba né? Que foi a veterana mesmo das águas... agora papai e meu finado avô alcançaram essa Era de pau num sabe? Não tinha essa tecnologia de hoje não minha filha! A Piúba era boa porque corria muito, era daquela qualidade de pau maneiro aí boiava ligeiro na água. Mas não tinha segurança feito as outras de hoje, porque se o camarada fosse cochilar corria risco de morrer né? As de agora tem de toda qualidade, até dormir dentro você consegue! (Possidônio, 70 anos, 2024)

O carpinteiro em questão destaca, em seu relato, os desafios que a Piúba impunha aos jangadeiros nas atividades pesqueiras, sendo seu manuseio algo mais flexível, porém, arriscado por não conceder descanso durante os processos de captura. As crises de escassez pela madeira que desenhava esse embarcadiço tradicional, somado aos riscos mencionados, motivou Seu Possidônio Filho a construir jangadas utilizando tábuas de outras espécies de árvores.

Esse cenário gerou conflitos com o pai, que acusava o primogênito de ser o responsável por “acabar” com as embarcações tradicionais no Iguape, passagem que seu Possidônio resgatou da memória ao falar sobre esse processo da transição da jangada de Piúba para os botes feitos de Timbaúba, árvore nativa da região. Nas palavras do carpinteiro naval:

Os mais velhos têm disso mesmo né minha filha? Quando vê uma novidade que não seja a tradição que eles estão acostumados é isso mesmo... papai dizia a mim que eu ia acabar a tradição de jangadas no Iguape, e olhe que eu comecei ali em 1965 ou foi 1962 por aí... Ele não tava vendo que eu queria era melhorar as condição entendeu? (Possidônio, 70 anos, 2024)

O pescador pra pegar muito peixe precisa de uma madorna de sono né? Senão a jangada vira e o câmara se acaba ligeiro! Fui o primeiro a construir as embarcações de tábua por aqui, e posso lhe dizer com toda certeza que não me arrependo não, porque hoje a gente vê um pescador desse dormir e pegar seu pão sem aperreio, isso é você resguardar a tradição moça não é acabar, num sabe? (Possidônio, 70 anos, 2024)

Os relatos desse carpinteiro, embora estejam direcionados em tratar das primeiras transições das embarcações do Iguape, relevam uma particularidade existente nas relações estabelecidas entre os jovens pescadores e os mestres jangadeiros: os ruídos geracionais. Durante a construção das entrevistas, foi possível analisar os conflitos existentes nos processos de (re)produção do saber-fazer, esse cenário se dá em parte devido à dificuldade dos mais velhos

em abrir condições de absorção para práticas que vem de fora, e, em simultâneo, os jovens que nem sempre consegue acessar os códigos de linguagem durante os processos de apropriação dos pescados.

As falas de Seu Possidônio contribuem conosco no sentido de elucidar que há relações de poder demarcadas dentro do ofício pesqueiro, principalmente, no que toca a tradição, o bote e sua respectiva manutenção estrutural, compreende um elemento de expressão dessas relações. No entanto, no que se refere ao saber-fazer necessário para a (re)produção da pescaria ocorre o mesmo, as distintas gerações de jangadeiros possuem formas particulares tanto de transmitir conhecimento, quanto de se apropriar seja das técnicas ou do território enquanto espaço social. A conduta desse carpinteiro em protagonizar a transição da jangada de Piúba para Timbaúba foi de resistência, pois ele precisou enfrentar essas relações de poder que transitam no segmento artesanal da carpintaria, inclusive, no próprio seio do parentesco. No entanto, as tensões de poder circulam toda a cadeia alimentar existente na cultura marítima dos jangadeiros. Compreendemos que a tradição de ser pescador no Iguape se apresenta como um fenômeno atravessado por relações diversas, sejam elas ligadas a pescaria em si ou as artesanias, como são os vínculos estabelecidos com os carpinteiros.

Dando continuidade à nossa discussão, iremos esmiuçar a compreensão dos entrevistados sobre o processo de ingresso em si na pescaria, seus ritos, relações sociais que contribuíram para tal inserção e, principalmente, o lugar do corpo enquanto base de impressão das práticas de aprendizagem pesqueira. Pois, diante da diversidade dos relatos construídos com a colaboração desses trabalhadores do mar, foi possível compreender que não existe possibilidade de discutir inserção nesse ofício sem atrelar essa experiência coletiva as marcas impressas e sofisticadas a partir da estatura dos pescadores.

O processo de análise das entrevistas requereu mais que sensibilidade para alcançarmos os caminhos da nossa problematização sobre o ingresso na atividade pesqueira. Foi necessário nos aproximar dos elementos não ditos, dos códigos mencionados espontaneamente, das expressões na voz, no corpo e, principalmente, deixar as cavidades serem inundadas com todos aqueles significados. O desdobrar desse movimento, fortaleceu o tecer da malha de interpretações sobre as vivências dos pescadores que não podem ser consideradas neste escrito como algo homogêneo, mas, como um cenário que encontra seus pontos de similitude apesar das distintas experiências.

Em um primeiro momento, nossa hipótese se assentava sob as relações de parentesco como força motriz para tal inserção. No entanto, os relatos dos entrevistados nos mostraram que o ingresso na pesca marítima configura um processo contínuo, complexo, carregado de

técnica e instrumentos de apropriação. E, principalmente, se trata de uma experiência coletiva ampla, sendo suas camadas de aprendizagem algo movimentado na comunidade por muitas mãos: compadres, amigos, vizinhos e parentes que, cotidianamente, participam dessas relações pesqueiras.

Tal perspectiva encontra amplitude nas falas dos trabalhadores do mar Antônio e Jonas que, mesmo partindo de gerações distintas, nos trazem certa costura na narrativa enquanto relatavam os desafios postos nos processos de apropriação do saber-fazer artesanal. Sobre a *experiência* enquanto processo complexo confeccionado no cotidiano, nos falam os jangadeiros:

A experiência que os mais velhos dizem é saber o caminho do mar né? Precisa saber nadar, mergulhar, tem que tem a respiração boa, essas coisas né? Saber o que é um vento, o que é um pesqueiro mas isso a gente aprende todo dia um pouquinho não sabe? Não é tudo de uma vez não a gente vai indo e ganhando à experiência. (Jonas, Mestre de Jangada do Iguape, 26 anos, 2024)

Através do relato de Jonas, conseguimos realçar os significados de *experiência* nos processos de ingresso dos jovens pescadores no ofício marítimo, pois, há no imaginário social dele, a compreensão da cadeia de saberes artesanais que sustenta a (re)produção das práticas do saber e do fazer que forja o ofício marítimo. Quando ele diz que é preciso conhecer o vento, os pesqueiros, o preparo do corpo a partir do nado/mergulho somado a respiração, está resplandecendo o processo complexo de tornar-se jangadeiro, desdobramentos experimentados por ele no cotidiano, sendo esse movimento responsável por estruturar a maturidade das equipes.

Em diálogo com o relato de Jonas, temos as falas de Seu Antônio:

A senhora tá pensando que é só empurrar a embarcação e já é pescador é? Muita gente pensa isso, mas não é assim tão fácil não moça! O camarada se não tiver bom tempo de experiência não sai nem da costa. tem que ter a experiência do mar! (Antônio Banqueiro, Mestre de Jangada do Iguape, 68 anos, 2024)

As falas de seu Antônio nos levam a compreender que a apropriação do território não configura um processo instantâneo, sendo necessária maturação desses saberes náuticos, técnicos, entre outros que são inerentes a pesca marítima. Embora partam de gerações distintas, Jonas e Seu Antônio se encontram nas bases da experiência, pois ambos concordam que, seja para ingressar ou (re)produzir as práticas que orbitam sob a pescaria realizada em alto mar, exige dos trabalhadores formas sofisticadas de apropriação, cenário que precisa de tempo e dedicação para desenvolver-se no cotidiano.

O esmiuçar dos relatos dos demais jangadeiros entrevistados, nos levou a compreender que a palavra *experiência* a qual eles se referiam para destrinchar os modos de apropriação

cotidiana desse saber-fazer artesanal, ganhava formas distintas em suas biografias. No entanto, os fios de conexão entre todos os relatos se assentam no entendimento de *experiência* como processo confluyente do tornar-se pescador, pois, todos os dias, há pequenos aprendizados sejam eles: técnicos, náuticos, corpóreos, marítimos e etc., e todos estes, caminham em direção a autonomia de ocupar o lugar de mestre.

Sendo assim, sair para pescar no território mobiliza a artesanaria simultânea de (re)produzir também os modos de vida que emergem das práticas cotidianas atreladas ao ofício, pois os jangadeiros confeccionam a si próprios e seus instrumentos de trabalho enquanto realizam tais ritos cotidianos. Como uma espécie de lapidação contínua, eles experienciam processos densos de aprendizagem que imprimem neles não só os saberes necessários para a produção artesanal, mas também as ideologias, códigos, movimentos corporais, segredos e demais elementos que costuram a teia complexa da pesca marítima a sua existência.

Em diálogo com os relatos dos pescadores, nos apoiaremos na noção de *experiência* proposta pelo historiador marxista Edward Palmer Thompson (1981). Nas palavras do autor:

Pela experiência a estrutura é transmutada em processo, e o sujeito é reinserido na história. E quanto à experiência, fomos levados a reexaminar todos esses sistemas densos, complexos e elaborados pelos quais a vida familiar e social é estruturada e a consciência social encontra realização e expressão, parentesco, costumes, as regras visíveis e invisíveis da regulação social, hegemonia e deferência, formas simbólicas de dominação e de resistência, fé religiosa e impulsos milenaristas, maneiras, leis, instituições e ideologias - tudo o que, em sua totalidade, compreende a "genética" de todo o processo histórico, sistemas que se reúnem todos, num certo ponto, na experiência humana comum, que exerce ela própria (como experiências de classe peculiares) sua pressão sobre o conjunto." (Thompson, 1981, p. 188 - 189).

Nesse sentido, entendemos *experiência* como um conjunto de processos heterogêneos, complexos e que transformam, de maneira particular, a consciência dos agentes envolvidos nessa teia de sistemas (Thompson, 1981). Sendo assim, as relações sociais, sejam elas de parentesco, compadrios, amizade, entre outras, são elementos importantes para a mobilização do ingresso na pesca. No entanto, há um conjunto de ritos, aprendizagens e experiências de maneira geral que sofisticam o saber-fazer dos pescadores, fortalecendo melhores condições de apropriação tanto das práticas do saber e do fazer como também das articulações corpóreas inerentes ao ofício (Maldonado, 1994; Diegues, 2000).

Sob essa perspectiva, traremos adiante os relatos dos jangadeiros no que se refere as relações responsáveis por canalizar o interesse dos mesmos no ofício pesqueiro: com quem esses homens do mar aprenderam seus saberes artesanais? Vamos discutir sobre tais elos e as aprendizagens que foram destacadas pelo jangadeiro Jonas, para que assim seja possível

visualizar as experiências que culminam na inserção pesqueira.

Ao tratarmos sobre os processos de apropriação do saber-fazer, os pescadores mencionaram o papel essencial exercido pelos mestres da comunidade em suas trajetórias, principalmente, aqueles que, no Iguape, eram pescadores a mais tempo, pois ambos atribuem aos laços de parentesco o elo de maior expressividade em tal iniciação, cenário que encontra ênfase com os nativos:

Eu comecei a pescar mais na jangada do meu pai mesmo, quem pescava era eu, meu tio e meus primos, eu com 12 anos já ia pescar, mas com 9 anos eu já tinha ido pro mar! (João Nojosa, Mestre de jangada do Iguape, 77 anos, 2023).

Comecei pescar... meu pai já me levou a primeira viagem pro mar eu nem tinha 10 anos completos, e com 10 anos de idade já comecei a tomar gosto! (Antônio Banqueiro, Mestre de Jangada do Iguape, 68 anos, 2023).

Os relatos destacados anteriormente explicitam a importância do parentesco nas trajetórias de seu Antônio e João, sendo seus pais os responsáveis por canalizar o interesse deles no ofício de ser pescador. As viagens escondidas, realizadas ainda na primeira infância, se transformam em ritos de iniciação, principalmente, porque a ida para o mar já exige desses agentes uma conduta técnica, seja de auxiliar no processo de captura ou qualquer outra atividade desenvolvida nos botes.

De toda forma, o parentesco compreende laços carregados de significado quando pensamos nas relações sociais que mobilizam a inserção dos mestres em questão na pesca marítima. No entanto, tal realidade não alcança da mesma maneira os demais, pois, há casos em que os familiares da estrutura doméstica não ocupam esse espaço formativo, dando lugar aqueles que são chamados de “parentes secundários”, como são o caso dos compadres e comadres no Iguape.

Sobre os compadrios e as relações de inserção pesqueira, nos falam os jangadeiros da comunidade:

Eu aprendi a pescar por conta própria, meu pai nunca levou nós pro mar não... quem me ensinou o que era o mar foi meu padrinho, que era mestre também! (Airton, mestre de jangada no Iguape, 63 anos, 2023).

Tinha um mestre muito antigo nesse oitão daqui da comunidade, era ela que ensinava os outros aqui... e aí quem me ensinou o caminho da maré foi o finado Zuca! Eu num tinha nem 13 anos ainda quando ele me levou escondido! (Daniel, mestre de jangada no Iguape, 41 anos, 2023).

Os compadrios são elos complexos estabelecidos na comunidade do Iguape entre pescadores, rendeiras, carpinteiros, costureiros e demais moradores, que exercem um papel expressivo nos processos de inserção dos jangadeiros, principalmente, nos casos em que esses

homens não contam com a participação efetiva de seus parentes nas atividades imersivas do território (Cardoso; Souza, 2011). Nos relatos dos trabalhadores mais velhos, há uma similitude nesse quesito, eles atribuem ao parentesco e aos compadrios esse lugar formativo no que se refere a sua inserção na pescaria.

A noção de compadrios empregada aqui vai ao encontro com a tradução realizada pelo sociólogo e pesquisador Klass Anton Woortmann (2018) que, ao se debruçar sobre as formas de organização social camponesa, compreendeu que havia elos tão complexos quanto os de parentesco, e que estes também exerciam papéis de manutenção fundamentais na produção artesanal do território. Nas palavras do sociólogo, “Os compadrios são relações ritualísticas dentro da comunidade, por meio da cultura daquele grupo esses ritos equilibram a manutenção dos laços de parentesco entre si e em simultâneo com os de fora” (Woortmann, 2018, p. 31).

No Iguape, a unidade-família continua exercendo certa expressividade nos processos de inserção do trabalho pesqueiro e (re)produção de tal modo de vida, tanto que há entre nossos entrevistados pescadores que dão ênfase à participação dos parentes na experimentação desses processos. No entanto, assim como os elos parentesco, os compadrios configuram também laços profundos e de suma importância, pois operam influência nos processos de transmissão do saber marítimo e que se somam as relações de parentesco, sendo a comunidade do Iguape, um exemplo de como essa articulação acontece.

Cenários que elucidam com sensibilidade as relações de interdependência no território pesqueiro, pois, mesmo quando não são os parentes biológicos as figuras responsáveis por mobilizar a inserção deles na atividade artesanal, há outros agentes que canalizam esses ritos (Pereira, 2017). Membros secundários que estabelecem vínculos particulares a partir do compadrio e que recebem a confiança afetiva dos moradores da comunidade, são estes mestres jangadeiros que atravessam gerações por meio da transmissão do saber-fazer, desenhando entre eles uma memória também coletiva (Silva, 2020).

Os pescadores que destacamos anteriormente também relataram que, no período em que foram inseridos em atividades inerentes a pesca marítima, havia um consentimento comum entre os parentes, pois ambos queriam a participação deles no ofício para equilibrar a renda da casa. Em parte, esse cenário decorria da abundância de recursos naturais, que provocava nos mestres de jangada um olhar de receptibilidade significativo, quadro que não alcançou os jangadeiros mais jovens do Iguape, que trazem em suas falas uma ruptura desse olhar de apoio por parte de seus parentes.

Se, por um lado, os mestres possuem uma experiência de ingresso cercada de incentivo, por outro, os mais novos sentem essa realidade como um cenário atravessado por tensões e

desaprovação. Sobre esse quadro, nos falam os trabalhadores do mar:

Meu pai não queria que eu fosse pescador não moça... porque é muita luta né? Ele via o sofrimento e dizia pra eu ir fazer outras coisas, mas eu queria era ficar dentro d'água que nem ele! Aí eu ia pra escola, graças a Deus terminei o grau... mas comecei a me esconder no samburá do compadre dele! Quando ele veio saber mesmo eu já tinha a experiência né? Aí ia fazer o que? Foi quando ele deixou eu pescar na jangada mais ele! (Jonas, Mestre de Jangada do Iguape, 26 anos, 2024).

E pai queria eu dentro de pesca? Queria nada dona! Ele mandava os outros negar uma vaga a mim no bote, dizia que era pra eu ir caçar outro serviço... e eu fui ne? Minha mãe encomendava direto pra eu ir, mas quando tinha feriado ou qualquer coisa pra lá, tipo essas festas num sabe? Eu deixava de ir pra pontar na jangada do meu padrinho! (Raimundo, mestre de jangada no Iguape, 30 anos, 2024).

A desaprovação simultânea tanto dos pais de Raimundo quanto de Jonas perante a inclinação deles para a pescaria se justifica, em parte, pela distinção das condições sociais que foram experimentadas por ambos. Seus pais enfatizam que “no tempo deles, havia abundância de peixe”, sendo essa realidade prejudicada devido aos conflitos territoriais, ambientais e marítimos, que acabam provocando transformações negativas nas formas de se apropriar tanto do saber-fazer como também da produção artesanal em si mesma.

Tal realidade, somada ainda a dificuldade de acesso as políticas públicas para o setor, acabam levando as famílias a desaprovarem a continuidade do ofício artesanal através de seus filhos, pois, segundo os mesmos, “a luta é muito grande pra sobreviver somente de pesca”. Esse quadro também foi encontrado pela pesquisadora Tânia Lima (2018), ao investigar os processos de formação educacional na atividade pesqueira. Segundo a autora, o modo como cada agente recebe a transmissão do saber-fazer reflete na qualidade de vida dos mesmos, assim como, na ontologia subjetiva daqueles que o cercam na comunidade.

Sendo assim, a inclinação para a pescaria enquanto atividade profissional também possui uma relação íntima com as crenças subjetivas daqueles que transmitem tal saber-fazer. Os jangadeiros mais velhos do Iguape gozaram desse incentivo/apoio não somente pela abundância alimentar do território, mas também porque os mestres pescadores que lhe ensinaram a pescar enxergavam nesse modo de vida uma beleza ontológica (Lima, 2018). Enquanto que os jovens encontram não só a mudança de condições sociais, mas também subjetividades mobilizadas por crenças desesperançosas diante da produção pesqueira (Pereira, 2017; Lima, 2018).

Ao longo da desenvoltura de nossas entrevistas, foi possível compreender que, embora as relações de parentesco e compadrios imprimam uma participação significativa nas trajetórias dos pescadores artesanais, há também outro elemento de suma importância para a legitimação

dos processos de apropriação desse saber-fazer. Esses processos são demarcados através da instrumentalização do corpo e demais cavidades biológicas no cotidiano, tal perspectiva foi impulsionada a partir dos relatos dos jangadeiros. Nas palavras dos pescadores do Iguape:

A gente pra ser pescador profissional mesmo tem que saber muita coisa! Se não tiver o corpo forte o camarada se atrapalha logo... Imagine uma refrega de vento vindo, e o cabra não saber gingar? Se derruba dentro do mar logo... e ainda bota a vida dos outros a perder, tá pensando que é brincadeira, não é não! (José Candeeiro, mestre de jangada no Iguape, 76 anos, 2023).

Pra senhora ter noção, ter o corpo forte é muito sério na pescaria, meu padrinho mesmo só me deixou mestrar uma jangada quando meu côro engrossou... foi quando eu comecei a sentir arrepio na hora da refrega, a pessoa sente o cheiro do cardume logo quando ele tá vindo, mas isso porque eu já tinha aquela experiência de mar né? (Francisco Pacheco, mestre de jangada no Iguape, 55 anos, 2023).

O corpo compreende uma estrutura biológica de suma importância nos processos de inserção e apropriação da pesca marítima, essa íntima relação encontra amplitude nos relatos destacados anteriormente. A transmissão do saber-fazer lapida, em simultâneo, as cavidades dos pescadores, que, no desdobrar do cotidiano, adquirem experiências distintas que fortalecem as estratégias articuladas por eles durante esse encontro com cenários tão imprevisíveis.

Possuir o “corpo forte”, como bem destaca os entrevistados, compreende um adjetivo que transcreve o modo complexo como foi sedimentado os saberes artesanais nesses homens do mar. Sendo essa realidade também encontrada por outros pesquisadores, seja na Bahia, com John Cordell (1989), em Pernambuco, com Cristiano Ramalho (2012), no Rio Grande do Norte, a partir de Carlos Antônio Diegues (2004), na Paraíba, por Simone Maldonado (1996) ou, em outras regiões, como com Lourdes Furtado (1987), Cristina Maneschy (1995) e Lúcia Helena Cunha (2009).

A questão que estamos destacando ao trazer a percepção sobre o corpo pelas lentes dos entrevistados se assenta em apresentar que o ingresso na pesca marítima não configura um ofício mobilizado somente por relações sociais/subjetivas expressivas. Há também condições físicas estruturais que são inerentes aos processos de apropriação e (re)produção desse saber-fazer e que, se o agente não conseguir alcançar, por mais que seus vínculos de parentesco ou compadrios fossem fortes, não conseguiriam se adaptar as formas de trabalho na pescaria.

Sendo assim, compreendemos até o momento que as relações de parentesco e compadrios são forças significativas no quesito da mobilização da transmissão do saber-fazer. No entanto, a apropriação dessa cultura marítima a partir do ingresso só se desdobra com qualidade se o agente alcançar determinadas condições de adaptação biológica e também de sofisticação dos saberes inerentes a pesca. Posteriormente, vamos esmiuçar, a partir das

contribuições dos entrevistados, quais são os ritos, práticas e demais aprendizados inerentes a pesca de jangada que eles precisaram alcançar para ingressar e (re)produzir tal ofício.

O Corpo Jangadeiro: Aprendizado, Iniciação e Reconhecimento

Anteriormente, mencionamos o papel de suma relevância do corpo nos processos de inserção e apropriação do saber-fazer, sendo sua estrutura forte indicador da complexidade que orbita sob a pesca marítima. Principalmente, porque, no cotidiano de trabalho dos jangadeiros, há uma relação íntima com o silêncio, onde a (re)produção das práticas de captura, pós produção, entre outras são orientadas pelo olhar, gestos e o gingar desse corpo enquanto base de tais aprendizados.

Tal elo foi expressado nos relatos dos entrevistados com bastante ênfase, inclusive, estendendo a materialidade desses conhecimentos ao bote artesanal. Durante a análise das narrativas, encontramos similitude entre as experiências deles, que por mais heterogêneas que fossem encontravam nos processos de corporeidade um elo comum. Vejamos alguns dos recortes em questão. Nas palavras dos pescadores do Iguape:

O corpo do pescador é igual a jangada, precisa ter manobra e experiência, aí o camarada vai gingando até bater em cima da pescaria, se o mar quiser ele e o cabra souber marcar, fica mais os outros né? Porque tem isso, não é só ser filho de pescador não moça! A pescaria é coisa que a gente só alcança se tiver o corpo forte mesmo, não é brincadeira não a pessoa sair e num saber se volta (Gilmarlon, mestre de Jangada no Iguape, 33 anos, 2024).

Eu digo uma coisa a senhora dona, a jangada e o corpo do pescador é tudo uma mesma manobra! Porque cada vergão que embarga uma embarcação dessa precisou testar né? A gente vai experimentando cada peça nela até ficar boa pra enfrentar o mar mesmo, do mesmo jeito é um cabra desse aí... ele não já chega e diz que é pescador, ele tem que passar por tudo até o corpo ficar pronto num é verdade? (João Nojosa, Mestre de jangada do Iguape, 77 anos, 2024).

As narrativas trazidas por Seu João e Gilmarlon encontram fios de costura quando o assunto é essa íntima relação de dupla confecção estabelecida entre o bote artesanal e o agente pescador. Se, por um lado, esse corpo enquanto estrutura biológica precisa atravessar uma cadeia de ritos e aprendizagens para criar condições de adaptação àquele ofício, em simultâneo, temos uma jangada que, para ser mobilizada em territórios tão imprevisíveis, também necessita de instrumentos sofisticados.

Quando Seu João enfatiza que o corpo precisa ter “manobra” e “experiência”, e que, posteriormente, será essas condições que farão esse pescador “gingar” até bater em cima da pescaria, elucida de maneira bem particular os significados do que é essa “dança” que Cascudo (1957; 2002) evidencia. E tal estatura também se apresenta na sutilidade da fala do entrevistado,

quando o mesmo diz “se o mar quiser ele”, pois, com frequência, os jangadeiros do Iguape mencionaram que, mesmo que o pescador tenha conseguido alcançar os saberes artesanais inerentes a pesca, ele só ingressa se o território permitir.

E o que seria essa permissão? A adaptação desse corpo que precisa aguentar determinadas extremidades no território marítimo para executar seus saberes no processo de (re)produção de tal ofício. Tal realidade, ganha amplitude quando os jangadeiros relatam suas primeiras experiências enquanto membros da tripulação. Eles dizem que precisam atravessar o que os mesmos denominaram de “dia do injoo”, que significa a inserção deles enquanto integrantes daquele trabalho artesanal, mais adiante traremos esses recortes.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu (2006) nos ajuda a compreender a dimensão de corpo que estamos mobilizando neste escrito, principalmente, no que se refere a (re)produção de práticas, códigos e linguagens específicas a partir da instrumentalização dessa estatura biológica. Ao investigar as condutas sociais dos franceses que provinham do interior no decorrer de uma festa formal, o autor percebeu, em sua análise, que havia similitude na repetição de ações dos camponeses do Sul em detrimento aqueles moradores da capital francesa. Enquanto os agentes que moravam na capital detinham práticas de familiaridade com as comidas, danças, roupas e as práticas naquele ambiente mais formal, os camponeses do interior encontraram dificuldades expressivas para reconhecer o ritmo da música, os talheres postos a mesa e os códigos que precisavam ser (re)produzidos durante a performance corporal musical dos demais que habitavam a festa. Tal fenômeno analisado por Bourdieu (2006) dialoga com a realidade experimentada pelos jangadeiros do Iguape, principalmente, no que se refere a costura Simbólica com a qual eles se inserem nos processos de apropriação desse saber-fazer.

Para alguém que desconhece a complexidade do ofício marítimo dos pescadores de jangada, ou simplesmente que não pertence ao território desses trabalhadores, estranharia ouvir na praia expressões cotidianas como: “ginga, ginga”, “rinça, rinça”, que significa dizer “balança teu corpo em direção ao remo” e “empurra, força”. No entanto, para os homens do mar, tais expressões ecoam como uma ordem, que precisa ser cumprida coletivamente para que tal embarcação se desenhe no mar durante o processo produtivo.

O mesmo movimento de (re)produção desses símbolos, ocorre quando os jangadeiros estão imersos em alto mar. Por lá, o silêncio se faz necessário para não espantar a captura dos cardumes e os sentidos materializados nesse “corpo forte” dito pelos entrevistados ganha resplandescência. Principalmente, porque são as performances corporais que denunciam o momento exato do lançar da linha, da puxada do peixe ou da finalização de sua captura na popa da embarcação. E, é por meio da instrumentalização da experiência adquirida ao longo

das trajetórias deles, que os leva a expertise necessária para tais práticas.

Nesse sentido, o corpo imprime, através dessa incorporação das práticas pesqueiras, toda uma cadeia de normas, linguagens e códigos, que são comuns àqueles que partilham cotidianamente essa cultura marítima, algo completamente indiferente aos agentes não pertencentes ao território (Maldonado, 1994; Bourdieu, 2006). Sob essa perspectiva, ter o “corpo forte” não significa força física, mas a qualidade de como tais processos foram incorporados no saber-fazer desses homens do mar, agentes que sofisticaram um conhecimento complexo que se materializa tanto em suas cavidades quanto na embarcação, que os desloca para a (re)produção do ofício (Sennett, 2009; Cunha, 2009).

Cabe ressaltar que os saberes multiespécies desses trabalhadores do mar junto aos parceiros da carpintaria naval, também compõem a cadeia de conhecimentos fundamentais dentro da pesca marítima e que são mobilizados durante os processos de construção e manutenção dos botes (Tsing, 2019). Assim, como bem enfatiza o entrevistado Gilmarlon, não é somente “ser filho de pescador” a carta necessária para ingressar na pescaria. Tal produção cotidiana exige dos seus interessados uma dedicação contínua e cercada de práticas que se resplandecem no território, sendo viver, trabalhar e aprender elos que caminham de maneira confluyente (Cardoso; Souza, 2011; Bispo, 2015).

Afinal, como bem destacamos, o ingresso dos jangadeiros do Iguape na pesca marítima está submerso em práticas, ritos e aprendizagens que se desdobram simultaneamente no território. Neste escrito, nós dividimos essas experiências com base em seus relatos, subdividindo em três categorias: (a) ritos de iniciação; (b) intermediários; e a (c) mestrança. Aqui o que estamos denominando por *mestrança* trata-se de uma categoria, construída anteriormente por pesquisadores(as) como Simone Maldonado (1994) e Carlos Antônio Diegues (2004), para se referir a sofisticação do saber artesanal daqueles que alcançam a condição de mestres.

No que se refere aos ritos de iniciação, compreendemos que tais processos são comuns a todos os pescadores entrevistados. No entanto, embora alguns tenham relatado terem enfrentado desafios maiores do que outros durante os desdobramentos da apropriação de tais aprendizagens. Sobre essa realidade, nos falaram os jangadeiros:

O camarada pra começar mesmo na pescaria precisa preparar o corpo né? Meu padrinho me levava pra essas boca de rio que tem nas outras praias, ele levava eu e os menino dele pra uma distância boa, aí pegava e soltava a gente lá e ia acompanhando com a jangada, era assim que a gente aprendia a nadar! (Daniel, mestre de Jangada no Iguape, 41 anos, 2023)

Eu já comecei cedo aprendendo a nada num sabe? Era mesmo que estar

no seco pra mim, aí meu mestre que era vizinho de porta me levava. me botou pra mergulhar no fundo mesmo isso sem pano nenhum no corpo viu? Que era pra eu aprender a me orientar numa virada né? O camarada tinha que ter o couro grosso eu tremia os dentes tudo moça! Mas ia mais ele todo dia nessa peleja né? (Tobias, mestre de jangada no Iguape, 28 anos, 2024).

Eu tinha muita dificuldade pra nadar de longe moça! De primeiro meu braço doía era muito, meus ombros a mesma coisa.... aí eu fui teimando, teimando de tanta teima né, o camarada consegue! Aí aprendi a nadar com muita paciência de Mestre Antônio, que era compadre de pai e vivia me ajudando desde novinho bem dizer! (Emanoel, mestre de jangada no Iguape, 19 anos, 2024).

Os relatos em destaque vão ao encontro com as experiências dos demais entrevistados. Eles, durante nossas imersões em campo, mencionaram que ser levado por alguém para aprender a nadar na comunidade compreendia um rito de iniciação legítimo no que se refere a pesca artesanal. Principalmente, porque, a partir de tais práticas cotidianas, se construía as condições corpóreas para atividades posteriores. Sendo assim, nadar, mergulhar e treinar a respiração em águas profundas ou de temperatura bem baixa configurava uma espécie de “treino” para que tais cavidades biológicas estivessem preparadas para possíveis imprevisibilidades em alto mar.

Em sua fala, Daniel diz que era levado para “outras praias” para aprender a nadar e mergulhar. Esse processo de “soltar a gente e ir acompanhando” continua sendo um rito corriqueiro na comunidade em questão. Com frequência, os mestres levam jovens pescadores para realizar as mesmas práticas em outros territórios. No caso do Iguape, há jangadeiros que optam por Fortaleza (Praia de Iracema) como destinatário frutífero para a desenvoltura de tais ritos.

Fotografia 10 - O dia do mergulho – Praia de Iracema/CE

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2023

A fotografia em destaque foi capturada durante uma imersão em campo realizada no Iguape. O jangadeiro Francisco, de 55 anos, partia rumo a Fortaleza e nos convidou para acompanhar celebrações de pescadores da localidade. Esse trabalhador nos questionou se iríamos realizar o deslocamento de bote com ele, achei a provocação pouco arriscada e optei por ir de carro. Quando chegamos a Praia de Iracema, o pescador havia dado início aos mergulhos e processos de nado com os jovens que estão no registro.

Assim como Fortaleza, outros destinos também são utilizados pelos pescadores do Iguape como espaços de aprendizagens como essa, a exemplo dos municípios de Cascavel, Cumbuco, Beberibe, entre outras localidades que, segundo os nativos, possuem a “boca de mar fechada” e com maior flexibilidade para os garotos treinarem o nado sem tanto risco. Cabe destacar que realizar essas práticas exige dos agentes um fôlego intenso, além de toda a desenvoltura de uma coordenação motora que nem sempre é alcançável por todos, há uns que se adaptam com rapidez, enquanto outros precisam de certo tempo.

Por essa razão, há aqueles pescadores que precisam “teimar bastante”, como foi o caso de Emanuel e outros conseguiram atravessar as mesmas mobilizações no cotidiano sem tantos obstáculos, cenário que pode variar por distintas razões. Os pescadores que alcançam certa desenvoltura com esses ritos mais iniciais passam a compor as atividades de manutenção como ajudantes dos mais velhos, sendo inseridos no que denominamos por processos intermediários, práticas que envolvem se apropriar dos saberes técnicos e manutenção a pescaria: redes, linhas, pano, anzóis, entre outros instrumentos.

Fotografia 11 - Aprendendo a qualidade da Vela – Praia do Iguape/CE

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024.

Fotografia 12 - Esticando a vela da jangada – Comunidade do Iguape/CE

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024.

Fotografia 13 - Aprendendo a qualidade das redes – Comunidade do Iguape/CE

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024.

Os registros anteriores ilustram outros processos nos quais há também transmissão de saberes artesanais entre os pescadores. Por exemplo, na praia do Iguape, diariamente, por volta de 5h/6h da manhã ou às 16h da tarde, os jangadeiros costumam esticar os tecidos das velas de jangada para manutenção. Tal processo exige bastante atenção e paciência, pois o tecido em questão é bem fino e qualquer puxada brusca com a agulha pode rasgar o pano. Então, juntam-se os agentes que compõem a tripulação com os costureiros de confiança dos mesmos e passam

a socializar enquanto executam os consertos no território.

Durante esses movimentos de confecção e socialização, há bastante troca entre pescadores de distintas gerações. Os mais velhos tradicionalmente acompanham de perto aqueles que começaram a pouco tempo na pescaria. O mesmo processo se dá com relação a manutenção das redes, anzóis, linhas, embarcações, entre outros segmentos que exijam de conhecimento técnico artesanal. Os trabalhadores do mar costumam se ajudar bastante nesse quesito e compreendem tais desdobramentos como parte da cadeia de experiências inerentes a (re)produção da pesca marítima.

Fotografia 14 - Manutenção das jangadas – Caiçara do Iguape/CE

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2023.

Sobre esses ritos intermediários e seus processos de apropriação, nos falam os jangadeiros do Iguape:

A gente que é mestre tem que se virar de todo lado né? Mas tem coisa que o cabra sabe mais que outra entendeu? Eu mesmo gosto mais de consertar o barco mais meu primo, a gente vai lixando um pedaço, pintando outro, quando repara... já está pronto! Mas quem me ensinou foi seu Biu daqui do Aquiraz... ele mexe com carpintaria, mas é amigo de confiança dos pescadores daqui, quando meu padrinho encomendava coisa a ele eu já aproveita pra ficar vendo né? (Francisco Pacheco, mestre de jangada no Iguape, 55 anos, 2023).

Rede eu sei consertar, meu mestre me ensinou logo depois que eu aprendi a mergulhar.... aí ele já veio e me chamou pra caiçara entendeu? É ligeiro moça! Mas eu gosto mais de ajeitar as linhas que levo pro mar mesmo, porque o cabra que é mestre tem que conhecer os material que usa né? (Emanoel, mestre de jangada no Iguape, 19 anos, 2024).

Eu mexo é com tudo dona! Olhe, eu conserto rede, linha, faço tripé em

jangada pra forrar por dentro, ajeito o pano, anzol, oxe! Tudo que tem de serviço eu faço, agora isso porque foi tempo né? O camarada não pega a experiência assim não, vai mudando conforme o corpo vai se apurando também né? (Daniel, mestre de jangada no Iguape, 41 anos, 2023).

Os conhecimentos técnicos e artesanais destacados anteriormente pelos entrevistados se costumam às habilidades, ritos e práticas corporais desenvolvidas ao longo dos processos de inserção na pesca marítima. Sendo assim, aprender a nadar, mergulhar, entre outras práticas mais iniciais condicionam outros movimentos, porque, na verdade, a busca por tamanha apropriação tem relação direta com a concepção de autonomia desses homens. Para eles, quanto mais o “camarada souber se virar”, melhor é o pescador.

Quando os pescadores enfatizam habilidades que preferem executar, não anulam outras que conseguiram se apropriar, há uma confluência desses saberes, pois todos queriam alcançar a condição de mestre, então, era necessário se submeter aos desdobramentos dessas teias de aprendizagem artesanal. Principalmente, porque estando nessa posição teriam mais autonomia econômica sobre os ganhos, (re)produção da pescaria e organização social do processo produtivo, prestígio que está atravessado por inúmeras tensões, pois, vale ressaltar, que a transmissão do saber-fazer não configura algo passivo.

Além disso, todos os entrevistados que de alguma maneira se inseriram na possibilidade de se apropriar dos ritos e práticas atrelados a pesca, tem marcas físicas bem demarcadas em seus corpos. Conforme foram sofisticando seu saber-fazer, simultaneamente, imprimiram os vestígios de tais desdobramentos em suas cavidades. Por essa razão, a ênfase dos nativos em comparar a jangada a estrutura biológica do pescador, pois ambos sofrem transformações contínuas e carregam em si seus registros.

Dentre a cadeia de processos que contemplam as práticas intermediárias inerentes a (re)produção da pesca marítima, demos ênfase a apropriação de habilidades com redes, linhas, barcos, velas de jangadas e etc. por serem estas as destacadas pelos pescadores. No entanto, há outros desenhos do cotidiano desses homens que contribuem para a manutenção tanto do processo produtivo, quanto dos instrumentos de trabalho.

Quanto a isso, ao longo de todo o processo de pesquisa, pudemos acompanhar o desdobramento das atividades desses jangadeiros também meios digitais, pois, como citado anteriormente, tivemos a oportunidade de termos sido inseridos nos grupos de *WhatsApp* "Tango Pescador" e "Guerreiros do mar", os quais funcionam como espaços virtuais que acompanhamos cotidianamente, observando as interações diversas que esses homens realizam. Foi a partir desses ambientes de socialização espontânea que coletamos os registros abaixo,

além de termos conseguido analisar como as práticas cotidianas de apropriação da pescaria imprimem marcas específicas nas cavidades corpóreas desses trabalhadores do mar.

Fotografia 15 - O gingar da linha para captura do peixe – Praia do Iguape/CE

Fonte: Grupos de WhatsApp dos jangadeiros, 2024.

Fotografia 16 - Os acidentes diários nas mãos dos pescadores 1 – A linha de pesca

Fonte: Grupos de WhatsApp dos Jangadeiros, 2024.

Fotografia 17 - Os acidentes diários nas mãos dos pescadores 2 – A linha de pesca

Fonte: Grupos de WhatsApp dos Jangadeiros, 2024.

Se apropriar dos instrumentos de trabalho compõem parte das teia de saberes artesanais que os jangadeiros precisam dominar para executar seu ofício. No entanto, a maturidade do uso de tais habilidades não os retira da cadeia de acidentes diários que os mesmos precisam enfrentar em seu cotidiano. A linha utilizada por seu Adriano, na primeira fotografia, é mobilizada para capturar pescados de porte médio. Em sua mão esquerda o mesmo se protege com uma dedeira, peça fundamental para evitar cortes profundos.

A atividade da pesca artesanal marítima em si está submersa em práticas que podem provocar grandes acidentes, seja pelo território onde são desdobrados esses processos ou pelos movimentos dinâmicos da captura em questão. O ponto que queremos destacar com os registros fotográficos é que seu Adriano precisa gingar o corpo dele em posições específicas enquanto se utiliza da linha para capturar os pescados. Enquanto faz isso, o mesmo usa em sua mão esquerda essa peça de proteção, denominada por “dedeira”.

No entanto, essa consciência de se proteger de possíveis acidentes enquanto se está embarcado configura uma realidade mobilizada apenas por alguns pescadores. Tradicionalmente, essas práticas são articuladas pelos trabalhadores que compõem o bloco dos entrevistados jovens. Os mais velhos encaram os instrumentos de proteção como algo que “atrapalharia” sua mestrança e, por provocação aos jovens, muitos deles enfatizam que “quem

pesca de verdade” não precisa de peças como essa. Tal clima de provocação foi percebido enquanto entrevistava seu Antônio Banqueiro. Nas palavras do mesmo:

Eu sou pescador de verdade moça! Minha pesca é no olho... é no corpo mesmo, porque eu aprendi a mexer como era antigamente, hoje em dia esses moleque novo acha que é só chegar e dizer que é pescador... não é assim não rapaz, tem que ter a experiência! Qualquer coisinha eles querem por trossos nos dedos, é colete, é tudo! Tenho cara pra isso não, eu pescar é no cru mesmo (Antônio Banqueiro, mestre de jangada no Iguape, 68 anos, 2023).

A narrativa de seu Antônio nos deu pistas das tensões geracionais existentes entre os pescadores do Iguape. Isso porque, nesse mesmo dia, realizamos uma outra entrevista com um jangadeiro que dizia ter sido inserido na pesca marítima pela generosidade do mesmo. Inclusive, o pescador em questão menciona que foi este mestre o responsável por muitas das experiências que ele obteve na sua trajetória. Nas palavras do mesmo:

A senhora já falou com aquele velho que fica todo dia encostado na caçara? Se não tiver feito isso faça viu? Porque ele é um mestre dos bons aqui do Iguape, me ensinou bem dizer tudo moça! Seu Antônio foi meu mestre aqui na comunidade, me ensinou desde pegar numa linha até consertar um peixe grande aqui na beira da praia. Agora eu deixei de pescar mais ele porque o jeito que eu pescava não agradava né? Ele quer pescar como se fosse peixe feito os bichos da natureza moça... não quer usar proteção, nem colete, não usa nada! Eu não faço isso não, tenho juízo... tem que se cuidar né verdade? (Raimundo, mestre de jangada no Iguape, 30 anos, 2024).

O relato de Raimundo ganha amplitude nas falas dos outros pescadores mais jovens que também foram entrevistados ao longo da pesquisa, quando formos esmiuçar as tensões geracionais que atravessam os pescadores do Iguape retornaremos a esta questão. Nossa intenção nesse momento se assenta em destacar que os modos como cada pescador compreende a experiência da pescaria é distinta. Embora os ritos intermediários sejam os mesmos, tal cenário ganha espaço quando analisamos os distanciamentos presentes na narrativa de ambos.

No segundo registro fotográfico, temos as mãos do pescador Francisco Pacheco, de 55 anos, as mãos dele estão cobertas de calos e pequenas cicatrizes causadas pelo uso da linha de pescaria sem a devida proteção. A última fotografia foi enviada no grupo de *WhatsApp* dos pescadores para notificar aos mesmos o acidente que este pescador havia sofrido. Chico, por mais experiente que fosse, acabou sendo surpreendido pelos ventos de refrega em alto mar, deixando escapar o peixe que foi o responsável por cortar toda a sua mão através da linha.

Sob essa perspectiva, compreendemos que os ritos intermediários transmitidos aos pescadores são de suma importância para a construção da autonomia dos trabalhadores no que se refere ao uso dos instrumentos utilizados na pesca marítima. No entanto, por trás de ferramentas que são consideradas simples por alguns, há desafios e acidentes diários que são

inerentes as atividades desenvolvidas por esses pescadores.

Cabe destacar que as fotos expostas anteriormente são de cenários onde os jangadeiros já se encontram enquanto membros da tripulação, pois conseguiram se apropriar dos saberes técnicos que envolvem instrumentos de pesca como linha, rede, manutenção das embarcações, costura do pano e etc. Antes da desenvolvutura dessas habilidades, há um certo rito de passagem que foi enfatizado por todos os pescadores que entrevistamos, denominado por eles de “dia do injoo”.

Segundo os trabalhadores, quando um jangadeiro consegue atravessar os ritos iniciais e, posteriormente, se apropria do uso dos instrumentos de trabalho, está pronto para sua “primeira viagem embarcadiça”. No entanto, há particularidades nesse processo que nem todos conseguem atravessar com êxito, pois a natureza biológica do território marítimo põe a prova os limites daqueles trabalhadores, sendo comum entre os relatos dos jangadeiros a presença de enjojo, dores de cabeça, dor no corpo, entre outros desafios fisiológicos que eles precisam suportar para permanecer na tripulação pesqueira. Sobre essa experiência imersiva no bote artesanal, nos falam os jangadeiros:

A primeira vez que fui pro mar pra ser pescador mesmo eu provoquei muito! Era aquele peso na cabeça do cabra que eu não sabia de onde vinha, e papai me dizia que se eu continuasse vomitando ele não me trazia mais, porque sabia que o mar não me queria ali! Pra mostrar pra ele que eu tinha experiência fui teimando, e teimei até quando meu corpo se deu mesmo (João Nojosa, Mestre de jangada do Iguape, 77 anos, 2023).

Quando meu corpo aprumou fui embora pontar o mar! Eu já tinha aquela experiência né? Mas não provoquei não... do jeito que eu fui voltei bem, graças a Deus! Mas tem outros que não aguenta não viu moça! Lá fora é outro mundo diferente daqui do seco, porque quando a gente vai pros barrancos do mar a quintura é muita... se o mar não quiser aquele homem ali, eu digo a senhora que não tem nada que faça ele aguentar a lida ali, porque é muito dura! (José Candeeiro, mestre de jangada no Iguape, 76 anos, 2023).

Sobre o mesmo processo nos falam os jovens pescadores:

Meu padrinho me levou escondido no samburá dele pro mar! Assim que eu aprendi a dar nó de marinheiro e cozer o anzol ele já me pegou pra jangada... eu lembro como se fosse hoje moça! Mas eu sofri um bocado pra ficar na pesca, foi quase 1 ano nessa peleja até o dia que não tive mais aquele injoo né? Aí pronto, fiquei até quando alcancei o governo do barco (Erivaldo, mestre de jangada no Iguape, 27 anos, 2024).

Eu não injooei não viu? Me dei mesmo com o mar de primeira... mas também eu era levado escondido no cesto bem dizer desde sempre, aí eu tava tão ansioso pra ir mesmo fazer aquela viagem que na hora o camarada não pensa não moça! Só quer saber de estar no mar mesmo (Lucas, mestre de jangada no Iguape, 23 anos, 2024).

As narrativas expostas anteriormente nos levaram a compreender que, o tão mencionado

“dia do injoo” que os jangadeiros trazem em suas experiências, significava um momento de suma relevância dentro dos processos de apropriação do saber-fazer artesanal. Principalmente, porque, naquele cenário, os mestres mais maduros da tripulação analisavam se aquele agente recém chegado possuía condições de ocupar o bote. Por trás da frase “o mar quis ele”, se transcreve uma cadeia de aprendizagens e ritos que foram sedimentados em seu corpo, lhe oferecendo melhores condições técnicas e biológicas de permanecer naquele ofício.

Além disso, o “dia do injoo” acaba ocupando o lugar de fronteira dentro dos processos de tornar-se um jangadeiro dentro do ofício marítimo desses trabalhadores, porque se apresenta como um momento de legitimação da experiência. Os pescadores que conseguirem se submeter as imprevisibilidades da natureza naquele território, conseguem, simultaneamente, a credibilidade dos demais que conseguem visualizar o “corpo forte” do companheiro de pescaria. Logo, se os jangadeiros adquirem habilidades técnicas e artesanais na comunidade com a projeção de irem para o mar, é no “dia do injoo” que as evidências desses processos ganham forma.

Sob essa perspectiva, podemos compreender que os ritos pesqueiros, sejam eles iniciais ou intermediários, parecem homogêneos, em um primeiro momento. No entanto, há experiências bem particulares dentro das trajetórias dos jangadeiros do Iguape. E tais processos são atravessados por relações hierárquicas e tensões também específicas, pois, embora os elos de afeto, respeito e companherismo mobilizem a (re)produção da pesca marítima, não isenta os trabalhadores do mar de atravessar obstáculos para alcançar o prestígio presente na *mestrança*.

Por essa razão, iremos finalizar esse capítulo tratando das tensões e demais relações de poder que atravessaram os processos de apropriação e (re)produção desse saber e fazer pesqueiro com os trabalhadores do Iguape, esmiuçando os encontros reflexivos dos relatos desses entrevistados. Principalmente, porque não é possível conceber o status de *mestrança* na pesca marítima e dissociar tal posição de prestígio da competição e demais elos hierárquicos que são inerentes as relações estabelecidas no bote artesanal.

A Mestrança: Saber, Experiência e Liderança

Para tratar da figura do mestre enquanto pilar de sustentação fundamental na pesca marítima, utilizaremos a noção de dominação mobilizada pelo sociólogo alemão Max Weber (1974). Pois, as discussões desse autor, nos auxiliou a compreender a posição de prestígio social que esse agente ocupa na cadeia alimentar pesqueira, assim como, qualifica nossa análise sobre os desdobramentos das relações de hierarquia que se (re)produzem e orbitam o saber-fazer desse *líder carismático* (Barth, 1966).

Os mestres de jangada são *lideranças carismáticas*, porque os saberes, habilidades, estratégias, técnicas e demais expertises pesqueiras que foram transmitidas a este agente contam com o reconhecimento coletivo de sua tripulação para firmar legitimação (Weber, 1974). O conjunto dessas virtudes complexas exercidas por tal pescador são denominadas por *mestrança*, e as especificidades desta rede de saberes dialoga intimamente com as características estruturais da *dominação carismática*, pois as faculdades excepcionais que são atribuídas ao mestre são também reconstruídas a partir dos elos coletivos estabelecidos no bote artesanal e para além deste (Maldonado, 1986; Diegues, 2004).

A confiança depositada na figura do mestre pelos demais membros da tripulação pesqueira se dá devido a crença partilhada entre ambos que aquele pescador conseguirá, devido elevado domínio dos saberes *bionaturais*, garantir o suprimento das expectativas deles com relação a apropriação da produção (Weber, 1974; Maldonado, 1986). Tal estima social, de que o detentor da *mestrança* possui um conhecimento sofisticado e complexo a ponto de estabelecer mediações entre os trabalhadores e o território, reafirma sua posição de *líder carismático*, um agente que mobiliza disposições éticas existentes no meio social e no imaginário dos que compõem sua equipe (Geertz, 1973).

Como bem coloca Simone Maldonado (1994) e Carlos Antônio Diegues (2004) ao tratarem dos mestres de pesca, esse agente, enquanto *líder carismático*, se distancia do caráter heroico ou profético desse tipo de dominação. Dialogando melhor com a conduta daquele líder mais patriarcal, devido o papel dos costumes e da tradição na mobilização dos ritos diários em torno dos processos pesqueiros, enraizando, assim, valores e dilemas em sua prática artesanal (Barth, 1981).

Dentre os pescadores que foram entrevistados, apenas Seu Airton, de 63 anos, exerce o papel de Proeiro na jangada. Isso porque, segundo o mesmo, seu irmão mais velho possuía uma *mestrança* bem sofisticada e ele preferia que o mesmo governasse a embarcação para os pontos de pescaria, pois seria algo “garantido”. Os demais jangadeiros são mestres de suas tripulações e mencionam, com ênfase, a complexidade do saber-fazer desse *líder carismático* para se apropriar da pescaria, e, posteriormente, demarcar o território marítimo. Sobre isso, nos falam os pescadores do Iguape:

Olhe moça, pra eu ser mestre de uma embarcação dessa primeiro eu tive que tomar a experiência do mar... da força vento de refrega, da própria natureza! Os caminhos de se dirigir tanto para terra como para o mar, então foi experiência com o mar, o vento e com os astros! Se o mestre for bom mesmo, ele conhece quando o cardume está perto pelo cheiro... a senhora acredita? Aí já pende o corpo assim pro lado pra segurar a embarcação e puxar a linha né? (Antônio Banqueiro, Mestre de Jangada do Iguape, 68 anos, 2023).

Eu pra ser mestre tive que conhecer o caminho e o assento né, conhecer os ventos, as águas, o terreno, os pesqueiros né, porque pela pedra que tem lá em baixo no fundo da água a gente sabe o tipo de peixe e sabe se é ou não propício para fundiar naquelas águas né, e saber um pouco também das estrelas! Isso tudo é a experiência do mestre mesmo, mas num é do dia pra noite não essa menina... a pessoa vai deixando o corpo ganhar forma de junto da pescaria, num sabe? (Francisco Pacheco, mestre de jangada no Iguape, 55 anos, 2023).

Os relatos de Seu Antônio e Francisco elucidam, a partir de códigos, a complexidade dos saberes artesanais e demais habilidades executadas pelo *mestre*, principalmente, por saber que cada tipo de conhecimento possui uma relação direta com o processo produtivo da pescaria e sua (re)produção. Entende-se por *caminho* os percursos marítimos trilhados no território, sendo estes desenhados durante o deslocamento dos trabalhadores do mar. Os *assentos*, por sua vez, configuram pontos de *marcação*, pois os jangadeiros “assentam” pedras fundas naquele local para resguardar o segredo da passagem dos cardumes (Maldonado, 1994; Cunha, 2009).

Além disso, há toda uma expertise sobre os ciclos biológicos, as fases da lua, ventos, mudança das marés, entre outros saberes *bionaturais* que são sedimentados no corpo desses pescadores (Cunha, 2009; Bispo, 2015). Sendo esperado pelos demais membros da tripulação com relação ao mestre, que, este último, a partir da prática cotidiana de apropriação do território, ofereça a segurança da captura ou dos melhores pontos de pescaria, traduzida por *pesqueiros*, que são inerentes a sofisticação da *mestrança* desse trabalhador do mar (Maldonado, 1994; Ramalho, 2006).

Durante a realização das entrevistas, foi possível captar, entre relatos dos jangadeiros, recortes enriquecedores para a compreensão das tensões e demais relações hierárquicas que orbitam sob a *mestrança*. Boa parte deles conseguiram alcançar a sofisticação dessa *experiência* pesqueira. No entanto, há atribuições distintas sobre o processo de construção dessa posição de status, principalmente, porque, segundo os jangadeiros, a qualidade da transmissão do saber-fazer afeta significativamente o tempo que cada um deles leva para chegar à condição de *mestre*. Sobre essa *experiência* de tornar-se *mestre* nos falam os jangadeiros do Iguape:

Pra eu ser mestre da minha própria jangada penei muito moça! Meu pai não queria que eu fosse pescador, e o mestre que começou a me ensinar a pescar era muito amigo do meu pai, mas judiou de mim demais no mar. Ele quando viu que eu tinha aquela esperteza de prestar atenção no segredo dos pesqueiros, começou a me derrubar no mar... jogava caldo de peixe fervendo em mim e depois me empurrava na água, pra quê isso? Pra eu não ser mestre ligeiro e deixar o barco dele entendeu? (Antônio Moela, mestre de jangada no Iguape, 61 anos, 2023).

É que o povo que vê todos juntos ali na jangada pensa que é todos eles que ajuda o camarada... mas não é assim! Eu pra idade que eu tenho consegui mestrar logo cedo, mas isso foi porque eu corri atrás das experiências né? Aprendi as coisas que precisava pra ser mestre entendeu? E mesmo assim tinha hora que o pescador que me ensinou

ficava brabo, porque antes mesmo dele afundiar a linha eu já sabia o caminho do pescador. E pra falar a verdade moça, nenhum deles gosta quando você tem essa esperteza, porque pensa que vai perder o companheiro do barco que pesca mais ele, entendeu? (Jonas, Mestre de Jangada do Iguape, 26 anos, 2024).

Através dos relatos de Seu Antônio Moela e Jonas, conseguimos acessar uma outra camada de nossas entrevistas que ainda não estava explícita diretamente, principalmente, no que se refere aos processos de apropriação do saber-fazer artesanal na comunidade do Iguape. As tensões e relações hierárquicas que atravessam a pesca marítima, são naturalizadas pelos trabalhadores do mar como elementos inerentes a tornar-se jangadeiro na condição de mestre. Segundo os nativos, tem certas experiências que precisam ser “brutas”, porque, do contrário, poderia dispersar a atenção dos demais tripulantes do bote.

No entanto, há práticas que não tem a intenção de resguardar os valores simbólicos da cultura marítima, mas fortalecer processos íntimos de competição entre os pescadores, pois, só existe espaço para um *mestre* no bote, é esse o código sutil difundido entre eles. Quando Seu Antônio menciona a violência sofrida pelo mestre que estava a lhe ensinar a pescar, fica explícito que, alcançar a *mestrança*, esconde tensões bem particulares, pois, mesmo o entrevistado sendo um bom companheiro de trabalho, não poderia se apropriar dos conhecimentos “rápido demais”, já que, assim, conseguir autonomia suficiente para deixar a embarcação e buscar, posteriormente, outros agentes para formar a sua equipe.

A experiência sofrida por Antônio encontra amplitude de diálogo nas falas trazidas por Jonas, quando este último diz que o mestre que lhe ajudava ficava “bravo” porque via que ele estava se apropriando dos conhecimentos artesanais de maneira simultânea a execução dele. Por mais que haja união, companheirismo e toda uma ética partilhada entre os membros da jangada, existem hierarquias, relações de poder bem demarcadas e conflitos que, ora são dissolvidos com a equipe unida, ora aquele que está insatisfeito sai em busca de formar outra tripulação.

A efetividade dessa conduta de deixar o barco devido as tensões existentes nos botes, configura uma prática de menor expressividade na comunidade em questão. No entanto, ela está presente em todos os relatos dos jangadeiros que foram entrevistados para essa pesquisa. E mais uma vez, o corpo continua sendo a base de sustentação das experiências coletivas que fortalecem os processos de ingresso na pesca marítima, pois, como vimos desde o início dessa discussão, são as cavidades biológicas as estruturas que atravessam uma cadeia de lapidações até alcançarem a *experiência* necessária para tornar-se *mestre*.

Quando o jangadeiro alcança a posição de *mestre* na embarcação, por mais profunda

que seja as relações de afeto, compadrios e amizade na comunidade, é bem comum que aquele agente que alcançou a *mestrança* busque formar outra tripulação. Tal realidade, só não ocorre quando os pescadores são de mesma família. No caso do Iguape, os trabalhadores de mesmo parentesco continuam pescando juntos, mesmo no caso em que todos detém tal prestígio, pois, segundo estes, a segurança familiar prevalece perante os ganhos econômicos.

Em contrapartida, os pescadores que relatam terem sofrido tensões delicadas em seus processos de apropriação do saber-fazer, enfatizam que, “na primeira oportunidade”, foram em busca de formar outras equipes. A ética igualitária continua mobilizando as relações de apropriação e (re)produção no território, pois há um elo de respeito bem coercitivo entre eles quando o assunto são os mestres mais velhos da comunidade.

No entanto, mesmo honrando aqueles que contribuíram para a sofisticação do seu saber-fazer artesanal e, posteriormente, a *mestrança*, os mesmos jangadeiros destacam que o mais adequado quando se trata de (re)produzir esse ofício marítimo tão complexo é estabelecer laços com quem permite uma coesão profissional no bote. Nossa perspectiva de trazer as corporeidades, ritos, experiências e demais práticas cotidianas que contribuem para o ingresso dos pescadores, teve por intenção dar amplitude as discussões de outros pesquisadores que não esmiuçaram determinados elementos inerentes a tal ofício artesanal.

Era necessário enfatizar o lugar do corpo dentro desse processo complexo que é o ingresso e apropriação do saber-fazer artesanal, principalmente porque, por meio dele, acessamos fronteiras, transformações históricas na comunidade que são traduzidas em meio aos relatos geracionais. As experiências que foram sendo incorporadas, partilhadas e transmitidas entre os trabalhadores do mar do Iguape servirão de base de sustentação para o ingresso deles na atividade em si, mas foi a forma como cada um instrumentalizou essas práticas a partir do corpo que os concedeu maturidade suficiente para alcançar a *mestrança*, e, assim, foi um mestre confeccionando outro por gerações.

No próximo capítulo, iremos esmiuçar os processos de transmissão do saber-fazer pesqueiro na comunidade do Iguape, demonstrando que, para além do bote e da caiçara, enquanto lugares de socialização, há outras práticas, danças, competições e brincadeiras que nutrem um imaginário comum nesse território. Oferecendo amplitude aos conhecimentos artesanais dos jangadeiros, pois, embora pareçam heterogêneas as práticas que destacamos, ambas fortalecem não só o ingresso na pescaria, como criam condições de sofisticação das habilidades exercidas pelos mestres.

CAPÍTULO 3 - “NO SECO QUANTO NO MAR! AQUI EM TODO LUGAR SE APRENDE A SER JANGADEIRO: A TRANSMISSÃO DO SABER- FAZER NO IGUAPE

“Quem faz o pescador é o mestre, aquele lugar tendo um mestre tem tudo, eles que ensina a vida do mar pra os outros todos né?” (Daniel, 41 anos - pescador do Iguape, 2023)

Há certo tempo, pesquisas no campo das Ciências Sociais tem se voltado a investigar os processos de transmissão do saber-fazer artesanal no seio de comunidades pesqueiras. Principalmente, dando ênfase ao conjunto de relações sociais que se encarregam de orientar não só a produção em si de pescado, como também a ordem moral responsável por (re)produzir os modos de vida dos pescadores e pescadoras artesanais (Forman, 1970; Cordell, 1989; Diegues, 1983; Maldonado, 1986; Ramalho, 2002; Furtado, 1993; Cunha, 2009).

Dentre os estudos realizados, o elemento comum que interliga as lentes dos(as) cientistas interessados pela discussão se assenta, em primeiro, na atribuição deles(as) sob as relações de parentesco como elemento expressivo para sustentação e (re)produção do trabalho artesanal, e, posteriormente, as *caiçaras* e *botes* como espaços de transmissão desses saberes. No capítulo anterior, enfatizamos a importância de outras laços para além do parentesco nos processos de ingresso dos jangadeiros no ofício, como foi o caso dos compadrios e dos vínculos de amizade nesse território pesqueiro.

Agora, nossas reflexões se voltarão a respeito da transmissão do saber-fazer pesqueiro com esses homens do mar, apresentando, com base nos relatos dos entrevistados, outros espaços e interações distintas que fortalecem no cotidiano não somente a inserção deles no ofício, mas também o próprio reconhecimento de uma *identidade jangadeira* sentida a partir das experiências coletivas (Sennett, 2009; Ennes; Marcon, 2014). Pois, tornar-se pescador, compreende um fenômeno complexo e dinâmico no território, sendo o acesso aos processos de aprendizagem uma realidade mobilizada em todo o território do Iguape, e por formas também particulares, incluindo o corpo, oralidade, técnica, socialização entre outros meios de (re)produção do *fazer e saber marítimo* (Diegues, 1998; Pessanha, 2003).

A frase que enuncia este capítulo, foi retirada de uma entrevista realizada com o jovem jangadeiro Lucas Nojosa (23 anos), que mencionava com ênfase o orgulho de possuir a condição de *mestre* no Iguape. Ao ser questionado sobre o tipo de educação pesqueira recebida para alcançar essa posição no bote, o mesmo respondeu: “Aqui em todo canto se aprende a

pescar, se está na caiçara você não fica sem fazer nada, e no mar menos ainda, no seco e no molhado se aprende a ser pescador”.

Essa narrativa sobre as convenções simbólicas articuladas no território, também ganhou expressividade em outras entrevistas, mas o esmiuçar da fala de Lucas nos concedeu reflexões sobre a sofisticação da condição de *mestre*. Principalmente, por compreender que as aprendizagens mobilizadas no *seco* e no *molhado* com o intuito de alcançar tal lugar de prestígio, detinham significados específicos no Iguape, e quem partilhava da *experiência* de se inserir nelas eram apenas os pertencentes a tradição de ser *jangadeiro*, movimento organizado e controlado pelos critérios desses *mestres* mais velhos da comunidade.

Sendo assim, a transmissão do saber-fazer artesanal nesse território por parte dos *mestres* para sustentar seu caráter estético e formativo no que se refere a tradição de tornar-se *jangadeiro*, utiliza dessas práticas artesanais distintas desenvolvidas em toda a comunidade, não só para organizar os processos de educação pesqueira entre os trabalhadores marítimos (Barth, 1998). Para além disso, era por meio dos significados delas que esses homens fortalecem o imaginário comum entre ambos, processos específicos que demarcavam bem quem fazia parte e quem estava do outro lado dessa fronteira identitária (Ennes; Marcon; 2014).

Em diálogo com essa perspectiva, trouxemos a contribuição da pesquisadora Kathleen Woodward (2000), sobre a noção de *significação* nas práticas cotidianas, e o tipo de relação que elas mobilizam, nas palavras da autora:

Todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído. A cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades passíveis, por um modo específico de subjetividade (Woorward, 2000, p.19).

Nesse sentido, enfatizamos que as práticas artesanais inerentes aos processos de apropriação e (re)produção da pesca marítima exercida pelos *jangadeiros*, são ações carregadas de significação, isto é, produzem significados que dentro dos elos cotidianos envolvem relações de poder bem demarcadas (WOORWARD, 2000). A própria dimensão de se reconhecer como parte da tradição *jangadeira* nessa comunidade explicita tal movimento, e por essa razão quando os *jangadeiros* dizem que alcançaram a condição de *mestre*, o que está sendo enfatizando é que dentro desse reconhecimento a qual ambos fazem parte, há certas *experiências* coletivas que somente quem desfruta são aqueles que atravessaram as fronteiras desse processo identitário de tornar-se um trabalhador marítimo (Ennes, Marcon; 2014).

Mais afinal, quais são essas práticas de *seco* e do *molhado* a qual os homens do mar estão se referindo? Nesse capítulo, nós dividimos essas convenções para melhor compreensão

sobre o que estamos tratando quando elucidamos os processos de transmissão do saber-fazer marítimo. Antes de aprofundar sobre cada segmento, destacaremos a compreensão de outros trabalhadores sobre o papel do *mestre* nesse traslado formativo de educação pesqueira.

Em uma determinada passagem da entrevista realizada com Seu Daniel, mais conhecido no Iguape por “Nadador”, ele relatou acerca da importância dos *mestres* de jangada no processo de confecção e transmissão do saber-fazer artesanal. Nas palavras do entrevistado: “Quem faz o pescador é o *mestre*, aquele lugar tendo um tem tudo, eles que ensina a vida do mar pra os outros todos né?”, quer dizer, dentro da pesca jangadeira, são esses sujeitos de *experiência* sofisticada que nutrem uma rede de conhecimentos inerentes ao processo de torna-se *jangadeiro*.

Segundo a pesquisadora Narjara Mendes Garcia (2007), são as socializações do cotidiano, atravessadas pelo território, que possibilitam a transmissão dos valores, saberes e atividades ritualísticas que constroem o universo marítimo entre várias gerações. Esse fenômeno complexo denomina-se na literatura por *transgeracionalidade*. Por meio desse processo é que o patrimônio simbólico compilado no seio da família pode ser externado com os amigos e compadres e, conseqüentemente, herdado pelas novas gerações de pescadores (Garcia, 2007).

As relações pesqueiras que se (re)produzem por laços estabelecidos com diferentes gerações de pescadores são denominadas de intergeracionais. Esse fenômeno de transmissão artesanal aprimora-se com o tempo, forjando um saber-fazer ainda mais sofisticado para aqueles novos trabalhadores do mar (Garcia, 2007). No caso da pesca realizada no Iguape, essa distinção dos agentes experientes no trabalho se materializa na própria organização social da jangada, sendo a tripulação composta pelo Mestre, Proeiro e bico de proa (Casculo, 1957; 2002). Sobre essa divisão de papéis na jangada nos fala Câmara Casculo (1957; 2002), ao elucidar a organização social desse embarcadão. Nas palavras do autor:

O mestre é aquele que governa a embarcação dirigindo-a por toda parte, quer em viagens, quer durante as pescarias, o proeiro sustenta a corda da jangada; e o bico-de-proa, aquele que é encarregado de aguar o pano, jogando água do mar com a cuia de vela (Casculo, 1957, p.108).

Sob essa perspectiva, as atribuições descritas anteriormente transcrevem a complexidade do ofício *marítimo* dos jangadeiros, pois exige a soma das habilidades da tripulação e essa se reveste numa rede que amplia a qualidade do trabalho, conseqüentemente, da apropriação desses homens no território. O *mestre*, por sua vez, é compreendido como sendo o detentor dessa estima social concedida pelos demais que junto a ele realizam a pescaria (Casculo, 1957; 2002). Simone Maldonado (1994) determina que:

Compreende-se a mestrança como um retrato da produção do mestre, suas capacidades extraordinárias de conhecer as rotas marítimas, e em simultâneo, criar novos caminhos, localizar cardumes, percepção da divisão do espaço, e a própria marcação no mar. (Maldonado, 1994, p.103).

A pessoa do mestre se constrói, no reconhecimento dos demais pescadores e das suas faculdades excepcionais que são coroadas pela descoberta de uma pedra, de um pesqueiro, de um ponto de abundância de peixe ou de uma nova rota no mar (Maldonado, 1994, p.132).

Diante de tal perspectiva, a figura do *mestre* compreende-se como uma unidade-representativa no seio da pesca marítima. Sua figura confere uma estima social que traduz o conjunto de relações complexas e que se utiliza do reconhecimento coletivo para sua construção enquanto autoridade (Maldonado, 1986; 1994). Em simultâneo, são os seus conhecimentos os responsáveis por instaurar as bases de (re)produção dessa categoria de trabalhadores, tendo em vista que é a partir da inserção orientada pelos critérios dele que condiciona o acesso dos demais ao universo jangadeiro (Casudo, 2002; Diegues, 2004).

Cabe destacar que, por vezes, os estudos que se voltaram para os modos de vida, práticas ou trabalho dos pescadores marítimos enfatizaram o *bote* e as *caiçaras* como espaços principais onde se transmitia os saberes inerentes a esse ofício (Sennett, 2009; Pessanha, 2003). No entanto, o território pesqueiro configura um lugar de confluência dos conhecimentos artesanais, seja na praia, nas colônias de pesca, em feiras abertas, entre outros recintos, como a escola, o próprio ambiente familiar e outros espaços de sociabilidade comunitária. Pois há *experiências* coletivas que se desdobram nesse lugar simultaneamente, dando múltiplas condições de expansão para a sofisticação desse saber-fazer no cotidiano, inclusive, pela instrumentalização da memória entre eles (Godoi, 1999; Silva, 1989).

Durante a entrevista realizada com Seu José, de 76 anos, mestre jangadeiro conhecido popularmente no Iguape por “Candeeiro”, conseguimos acessar uma camada de discussões bem interessante sobre os processos de transmissão do saber-fazer nesse território. Quando questionamos em quais lugares era comum para ele aprender saberes artesanais atrelados ou não a pescaria, o mesmo nos respondeu, de maneira instantânea, a seguinte frase que abre este capítulo: “A gente passa a pescaria tanto no seco quanto no mar, em todo canto daqui se aprende a ser pescador, moça!”.

E este fragmento somado à experiência de relato com o jovem Lucas, foi responsável por elucidar nossas reflexões, principalmente, sobre os espaços paralelos que, na comunidade, também são produtivos no quesito de articular interações entre as gerações de pescadores. Ao enfatizar que se aprende a ser pescador “no *seco* e no *molhado*”, Seu José nos leva a refazer os caminhos do que se entendia por espaço de transmissão pesqueira.

A visão tradicional que se sustenta sobre o processo de transmitir conhecimentos artesanais é que os desdobramentos dessa rede se costuravam apenas nas *caiçaras* e *jangadas*, como já foi mencionado. No entanto, reduzir os elos que fomentam a construção coletiva do saber-fazer pesqueiro no Iguape seria, de certo modo errôneo, isto porque, as práticas heterogêneas observadas ao longo de toda dissertação apontaram para o indicativo de que há condutas que fortalecem o imaginário social dos moradores no território, dando amplitude aos códigos e corporeidades que atravessam a pesca marítima.

Diante disso, organizamos as práticas pesqueiras inerentes ao ofício dos jangadeiros em duas categorias, sendo estas as confeccionadas no *seco* e as mobilizadas no *molhado*, por defender que ambas são articuladas em todo o território de maneira simultânea, dando amplitude aos processos de transmissão desse saber-fazer. Cabendo aos *mestres* de jangada, o papel não só de instruir as distintas gerações de *jangadeiros* presente na comunidade do Iguape, mas de estabelecer os critérios de inserção em tais *experiências* coletivas, fazendo assim a manutenção dos *processos identitários* que orbitam sob a tradição de tal ofício.

Sendo assim, entende-se como práticas desenvolvidas no *seco*: as *brincadeiras*, a dança do *coco* e as atividades realizadas na *caiçara*, sendo a *feira* e a *entalhada* de peixe o entremeio dessas experiências coletivas. Isso porque, tais cenários também oferecem boas oportunidades de aprendizagem dos saberes artesanais, no entanto, são postas aqui como convenções que se somam as realizadas no território.

Em contrapartida as ações destacadas anteriormente, temos as práticas pesqueiras articuladas no *molhado*, sendo estas as corridas de *regata* e as aprendizagens tomadas na *jangada*, ambos compreendem lugares de transformação e sofisticação do saber-fazer dos trabalhadores marítimos. Principalmente, pelo conjunto de especificidades mobilizados antes e durante a apropriação de tais processos, por essa razão é comum que os jangadeiros não façam distinção entre elas, porque ambas estão ocorrendo simultaneamente na comunidade do Iguape.

Além disso, os trabalhadores marítimos compreendem as aprendizagens articuladas tanto no *seco* quanto no *molhado* como uma *experiência* coletiva, isso porque tornar-se *jangadeiro* nesse território com o intuito de se apropriar do ofício em si compreende um cenário articulado e (re)produzido por muitas mãos. Logo, as práticas do saber e fazer pesqueiro que fazem parte dessa rede de transmissão organizada pelos *mestres*, possui a mesma equivalência no quesito dos processos identitários que atravessam tal tradição.

Diante de tais similitudes, elaboramos o quadro a seguir com base nas palavras que mais se repetiam ao longo das falas dos pescadores marítimos, tais processos foram sentidos a partir das imersões em campo. Para a realização desse esboço, utilizamos da ferramenta denominada

por KoboCollet, um aplicativo com versões gratuitas e privadas que auxiliam tanto na confecção e execução de questionários, como também possuem o dispositivo intitulado “nuvem”, que separa as transcrições das entrevistas obtidas a partir dos filtros de interesse do usuário.

O comando posto na ferramenta, tinha por objetivo filtrar os significados postos pelos trabalhadores marítimos tanto sobre a inserção no ofício pesqueiro, quanto os significados do que seria a *experiência* atribuída aos *jangadeiros* na condição de *mestres*. A partir dos resultados obtidos confeccionamos o quadro abaixo, que faz correspondência as práticas culturais articuladas em toda a comunidade do Iguape, sendo compreendido pelos homens do mar como algo experimentado tanto nas ações estabelecidas no *seco* quanto no *molhado*.

Imagem 4 - Os significados da experiência

Fonte: Elaboração realizada a partir do KoboCollet, versão App.

Na figura que foi montada, há elementos bem demarcados pelos *jangadeiros* como práticas de confluência das aprendizagens pesqueiras. A partir do esmiuçar dos relatos deles, foi possível compreender que havia uma espécie de “equivalência” entre o que era transmitido no mar (*molhado*) e no território (*seco*). Além disso, todas as ações acabavam, de maneira direta ou indireta, levando os pescadores a sofisticar saberes que podiam ser operados posteriormente na atividade pesqueira.

E essa foi uma virada de chave mais significativa em nossas reflexões, isto é, compreender que tanto o processo de ingresso dos *jangadeiros* do Iguape como a (re)produção sofisticada desses saberes, era fruto do conjunto dessas *experiências* coletivas. Sendo estas instrumentalizadas pelos *mestres* a partir de relações sociais específicas, pois como destacamos transmitir os saberes artesanais entre as distintas gerações de *jangadeiros* está atravessado por hierarquias, tensões, e cenários de disputa, que articula todo o processo deles em se sentirem parte de tal tradição.

Antes de aprofundar sobre as práticas pesqueiras que mencionamos, se faz necessário destacar a relação dos jangadeiros com o espaço escolar, pois, analisando as suas narrativas, foi possível compreender que, entre os trabalhadores mais velhos, era comum deixar a escola devido as condições sociais pouco abastadas. Em contrapartida, a geração oposta relata uma realidade distinta da experimentada pelos primeiros, esmiuçando, inclusive, a importância dessas experiências fora do bote como ações responsáveis por ampliar a sofisticação do saber-fazer que estes construíram ao longo de suas imersões.

Na tabela a seguir, destacamos o grau de instrução escolar alcançado pelos pescadores e seus respectivos relatos sobre como a experiência pedagógica formal atravessou suas biografias pesqueiras.

Tabela 7 - Grau de instrução e faixa etária dos jangadeiros do Iguape/CE, em junho de 2024

Idade \ Grau de Instrução	Idade			Total
	Até 35 anos	De 36 a 55 anos	De 56 em diante	
Analfabeto	0	0	2	10%
Até o primário	0	0	5	25%
1º grau completo	0	4	0	20%
Médio completo	9			45%
Outros	-	-	-	100%

Fonte: elaboração própria.

Sobre a experiência com a escola formal, nos falaram os trabalhadores do mar:

Eu não estudei não moça! Porque papai precisava de ajuda na jangada... e pra acabar de dar de comer aos meus irmãos tinha que ajudar ele né? Aí minha escola tive que abandonar mesmo (João Nojosa, Mestre de jangada do Iguape, 77 anos, 2023).

Eu não fui pra escola feito os outros porque tive que trabalhar mais meu pai, a família era grande né moça? E eu ainda ajudava no roçado que nem os meus irmãos, aí não dava pra tá na escola não! (José Candeeiro, mestre de jangada no Iguape, 76 anos, 2023).

Bem como destacaram Seu João e José, os outros cinco trabalhadores que alcançaram o *primário* na escola formal também mencionaram que, devido as dificuldades financeiras da época no seio doméstico, foram mobilizados a ocupar funções como membros da tripulação de

seus familiares de maneira precoce. Assim, a socialização dos jangadeiros do Iguape ganhou um grau de expressividade quando analisamos o tempo quantitativo de vida dedicada ao mar, pois eles enfatizaram ter sido ainda na primeira infância que iniciaram nas atividades pesqueiras, cenário partilhado por todos os entrevistados.

Se, por um lado, parte dos pescadores entrevistados destacaram o distanciamento da escola devido as dificuldades de seus familiares em realizar a manutenção das obrigações domésticas, por outro, os jovens tenderam a enfatizar os significados das interações escolares em sua vida. Na perspectiva destes, foi desafiador ocupar a escola formal como queriam seus pais, principalmente, pela ausência de sentidos similares aqueles provocados pela pesca artesanal. Sobre essa realidade, nos falaram os pescadores:

Eu terminei o ensino médio porque minha mãe peijou em mim! Porque eu num vou mentir não moça, eu não gostava da escola não! Não tinha aquele sentido entendeu? E no mar eu já conhecia as coisas né? Já tinha feito meu corpo... aí como que o cara vai deixar de tá onde conhece tudo, sente aquela coisa quando entra no mar entendeu? É difícil explicar direito mesmo, mas eu fui pra escola assim nesse empurra né? (Erivaldo, mestre de jangada no Iguape, 27 anos, 2024).

Pense num negócio que eu fui abusado foi a escola moça! Eu ia aí levava o caderno na bolsa e estudava, mas não era pra ficar pensando em curso, faculdade, essas coisa entendeu? A escola que eu conhecia de melhor era o mar, porque eu já tinha aquele conhecimento entendeu? Mas minha mãe queria porque queria que eu fosse pra outros cantos estudar, e eu terminei essa escola daqui de perto de casa, pensando já em terminar o 3º ano pra ir de vez pro mar! (Tobias, mestre de jangada no Iguape, 28 anos, 2024).

Os relatos de Tobias e Erivaldo entram em diálogo comum com as narrativas postas pelos outros trabalhadores do mar, pois ambos mencionaram o distanciamento da escola formal devido essa ausência de “sentido” para eles. Nesse sentido, é possível compreendermos que, para os pescadores, o espaço escolar não alcançava os valores simbólicos confeccionados no território, e, por essa razão, não tinha significado expressivo se propor a continuar imerso em algo que “aquele corpo desconhecia” ou, melhor dizendo, que não havia sentido de se apropriar para (re)produzir, diferentemente dos saberes pesqueiros.

Em geral, o distanciamento da escola enquanto formal de aprendizado não se reduz a uma realidade da comunidade do Iguape, tal cenário se faz presente em outras localidades, como apontam os estudos da pesquisadora Tânia Olinda Lima (2018) ao se debruçar sobre o fenômeno da continuidade desse trabalho pesqueiro na comunidade artesanal de Rondônia. Em diálogo com as reflexões propostas por esta autora, temos o estudo de caso discutido por Juliano Spyer (2018), ao tratar da comunidade de Balduíno, no litoral da Bahia.

O fragmento de relato a seguir trata da biografia de Jorge, pescador artesanal e morador

da comunidade de Balduíno. Segundo Spyer (2018):

Jorge cresceu apanhando violentamente de sua mãe. Uma das razões pelas quais ela o punia era por sua insistência em se identificar como um pescador, um rótulo que sua mãe detestava. Para ela, ser um pescador era sinônimo de um tipo de pessoa (negra), primitiva e atrasada; a percepção que expressava era a de que um pescador não prospera na vida. Ela queria que o Jorge dissesse, em vez disso, que era um pedreiro; esta era, para ela, uma profissão interessante e promissora, já que implicava em ganhar dinheiro (algo que a pesca não proporcionava antes do turismo) e oferecia a perspectiva de prosperidade e de se tornar alguém relevante no povoado (Spyer, 2018, p. 63).

Segundo Tania Lima (2018), o cenário de desaprovação encontrado na experiência de Jorge encontra similitude nas vivências partilhadas entre os pescadores de Rondônia. Acontece que, em ambas comunidades, a realidade de trabalho tem se tornado cada vez mais árdua, principalmente, devido ao fator da degradação ambiental dos territórios (Lima, 2018). Diante de tais condições, Juliano Spyer (2018) dialoga com a autora ao mencionar que a reprovação pela continuidade dessa atividade transforma-se em algo comum, mesmo em casos que os familiares tenham uma larga experiência na pescaria, pois, diante da ausência de políticas públicas para essa classe de trabalhadores, é recorrente que os familiares não enxerguem caminhos positivos para o ingresso de seus descendentes (Spyer, 2018).

O caso de Jorge, pescador da comunidade de Balduíno, na Bahia, aproxima-se dos jangadeiros jovens do Iguape. Há casos em que os agentes chegam a terminar o ensino médio, mas também existem outros que realmente chegam a largar a formação escolar devido ao distanciamento desses espaços. Por essa razão, é compreensível quando Tobias enfatiza “a escola que eu conhecia era o mar”, porque, diante de uma imersão cotidiana na cadeia de saberes artesanais com aquele território, como um outro espaço conseguiria alcançar os valores aprendidos ali?

Sob essa perspectiva, damos ênfase as práticas do saber e do fazer destacadas no quadro (figura 2) porque essas convenções foram enfatizadas pelos *jangadeiros* como algo que oferece amplitude aos seus saberes pesqueiros. Principalmente, porque os *mestres* para fortalecer os processos de pertencimento a tal tradição artesanal no Iguape, se valem de critérios específicos inerentes a cada uma dessas *experiências* para (re)produzir a organização social dos botes.

Tanto as práticas articuladas no território *seco* como as (re)produzidas no *molhado*, compreendem *experiências* sofisticadas para o ofício de ser *jangadeiro*, isso porque nessa rede de cenários ambos trabalhadores estão constantemente sendo socializados em prol do fortalecimento de uma *identidade marítima*. Sendo esta atravessada por relações de disputa, pois como vimos no capítulo II, o corpo desses homens atravessa muitas adversidades para fins

de apropriação do saber, assim como, está submerso em hierarquias bem demarcadas na organização dos botes, que visa justamente a manutenção desses processos pesqueiros.

As práticas pesqueiras do *Seco*

Durante os relatos dos pescadores, com frequência, foi mencionado que a inserção deles na pescaria antecedia qualquer prática de teor técnico. Antes mesmo da condição de “menino nadador” no território, eles já se encontravam no movimento da inserção artesanal. Isso porque, segundo os pescadores, muitas vezes o ingresso na pescaria começou através da “brincadeira”, sendo o imaginário social confeccionado a partir das ações de fantasia, algo que, mais tarde, ganharia forma e condições de expressão.

Sobre o papel da brincadeira na confecção do imaginário pesqueiro, nos falaram os jangadeiros do Iguape:

A pesca foi uma coisa que eu comecei na brincadeira entendeu? Por meninagem mesmo, pegava a embarcação de brinquedo que meu pai me deu e ficava ali onde a onda se quebrava, agora você veja que coisa engraçada né? Eu empurrava o bote de brinquedo na onda do mar, mas hoje já não tenho mais corpo pra fazer isso com a grande né? Mas foi assim mesmo, de tanto brincar eu entrei na lida do mar! (César, mestre de jangada no Iguape, 57 anos, 2023).

A gente se juntava era de monte pra brincar na beira da praia... cada um pegava seus pacotes de brinquedo e bora apostar quem era o melhor né? Agora isso pegava de 8h da manhã e a hora passava e o cara nem sentia, a senhora acredita? E essa brincadeira até hoje eu me lembro... foi ali que tudo começou né? De primeiro na de brinquedo, e hoje sou eu que governo a grande! (Adriano, mestre de jangada no Iguape, 36 anos, 2024).

Eu um dia levei foi uma pisa de minha mãe moça, porque pra brincar na praia com os outros na praia, eu fingia que a bacia dela era minha rede... aí um dia furei ela toda de prego, quando minha mãe viu foi bronca! Mas eu gostava era muito de ir brincar com os meninos... ali era tudo filho de pescador! E hoje tem deles que pescam comigo, a brincadeira imitando a vida né? (Francisco, mestre de jangada no Iguape, 25 anos, 2024).

Os relatos dos jangadeiros do Iguape refletem muitas das experiências visuais que tivemos durante as imersões em campo, pois, mesmo os entrevistados recapitulando memórias de travessias já vivenciadas, com frequência, encontramos cenas como as descritas por eles no território. A brincadeira compreende uma prática carregada de significados quando se trata de movimentos de (re)produção desse *ofício marítimo*, principalmente, porque é por meio da fantasia que o imaginário social desses agentes se fortalece e ganha condições de amplitude no cotidiano.

A construção de um imaginário social que antecede a prática de trabalho pesqueiro foi

um tema investigado pelo cientista social Gerson Oliveira Júnior (2006), em suas pesquisas sobre os povos Tremembé, do Ceará, pescadores/as indígenas de alto mar, onde o autor abordou como a infância na comunidade configurava um momento de múltiplas experimentações desse universo artesanal.

Sendo as atividades realizadas por eles no cotidiano, práticas formativas que os envolviam indiretamente no trabalho artesanal, justamente por nutrir condições de confecção desse imaginário comum. O qual se fortalecia diariamente e, posteriormente, contribuía para a desenvoltura deles na pecaria em si, pois semeava memórias coletivas de um universo ainda não explorado profissionalmente, mas que ganhava formas por meio da fantasia brincante.

Sobre essas experiências carregadas de significado, nos fala Oliveira (2006):

Desde tenra idade os meninos se habituam a conviver com o mar e com todos os afazeres inerentes à atividade pesqueira. Frequentemente, andam pela praia entre os pescadores, ajudam na hora do desembarque, levando os peixes, as redes, anzóis, linhas ou qualquer outro instrumento que possam carregar (Oliveira, 2006, p. 66).

Parecem realizar o reconhecimento da realidade que os espera. Os menores, aqueles que não vão para a praia sem a companhia de um adulto, levam o mar para dentro de casa, com miniaturas de jangadas feitas com a casca do coco ou pedaços de isopor e partem para pescarias imaginárias, enfrentam peixes invisíveis e capturam cardumes de sonhos. E, seja como for, são nítidas as recordações do aprendizado da pesca, desde a infância. (Oliveira, 2006, p. 67).

Nesse sentido, podemos compreender que, assim como os pescadores de Tremembé, os jangadeiros do Iguape também foram iniciados em atividades atreladas ao cotidiano marítimo na primeira infância por meio da brincadeira (Godoi, 1999; Tassara, 2005). Sendo a prática brincante realizada no ambiente doméstico ou a beira mar, espaços onde o imaginário artesanal encontrou condições de nutrição e essas experiências costuram-se aquelas vivenciadas com os cocos de praia e as regatas, que constroem significados distintos nas trajetórias desses homens do mar (Oliveira, 2006).

Fotografia 18 - Criança brincando a beira mar com sua jangada 1

Fonte: Coleção Marcel Gautherot - Instituto Moreira Salles.

Fotografia 19 - Criança brincando a beira mar com sua jangada 2

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024.

As fotografias destacadas anteriormente foram mobilizadas para dar amplitude as nossas discussões sobre o papel da brincadeira no fortalecimento do imaginário social dos pescadores artesanais. O registro posicionado em primeiro lugar trata-se de uma criança que brincava a beira da praia, a comunidade não foi especificada pelo curador do material, enquanto que a fotografia abaixo, diz respeito ao registro que realizamos durante o trabalho de campo. Numa passagem pela orla da capital cearense, nos deparamos com o pequeno Pedro, de cinco anos, que nos contava que estava fazendo uma “maré” de areia para que sua jangada fosse para o mar.

O mesmo cenário exposto nos registros fotográficos, são articulados no Iguape a partir das corridas de *paquetes*, que são embarcações em miniatura mobilizadas nas praias pelos adultos junto das crianças e adolescentes do território. Assim, a *experiência* brincante

compreende uma das tantas práticas informais responsáveis por iniciar as vivências dos jangadeiros na comunidade, responsável por germinar na memória desses trabalhadores do mar a consciência de si durante o processo de apropriação do território.

Tudo isso nos levou a compreender que todas as ações, inclusive as que foram mobilizadas em prol da fantasia, cumprem um valor pedagógico na confecção do tornar-se jangadeiro e deter um *ofício marítimo*. Pois, elas se atravessam de maneira simultânea no Iguape, sendo desdobradas em práticas ora individuais ou coletivas, mas que culminam no forjar do imaginário social inerente ao saber-fazer dos pescadores.

As danças de *Coco*

O coco, no Iguape, representa uma dança de bastante sincronização entre oralidade e estatura, que conta com a participação de pescadores e pescadoras de distintas gerações para se (re)produzir. A “ginga”, como é chamada a prática de movimentar o corpo em roda, compreende uma performance dinâmica que se desdobra de maneira coletiva entre os moradores do território. Em todo o círculo, há um mestre embolador, este puxa o embalo do coco enquanto os demais se alternam no meio da roda, sempre movimentando os braços, corpo, e, principalmente, os pés para acompanhar o ritmo da brincadeira dançante.

A cena mais comum de ser presenciada aos finais de tarde na praia, são os jangadeiros retornando da pescaria para se juntar as crianças, rendeiras, pescadoras e demais pessoas envolvidas nessa atividade, que tanto se articula a beira mar, quanto nas colônias de pesca. Segundo os nativos, aqueles que tem malemolência para gingar o corpo enquanto dançam coco, encontram mais facilidade para equilibrar o corpo durante os processos de captura em alto mar.

Fotografia 20 - Ensaiaando o coco na Colônia de pesca

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024.

Sobre essa íntima relação estabelecida entre a mobilização do corpo na dança praiana e sua amplitude enquanto meio de sofisticar a *experiência* na pescaria, destacam os pescadores do Iguape:

A brincadeira de coco é muito antiga! Até meu avô dançava aqui acredita? Ele embolou muito o corpo nessa praia... e era ligeiro entendeu? Não podia demorar não senão perdia a passada no corpo na roda né? O camarada que ginga no coco tem corpo pra qualquer coisa né verdade? (Adriano, mestre de jangada no Iguape, 36 anos, 2024).

Eu quando não tinha problema na coluna brincava muito nesse coquinho do Iguape! Era uma brincadeira boa porque se juntava todo mundo... Era pescador, menino, mulher de renda, era todo tipo de gente! E a ginga quem me ensinou foi mestre Raimundo que era meu compadre... Eu pisava maneiro na jangada por conta do coco, porque tinha o equilíbrio né? (Airton, mestre de jangada no Iguape, 63 anos, 2023).

Eu já pelejei mas ainda não peguei o ritmo! É ligeiro demais moça... a pessoa tem que envergar o corpo e bater com o corpo na mesma hora, aí fica difícil né? Tem que ter o corpo forte aí, isso é coisa pra quem usa ticum né? Eles que fizeram essa tradição nas praias e até hoje vinga por aqui né? (Lucas, mestre de jangada no Iguape, 23 anos, 2024).

Através dos relatos dos entrevistados, foi possível compreender que a dança do coco significa, no Iguape, uma prática carregada de tradição e ancestralidade, os mais velhos enfatizam essa memória perante a figura de seus parentes, enquanto os jovens pescadores mencionam a complexidade de se apropriar de tal movimento. Somado a isso, há uma certa diversidade geracional no que se refere a (re)produção simbólica da dança no território, inclusive

demarkando seus traços estéticos, pois, quando Lucas diz que ter o corpo hábil para desenvolver o coco, diz que “é coisa pra quem usa ticum”.

Quando questionamos do que se tratava essa passagem, o mesmo mencionou que os pescadores de jangada usavam uma roupa de tecido simples, que era tingido com árvores de ticum. O pigmento em questão, até hoje, é utilizado para confeccionar tanto os trajes dos dançadores de coco, quanto dos pescadores marítimos, explicitando que há uma íntima relação estética entre as práticas corporais desenvolvidas em prol da dança, mas, em simultâneo, da pescaria também.

Durante a procissão marítima de São Pedro, evento realizado no mês de junho nas comunidades artesanais, foi possível encontrar jangadeiros de vários locais desfilando na orla de Fortaleza com roupas de ticum, ambos se encontram por lá pois a caminhada de embarcações parte da famosa *igreja dos pescadores*. No entanto, esses trajes podem ser identificados em quase todas as comunidades, principalmente, por ser uma vestimenta histórica considerada patrimônio material que resguarda a memória dos trabalhadores do mar.

Fotografia 21 - Os trajes de ticum (memória jangadeira)

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024.

Assim como as *brincadeiras*, *regatas* e as *danças* do coco, há outras práticas carregadas de expressividade pesqueira quando pensamos sobre a (re)produção desse *ofício marítimo* no Iguape. A mais típica e que reúne diversos trabalhadores do mar no território chama-se *entralhada de peixe*. Com frequência, os jovens são levados pelos pais, padrinhos, vizinhos, entre outros membros da comunidade para presenciar os cortes de pescado, essa conduta, que parece espontânea, está submersa em conhecimentos tradicionais.

Principalmente, porque exige não só o conhecimento sobre as espécies que estão sendo capturadas, mas também as minúcias de suas cavidades, espinhas, restrições e ferrões, pois há casos em que o peixe resguarda líquidos venenosos em suas estruturas. Todas essas particularidades são convertidas em saber artesanal, sendo essas *experiências* partilhadas através das socializações a beira mar entre os pescadores, elementos que dão amplitude a transmissão geracional desses modos de ser e saber-fazer *pesqueiro*, qualificando a imersão com os mestres jangadeiros.

A *caiçara*

Diante do que foi apresentado, trataremos agora da *caiçara*, explicitando as práticas do fazer que são organizadas nesses espaços, com o intuito de fortalecer nossas reflexões sobre os processos de transmissão geracional do saber-fazer *pesqueiro* no Iguape. Sobre as especificidades da *caiçara* enquanto um dos espaços formativos no cotidiano dos trabalhadores do mar, Cristiano Ramalho (2017) destaca qual o papel dessas localidades como meios de perpetuação dos modos de vida marítimos:

Embora separadas geograficamente, a *caiçara* e o barco possuem complementaridades enquanto processos de formação e de pedagogia do mundo do trabalho *pesqueiro* artesanal, por serem utilizadas, sobretudo, pelo mesmo grupo de homens. Assim, água e terra, mar e continente, são dois ambientes vinculados e tecidos pelo pertencimento a um ofício, a uma cultura de trabalho artesão (o da pesca artesanal), construindo entre si múltiplas dependências e determinações societárias, visto que a oficina *pesqueira* em terra (a *caiçara*) é a base de reparo e feitura dos equipamentos tecnológicos, dos instrumentos produtivos, espaço das conversas sobre o dia de trabalho, suas avaliações, ponto de encontro; e a oficina marítima (o barco) é o lugar da perícia técnica náutica e, principalmente, de execução da obra da pescaria, do ato, do fazer da pescar (Ramalho, 2017, p. 168).

Nesse sentido, a *caiçara* configura uma *oficina* formativa localizada no espaço terrestre, onde gerações distintas tem a oportunidade de interagir e aprimorar seu conhecimento profissional no trabalho *pesqueiro* (Ramalho, 2017). Na praia do Iguape, os barracões, assim como as *caiçaras*, continuam cumprindo esse papel de lapidação do saber-fazer, fortalecendo, no cotidiano, os complexos atravessado pelo ofício *marítimo* desses homens dedicados ao mar, sendo o cotidiano o berço simultâneo onde tais práticas se confluem quando esses trabalhadores participam das experiências formativas uns dos outros.

Para além de servir como espaço de feitura de equipamentos, socializações de trabalho e confecção dos instrumentos produtivos, como enfatiza o autor, a *caiçara*, no Iguape, também compreende um lugar de dissolução de conflitos. Pois, tradicionalmente, quando há desavenças entre as equipes, é comum que o *mestre* do bote ofereça um escaldado de peixe como forma de compensação de possíveis discordâncias desdobradas nos processos de captura.

O prestígio dado a caldeirada de peixe, como um elemento simbólico fundamental na dissolução de conflitos que são inerentes a pesca marítima, também foi uma realidade encontrada por outros(as) pesquisadores(as), como foi o caso de Simone Maldonado (1986). A autora, ao se debruçar sob os modos de vida dos pescadores de Ponta do Mato, na Paraíba, encontrou a mesma prática sendo (re)produzida entre os trabalhadores do mar da região.

Sobre isso destacou que:

O peixe cozido chama-se *escabeche* e faz-se acompanhar de pirão de farinha de mandioca feito no seu próprio caldo, com muito *adubo* que é um tempero constituído de óleo, vinagre, colorau, leite de coco, cebola, tomate, pimentão e cheiros verdes, tudo cozido junto com o peixe. O prestígio do peixe vai além do seu sabor, tendo a característica de representar a produção na comunidade de pescadores. É ainda o alimento básico da dieta que, por sua vez, faz parte do contexto da identidade do pescador e do seu grupo. (Maldonado, 1986, p. 66 - 67).

Como bem aponta a citação, o processo de feitura da caldeirada de peixe compreende um fenômeno que transcreve os modos de vida dos pescadores artesanais, pois tais atividades culinárias são desenhadas nos territórios pesqueiros como práticas que se realizam não apenas nas caiçaras, como também em alto mar. A comida do praiano passa a ser partilhada em todo retorno de pescaria entre moradores, pescadores, familiares e demais pessoas que ocupam as comunidades.

Ainda sobre isso, encontramos uma poesia intitulada “A forte culinária da praia”, presente na obra “A saga do jangadeiro” (2018), brochura escrita pelo geógrafo e educador José Albino, um pesquisador do município de Cascavel (CE) que se debruçou sobre a poesia cotidiana expressa nos modos de vida dessa categoria de pescadores marítimos. Falar sobre as peixadas que são preparadas na comunidade compreende uma experiência gastronômica bem afetiva aos jangadeiros, pois, todos os pescadores que foram entrevistados nessa pesquisa, mencionaram terem na memória o sabor desse prato, como unidade afetiva das vivências atravessadas no território.

Cenário que também foi destacado pelo pesquisador José Albino, que nos relatou também ter experimentado desse alimento nas travessias da infância desdobradas na comunidade pesqueira em que ele cresceu. Por essa razão, ele deu espaço em seus escritos para tratar da peixada do jangadeiro, como elemento inerente as práticas culturais realizadas nos territórios artesanais.

Nas palavras do autor:

A peixada do praiano, apenas o leite de coco seco no ralo ralando. Sendo espremido entre os dedos, e na panela quente pingando. Entrando logo à fervura, tudo ia cozinhando. E o peixe com o coentro se misturando, e a farinha no prato escaldando. Entre o peixe e a verdura não havia mesa, quem não saísse pescando. De tão bom o paladar logo ia se

alargando (Albino, 2018, p. 56).

Sob essa perspectiva, concordamos com pesquisadora Anna Tsing (2019) quando esta diz que a estética de um território explicita os modos de vida que se desenham naquela localidade. Inclusive, enfatizamos que as especificidades da alimentação degustada pelos agentes daquela comunidade também transcrevem as particularidades dos modos de ser pesqueiros que se forja nesse mesmo lugar. Sendo assim, a peixada do praiano não qualifica somente o sabor de tal iguaria, mas orienta o sentido de muitas das relações sociais que são tecidas no seio do Iguape.

No território pesqueiro em questão, o retorno dos trabalhadores do mar da pescaria sempre é acompanhado de socializações que se desdobram no interior das *caiçaras*. Tradicionalmente, os familiares desses jangadeiros costumam esperar por eles enquanto preparam o peixe de forma escaldada. Prato que passa a ser partilhado entre todos aqueles que transitam pelos barracões nesse momento. Tal fenômeno local passou a ser classificado pelos pescadores como “dia do pirão mexido”, ou seja, este prato compõe a dieta dos jangadeiros tanto em processos de dissolução de conflitos, como também atravessa ritos deles com aqueles que possuem redes afetivas.

Fotografia 22 - “Dia do pirão mexido” Socialização no barracão do Iguape/CE

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2023.

O registro destacado anteriormente foi capturado durante as imersões em campo realizadas na comunidade em questão. A *caiçara*, como bem enfatizado, compreende uma *oficina* formativa por ser esse espaço de socialização artesanal em prol do trabalho pesqueiro, onde se desdobram manutenções técnicas, concertos em peças de captura, entre outras ações. Mas, para além disso, também cumpre esse papel de lugar onde são fortalecidos os laços de reciprocidade e compadrios que são estabelecidos com moradores do território, onde o pirão escaldado imprime a especificidades desses elos.

Fotografia 23 - César consertando jangadas 1

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024.

Fotografia 24 - César consertando jangadas 2

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024.

Não obstante, esses espaços também são utilizados para outras atividades, como podemos evidenciar na fotografia de Seu César, mestre de pesca da comunidade do Iguape, que se utilizava do espaço para realizar manutenções no embarcaçõo do amigo. O que nos leva a considerar que, assim como a *caiçara*, os botes artesanais também são *oficinas* flutuantes dessa rede de processos do saber e do fazer *marítimo*, espaço onde se (re)produzem elos complexos, tecidos ora com a tripulação, mas também com essa natureza imprevisível chamada de alto mar (Maldonado, 1986; Sennett, 2009).

Os entremeios do ofício jangadeiro

O *entalhar* de pescados compreende uma prática tradicional desdobrada que se (re)produz na comunidade. O jangadeiro Gilmarlon, mais conhecido por “Tango” na praia do Iguape, teve a generosidade de nos conceder alguns de seus registros sobre as entalhadas de peixe, destacando o papel dessa prática nos processos comerciais dos pescados. Sobre esse fenômeno, nos falam os jangadeiros:

A gente quando entalha um peixe moça, aprende muita coisa! Ali o camarada sabe qual pedaço serve pra um escaldado, uma fritada, e onde tem o veneno né? As vezes tem peixe que tem o vergão escondido... se o camarada passa a faca em qualquer canto ligeirinho leva uma furada feia na mão. Tem que conhecer mesmo né? Quem tem a experiência já começa entalhando pra os outros vê e fazer também! (João Nojosa, Mestre de jangada do Iguape, 77 anos, 2023).

No dia que peguei um peixe grande levei meu sobrinho mais eu! Depois eu te amostro a foto... um bichão grande, o menino ficou foi alegre... ali eu ensinei ele a entalhar o peixe bem dizer todo, porque aí no dia que for ele fica mais fácil né? (Gilmarlon, mestre de jangada no Iguape, 33 anos, 2024).

Fotografia 25 - O entalhar do peixe 1 - Pescador Gilmarlon Rocha (Iguape/CE)

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024

Fotografia 26 - O entalhar do peixe 2 - Pescador Gilmarlon Rocha (Iguape/CE)

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024.

Sob essa perspectiva, entende-se que, assim como as demais práticas que foram elucidadas, o *entalhar* também compõem a malha de práticas formativas que dão amplitude a sofisticação do saber-fazer dos pescadores do Iguape. Como bem coloca os trabalhadores do mar entrevistados, “em todo lugar se aprende a ser pescador”, porque, de fato, não há uma distinção entre aquilo que foi transmitido em terra ou no mar. Existe uma equivalência de sustentação e ambas acabam se costurando numa só teia simbólica.

Cabe destacar que todas as práticas apresentadas, cada qual a sua maneira, buscam

elevantos processos de autonomia realizados pelos pescadores. Essa perspectiva ganha sustentação através do relato de Gilmarlon, quando este menciona a *experiência* de ter levado o sobrinho, sendo essa conduta pensada no intuito de resguardar a autonomia desse agente. Pois, segundo o tio, se ele também fosse pescador “não passaria por qualquer falta”, pois já saberia como confeccionar uma entalhada de pescado.

Nossa ênfase nesse escrito se assenta em demonstrar que ingressar na pesca, enquanto ofício, compreende uma *experiência* coletiva, sendo tal imersão atravessada por relações sociais e práticas distintas, mas que cumprem um papel formativo impulsionador dentro dos processos de sofisticação desse saber-fazer.

As práticas do *molhado*

Conhecida popularmente na comunidade do Iguape, as *regatas* são corridas públicas realizadas no território pesqueiro, um tipo de competição que mobiliza jangadeiros de todos os bairros de Aquiraz (CE), em prol do prestígio e prêmios financeiros que são articulados por ranking. Cada bote pode conter até 3 pessoas, tendo por objetivo o deslocamento da praia até o ponto demarcado no mar, sendo o vencedor aquele que realizar o mesmo trajeto em tempo recorde.

As corridas embarcações ocorrem em períodos distintos no território cearense, pois cada comunidade realiza essa agenda de maneira autônoma. No entanto, boa parte dessas atividades são organizadas durante o alto verão, pois, segundo os pescadores, são estações de vento brando que contribuem para as corridas. Participar de tais eventos são de suma importância para os jangadeiros, principalmente, devido ao envolvimento técnico, artesão e cultural que o processo de confecção do bote estabelece no preparo para as regatas.

Fotografia 27 - Corrida de Jangada 1

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024.

Fotografia 28 - Corrida de Jangada 2

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024.

Segundo os pescadores da comunidade em questão, ser um “bom corredor” nas *regatas* exige dos trabalhadores do mar conhecimentos técnicos e artesanais duplamente sofisticados, pois, para selecionar os ingredientes das embarcações no intuito de competir, há certa artesanania

que, somente os bons mestres, conseguem alcançar com habilidade. Além disso, foi possível compreender, através dos relatos obtidos, que a cadeia de saberes operados durante a confecção das jangadas amplia a qualidade de apropriação tanto das corporeidades, quanto das tecnologias instrumentalizadas pelos mesmos nos processos de pescaria. Sobre tal realidade, nos falam os pescadores do Iguape:

Não é todo homi desse aí que chega a ser corredor não moça! Porque os conhecimentos são outros, num sabe? Repare, o camarada tem que saber duas vezes mais das madeira que bota na embarcação, o tipo de pano que aguenta a rajada de vento, dos instrumentos que o os ajudantes precisam envergar pra pode fazer a bicha correr... não é só chegar e dizer sou corredor não! (José Candeeiro, mestre de jangada, 76 anos, 2023).

É difícil você ver um mestre de pesca que consegue ser corredor também, isso é coisa pra quem está com o corpo nessa lida a muitos anos... tem que ter a experiência né? Se bem que tem muito menino desse que já corre, a senhora acredita? Mas tem que saber a mesma coisa do pescador só que mais um bocado, a senhora entendeu? (César, mestre de jangada no Iguape, 57 anos, 2023).

Os relatos de Seu José e César explicitam as especificidades das *regatas*, pois, de fato, para acessar as habilidades de corredor, se faz necessário possuir uma *experiência* sofisticada, isso porque o tipo de atividade difere daquela tradicional realizada no território pesqueiro. Se por um lado, a pescaria enquanto processo produtivo se refaz no silêncio a partir de uma corporeidade estratégica, por outro, encontramos nas competições um movimento dinâmico, acelerado e com bastante envolvimento de sons, manifestações coletivas, entre outras formas de vibração desdobradas nas praias.

Fotografia 29 - A chegada da regata – Iguape/CE

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024.

Ainda sobre as habilidades sofisticadas articuladas através da confecção das *regatas*, cabe destacar o engajamento dos jovens pescadores na participação dos processos que envolvem tal competição, pois eles demonstram interesse pela saberes *bionaturais*, técnicos e artesanais que são inerentes a tal atividade. Sobre esse movimento de apropriar-se de conhecimentos que dão amplitude ao saber-fazer pesqueiro, nos falam os trabalhadores do mar em Iguape:

Eu já corri nas regatas daqui ano passado, agora quando não tô pescando venho catucar numa peça da jangada que serve pra corrida, entendeu? Que é pra já ir conhecendo outras coisas né? Aí eu venho vejo como faz o armador da vela, que é mais alta um pouco do que aquela da pescaria... e assim vai, toda vez é uma coisa nova que a gente vai tendo experiência. Se Deus quiser, na próxima se eu tiver bom já posso governar o barco na corrida né? Quem sabe (Tobias, mestre de jangada no Iguape, 28 anos 2024).

Eu já sei correr! Agora isso não começou de agora não moça... foi tempo pra aprender a mestrar no mar e vir correr aqui, porque os conhecimentos são outros entendeu? O camarada tá tudo dentro d'água mas precisa melhorar a experiência não é verdade? (Gilmarlon, mestre de jangada no Iguape, 33 anos, 2024).

Através das falas de Seu Tobias e Gilmarlon, foi possível compreendermos o grau de

complexidade existente nos processos de apropriação desse saber inerente a *regata*, como uma espécie de teia mais dinâmica dentro do cerne artesanal de conhecimentos. Enquanto que, pela lente dos jovens pescadores, essa realidade compreende um cenário dinâmico, porém cotidiano, realidade na qual eles buscam se aprimorar para dar continuidade a (re)produção de tais práticas, que, embora parecem heterogêneas, acabam sendo espaços de amplitude para esse complexo *ofício marítimo*, que encontra na consciência e no corpo deles formas de imprimir sua manutenção.

Sobre esse papel do corpo e imaginário pesqueiro como elemento essencial aos ritos de iniciação, maturação e desenvolvimento do trabalho na pesca artesanal, diz Cristiano Ramalho:

Fazer-se pescador é, gradativamente, adquirir consciência cada vez mais sofisticada do próprio corpo, de suas possibilidades de aprimoramento, de autocriação. O refinamento cognitivo conecta-se ao próprio refinamento sensitivo, e este àquele – saber sensível que é, ao mesmo tempo, saber intelectual, imaginativo, embora singularidades entre eles sobrevivam sem se opor. Na realidade, tais saberes celebram aproximações e são indissolúveis, o corpo é o território sobre o qual ele se torna pescador, sendo inescapável aos homens que voltam seu trabalho para o setor pesqueiro (Ramalho, 2011, p. 317).

Em comum diálogo com a citação destacada anteriormente, enfatizamos que as *regatas* cumprem um papel formativo fundamental no território pesqueiro, pois essas corridas são a materialização dessa cadeia de saberes complexos que são confeccionados de maneira contínua no cotidiano desses trabalhadores. Oferecendo meios dinâmicos de (re)produção dos modos de vida dos jangadeiros, além da capacidade de autocriação do meio, pois encontra diversas interfaces de sofisticação dos processos, técnicas e saberes artesanais que serão mobilizados não só durante as competições, mas também na rotina das pescarias.

Alinhado as *regatas* enquanto experiências formativas, temos outra prática do fazer cotidiano atrelado a pesca marítima que é realizada no seio das comunidades, e que fortalecem o imaginário social dos trabalhadores do mar, além de dar amplitude a consciência desses pescadores sobre o próprio corpo. Sendo a dança do coco as expressões corpóreas realizada por todos os moradores que residem no território pesqueiro do Iguape, uma atividade que atravessa gerações e ocupa, na pesca artesanal, sua marca registrada.

Os botes artesanais

Sobre as especificidades dos *botes* artesanais, nos fala Simone Maldonado (1994):

Este lugar, que nem fica na terra nem fica no mar, é o bote, perpassado por uma hierarquia específica, constituindo-se de pelo menos três elementos: uma forma material junto com os instrumentos de pesca; a tripulação que o ocupa e maneja; e as relações que se estabelecem entre os pescadores durante as jornadas (Maldonado, 1994, p. 62).

Nesse sentido, a jangada configura uma espécie de sociedade particular que flutua em um território carregado de simbolismos, sendo responsável pela (re)produção dos modos de vida pesqueiros e também pelo resplandecer das práticas do saber e do fazer artesanal que amadurecem o ofício marítimo (Nascimento, 2019; Ramalho, 2021). Há uma teia de saberes complexos que são mobilizando durante os processos de captura. Com frequência, os entrevistados mencionavam que “no mar não tem cabelo, se o camarada não souber *mestrar* direito acaba a vida dele e dos outros”. Essa ênfase era sempre recapitulada quando os jangadeiros se davam conta das distâncias percorridas em alto mar.

Principalmente, porque desenhar o *caminho* e os *pesqueiros* quando se está embarcado compreende uma decisão delicada, pois a natureza é um fenômeno imprevisível. E, por essa razão, ter pescadores que desconhecem a complexidade desse território poderia comprometer não só o processo produtivo, mas a expectativa do retorno a comunidade. Nas palavras dos jangadeiros do Iguape:

O caba pra pegar uma jangada dessa e ir pra mar de fora não é brincadeira não essa menina! A gente sai aqui e vai... vai mais ou menos uns 50km ou 60km a dentro! É uma cidade dentro do mar praticamente né? E só vai quem tem a experiência, quem sabe navegar, quem é pescador mesmo porque lá se não souber não volta pra terra né (Daniel, mestre de jangada no Iguape, 41 anos, 2023).

Olhe, tem um ditado que diz assim: no mar não tem cabelo, e lá fora a pessoa tem que ter o dobro de cuidado, se não tiver já sabe né? Por isso não é todo pescador que é bom pra tá lá fora não, é quem tem a lida no sangue mesmo, porque é arriscado demais (Francisco Pacheco, mestre de jangada do Iguape, 55 anos, 2023).

Os relatos de Seu Daniel e Francisco dão amplitude a nossa discussão sobre o papel do *bote* artesanal na (re)produção desses modos de vida dos jangadeiros. Se apropriar do território compreende uma prática cotidiana na comunidade, no entanto, esse deslocamento só é possível devido as jangadas e a *mestrança* desses homens que estabelecem com o espaço indiviso um elo íntimo coberto de abstrações e ricos imprevisíveis. Simone Maldonado (1994) deu ênfase a como a noção de *risco* configura um elemento fundamental para a obediência dos trabalhadores do mar, principalmente, durante os processos de apropriação desse território pesqueiro. Nas palavras da autora:

A tensão inerente ao cruzamento dos dois mundos, as formas com que o *risco* impacta e inspira as culturas pesqueiras, constituem a própria vivência, o modo de presença do pescador. É grande a recorrência de comportamentos rituais, eventos de linguagem em que as sociedades marítimas processam o risco incorporando-o ao seu cálculo e ao seu projeto e sobretudo a tensão entre o igualitarismo cooperante e articulado das pescarias e o individualismo que se retoma ao voltar ao mundo da família e do mercado (Maldonado, 1994, p. 59).

Além disso, no *bote* se realiza também, incorporando-se a ele, a ordem moral que preside a pesca e que se compõe de pactos, acordos, fidelidade, *segredo* e articulação tecnológica. Esta seria outra dimensão do *bote* ainda mais recoberta de elementos simbólicos, do que mesmo a sua representação como família (Maldonado, 1994, p. 77).

Neste sentido, a dimensão do *risco* durante os processos de apropriação e (re)produção do saber-fazer no território é o que condiciona a legitimação da *dominação* exercida pelo *mestre*, porque os demais, diante da possibilidade de perder a vida, são coagidos por uma força abstrata, mas que orienta os acordos comuns da pescaria (Weber, 1972; Maldonado, 1994). Logo, a união enquanto unidade de sustentação das relações sociais estabelecidas entre os pescadores se faz necessária não só para a confecção das redes de trabalho, mas também para a segurança da perpetuação desse *ofício* em espaços de alta periculosidade (Diegues, 2000; Sennett, 2009).

Desta maneira, a *jangada*, enquanto embarcação artesanal deve ser compreendida não só como instrumento de trabalho, mas como *locus* de (re)produção de modo de vida marítimo que encontra no ofício de ser jangadeiro formas de se confeccionar no cotidiano enquanto se aprende tais práticas (Nascimento, 2019). Principalmente, porque, nessa “sociedade flutuante”, os pescadores são desafiados constantemente a confeccionar não só a estrutura do *bote*, criando novas estratégias de manutenção e apropriação do embarcadiço, mas também a si próprios, pois precisarão responder de maneira mais sofisticada a imprevisibilidade desse território marítimo (Pereira, 2017; Monteiro, 2023).

Fotografia 30 - Os preparos da partida para o mar

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024.

Durante a entrevista realizada com o mestre Francisco Pacheco, de 55 anos, o mesmo nos relatou que, sob a jangada, se desdobram, de maneira contínua, ritos de provação do corpo com os pescadores recém inseridos no bote. Segundo o mesmo, a prática mais tradicional para “testar” se o jangadeiro possui boas habilidades seria amarrando a linha de pesca na perna ou virilha do companheiro ao longo do processo produtivo. Se este conseguisse capturar o pescado sem ferimentos, passava a ser visto com prestígio pelos demais.

Um ponto importante sobre isso é que a linha da qual Francisco se refere possui, na sua composição, ingredientes extremamente cortantes, inclusive, este instrumento de trabalho é responsável por boa parte dos ferimentos nas mãos dos trabalhadores do mar. E, apesar desse rito de amarrar a linha em cavidades do corpo daqueles que acabaram de se inserir na tripulação, pode ser compreendido enquanto uma prática bastante intrusiva, a conduta em questão já faz parte da rotina dos processos de inserção e (re)produção do saber-fazer pesqueiro.

Sobre o manuseio desse instrumento na rotina das pescarias, nos falam os jangadeiros do Iguape:

A gente faz assim olhe moça! Amarra a corta na perna do camarada dali mesmo da praia, aí o bote vai gingando no mar né? E o corpo do cabra vai acompanhando... quando o peixe der uma fígada ele tem se tiver mesmo a experiência vai saber a hora de puxar a linha! Aí pra o camarada não sofrer muito com aquela linha na perna a gente pega e

termina de puxar o peixe pra riba da jangada (Antônio Banqueiro, Mestre de Jangada do Iguape, 68 anos, 2023).

Eu até hoje tenho a cicatriz na perna... quer ver? Fica aqui olhe entre a coxa e os quartos da pessoa! Isso foi porque eu tive a força pra pegar o peixe, mas na hora de acabar de batar o danado se mexeu demais e cortou minha perna! Mas eu mostrei que sabia mexer né? Se eu não acabasse o serviço num ficava na jangada, entendeu? (Adriano, mestre de jangada no Iguape, 36 anos, 2024).

Rapaz! Quando eu comecei logo de primeiro na embarcação já fizeram essa arrumação aí comigo, botaram a linha em minha perna e falaram que naquela pescaria quem tomava conta do peixe era eu! Foi aperreio grande viu? Era o peixe se batendo e minha perna só não machucou mais porque eu tava de calça de pano! (Lucas, mestre de jangada no Iguape, 23 anos, 2024).

Os recortes de entrevista destacados anteriormente elucidam uma prática tradicional desenvolvida pelos trabalhadores do mar durante os processos de pescaria, exercício este bem desafiador. Pois, manter o equilíbrio do corpo enquanto tem instrumentos de captura cortantes envolvidos em sua estatura exige desses homens uma sabedoria sofisticada, inclusive sobre a apropriação dos instrumentos de trabalho.

Segundo os jangadeiros, se o camarada souber “gingar” com *experiência*, conseguiria equilibrar a linha de tal maneira que o dano seria reduzido significativamente, mas, mesmo aqueles com preparo sofisticado dos saberes artesanais relatam terem se cortado bastante no início. Assim, a prática de amarrar a linha na perna ou mão durante a pescaria compreende um rito tradicional, que imprime no corpo desses homens as marcas da experimentação dessas fronteiras pesqueiras. Como bem destacaram os entrevistados dessa pesquisa, “as cicatrizes ficaram no corpo” para materializar a memória de tamanha inserção.

Fotografia 31 - A linha de corso e o corpo do pescador 1

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024.

Fotografia 32 - A linha de corso e o corpo do pescador 2

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024.

Sob essa perspectiva, enfatizamos que as *caiçaras* e os *botes* funcionam no Iguape como verdadeiras *oficinas* pesqueiras, que, separadas geograficamente, articulam nesse território parte das *experiências* coletivas que são responsáveis por sofisticar os processos artesanais de tornar-se jangadeiro (Pessanha, 2003; Sennett, 2009). Não obstante, papel formativo desses espaços na trajetória dos pescadores também foi esmiuçado por Gioconda Mussolini (1980), ao investigar os modos de vida dos povos indígenas e caiçaras no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Segundo a pesquisadora, a *caiçara* e os *botes* exercem um processo denominado por *coalescência*, que pode ser percebida na seguinte passagem:

No seu polo urbano, cidades como Niterói, Rio de Janeiro ou Santos, se estendem tentáculos, para o sul e para o norte: "*trawlers*" santistas ou, fluminenses vão arrastar nas águas de Santa Catarina, Rio Grande do Sul ou mesmo nas costas proibidas do Uruguai, em busca do peixe considerado fino ou do camarão, de um lado; do outro, barcos de "pesca de linha", saindo principalmente de Niterói e da baía da Guanabara. (Mussolini, 1980, p. 244).

Enquanto no polo urbano carioca, os "*trawlers*" representam as *oficinas* terrestres, no Iguape, são as *caiçaras* e *barracões* que exercem esse papel. O distanciamento dos barcos pela baía de Guanabara levam os homens do mar a outro tipo de aprendizado, fenômeno que se desdobra em Aquiraz, quando as jangadas partem para o alto mar. São esses dois espaços que orientam o calendário produtivo dos pescadores artesanais, atrelado, obviamente, as outras práticas que destacam ao longo da nossa discussão. Tais relações ganham amplitude a partir das *experiências* distintas que desdobram-se por todo o território (Mussolini, 1980).

Fotografia 33 - Os jovens participando da saída jangadeira

Fonte: Coleção Marcel Gautherot - Instituto Moreira Salles.

A fotografia em destaque faz menção ao rito de saída das jangadas que partem das *caïçaras* rumo ao alto mar, uma prática cotidiana realizada no seio das comunidades pesqueiras, cenário que, tradicionalmente, conta com a participação dos jovens em seus preparos. Seja no processo de empurrar os *botes* em direção à praia, ou no retorno dos embarcações, as *oficinas* formativas exercem coletivamente o movimento de *coalescência* no que se refere a (re)produção do saber-fazer artesanal, principalmente por ampliar a malha de aprendizagens inerentes ao ofício de ser pescador marítimo (Sennett, 2009; Mussolini, 1980).

Diante do exposto, nosso objetivo se assentou em apresentar, de maneira minuciosa, as

práticas e espaços onde, tradicionalmente, são transmitidos os saberes artesanais na comunidade do Iguape. Demonstrando que o engajamento posto nas atividades inerentes a pesca marítima contam com a participação dos jangadeiros de distintas gerações e que tais *experiências* coletivas mobilizam não somente os processos de sofisticação do saber e do fazer pesqueiro, mas o próprio amadurecimento desse imaginário do forjar-se jangadeiro.

Por fim, encerramos o capítulo apontando outras relações sociais que são fundamentais nos processos de sustentação e manutenção dos laços comunitários, por compreender, com base nos relatos dos pescadores, que há elos estabelecidos entre moradores, vizinhos e outros comerciantes locais que exercem um papel simbólico no território. O sentido de relação comunitária utilizado aqui apoia-se naquela expressa em Weber (1994):

Uma relação social "comunitária" só pode ser compreendida dessa maneira, quando e na medida em que a atitude na ação social repousa no sentimento subjetivo dos participantes de pertencer (afetiva ou tradicionalmente) ao mesmo grupo (Weber, 1994, p.25).

Logo, como bem destaca Max Weber (1994), as relações sociais comunitárias, de fato, mobilizam o sentimento de pertença subjetiva daqueles que compõem o mesmo grupo, embora seja importante frisarmos que, no Iguape, há elos que são estabelecidos no território que se estendem, inclusive, aos que não são jangadeiros. A relação de amizade construída entre os trabalhadores do mar com o comerciante Luciano transcreve essa perspectiva. O negociante em questão enfatiza ter atravessado gerações de pescadores artesanais e, mesmo assim, continua participando da organização social que antecede a saída para a pescaria.

Seu Luciano comercializa gêneros alimentícios e aviamentos na praia do Iguape e, todas as vezes que os pescadores precisam comprar a “mistura” para o processo produtivo, vão até sua mercearia e, por lá, eles encontram não somente os produtos, mas também condições simbólicas de fortalecer os laços de confiança com o amigo comerciante. O *rancho*, como é popularmente chamado pelos jangadeiros, compreende a lista de itens que serão utilizados por eles para se alimentar em alto mar. Esse preparo faz parte da organização produtiva da pescaria, pois o esquecimento de qualquer item pode comprometer a permanência desses agentes no território marítimo.

Sobre essa ação racionalizada dentro do cotidiano pesqueiro, nos falam os jangadeiros do Iguape:

O caba quando vai sair pra pescar não é assim não... só chegar e empurrar a jangada, tem que combinar o rancho, os companheiros que vão, a manutenção da embarcação pra vê se tá prestando pra viajar, é muita coisa! A gente quando vai tem que fazer tudo isso (Daniel, mestre de jangada no Iguape, 41 anos, 2023).

Eu mermo faço assim, vejo quem de casa tá em condições de ir mais

eu, porque tem vez que um tá cansado aí é o outro que vai, aí já vou ajeitado do rancho né? A gente passa lá no Luciano e pega um charque, um feijão, um arroz, uma farinha pra pirão né? E tem que lembrar de tudo bem direitinho viu?... se esquecer vai deixar os outros brabo porque sem rancho não faz comida, e ninguém trabalha com fome né? (Francisco Pacheco, mestre de jangada no Iguape, 55 anos, 2023).

A partir dos relatos de Seu Francisco e Daniel foi possível compreender que, por trás de uma “simples” viagem pesqueira, há um conjunto de práticas domésticas e técnicas que sustentam a (re)produção desse trabalho marítimo. Essa conduta disciplinada pode ser compreendida, nas lentes weberianas, como ações com relação a valores, devido a mobilização de toda uma tripulação em prol da garantia da boa pescaria e, em simultâneo, uma ação tradicional, se levarmos em conta que as tripulações são compostas tendo por orientação as redes afetivas de confiança, sejam elas estabelecidas entre parentes biológicos ou não (Weber, 2002).

Fotografia 34 - O jangadeiro preparando a embarcação para pescar

Fonte: Coleção Marcel Gautherot - Instituto Moreira Salles.

No Iguape, a barraca do Seu Luciano, mencionada na fala de Francisco Pacheco, ficou conhecida como “ponto dos jangadeiros” por ser um pequeno comércio localizado ao lado dos barracões de pesca, espaço onde, tradicionalmente, os trabalhadores passam para abastecer suas embarcações com mantimentos, ou, como eles mesmo categorizam, o “rancho do mar”. Durante o trabalho de campo, foi possível entrevistar brevemente esse comerciante, que nos relatou sobre os laços de confiança que estabeleceu com os pescadores marítimos da comunidade.

Sobre os laços de afeto e confiança, nos relatou Seu Luciano:

Faz muitos anos que eu vendo mercadoria nesse Iguape aqui, tá com bem dizer uns 40 anos... tem pescador mesmo que compra a mim desde a época que o avô era vivo, é tempo né essa menina? E eu não troco essa barraquinha por dinheiro nenhum viu? Me acostumei mesmo, eles quando vão pro mar compram aqui, e se tiver sem dinheirinho eu despacho fiado mesmo, e eles me pagam quando chegam de viagem... tem vez que me pagam e ainda me dão peixe, eu como do pirão também aí junto da caiçara... a gente é unido, é como se todo mundo fosse da mesma família, tá entendendo? E eu acho bom viver aqui... nasci e me criei aqui né? (Seu Luciano, comerciante local, 60 anos, 2024).

O relato do comerciante explicita parte dessa cadeia de relações sociais que envolve a comunidade do Iguape, assim como, destaca a tradição da pesca artesanal marítima enquanto uma herança cultural desse território. Ao dar ênfase que havia clientes que compravam seus produtos desde a época da vida do avô, seu Luciano realça a temporalidade desses laços, vínculos de longo prazo carregados de significados que foram construídos socialmente nessa comunidade pesqueira.

Fotografia 35 - Seu Luciano no “ponto dos jangadeiros”

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2023.

A relação de confiabilidade afetiva construída entre Seu Luciano e os jangadeiros do Iguape se expressa nas entrelinhas de seu relato, quando o comerciante diz que, mesmo sem ter o dinheiro de imediato, ele vende seus produtos, porque sabe que, ao retornarem, os pescadores irão arcar com os custos do que foi comprado. A sutileza dessa fala transcreve o estreitamento dos laços sociais estabelecidos entre esses agentes, uma relação nutrida por códigos de confiança, respeito e também reciprocidade, pois, segundo o mesmo, ele também recebe como pagamento espécies capturadas pelos trabalhadores do mar.

Diante disso, compreendemos que a ação social de ir para o mar enquanto prática cotidiana inerente a pesca marítima representa uma conduta sustentada por uma organização social particular, que está submersa em relações sociais complexas. Não somente por mobilizar os elos destacados anteriormente, mas por explicitar que, no território, os laços de pertença e confiança são estendidos, inclusive, para aqueles que não exercem a produção da pescaria, mas que estão atravessadas de maneira interdependente por tal ofício.

Durante nossas entrevistas, com frequência, era comum que os pescadores nos relatassem a existência de um elo profundo estabelecido entre eles e o território, sendo o mar e

suas biografias projetos quase que indissociáveis. O mar, enquanto espaço indiviso, exerce um papel formativo significativo na vida dos jangadeiros do Iguape, principalmente, por ser nesse lugar onde o imaginário artesanal ganha maior amplitude, seja por meio dos ritos de inserção ou pela (re)produção do ofício nas pescarias cotidianas, razão pela qual os trabalhadores atribuem a ele a dimensão de sagrado.

Sobre esse cenário, nos dizem os pescadores do Iguape:

O mar pra mim abaixo de Deus é minha vida todinha, a gente quando está lá eu digo a senhora, pode acreditar que nós não somos os mesmos homens de terra não, o mar faz a gente outro (Antônio Banqueiro, Mestre de Jangada do Iguape, 68 anos, 2023).

O mar pra mim e pra minha família é um tudo né? é uma fonte de renda, uma fonte de inspiração, aquele mar ali me balançando de noite na jangada, é diferente da vida em terra, sabe? Lá a gente é outro (Adriano, mestre de jangada no Iguape, 36 anos, 2024).

A vida lá fora faz a gente tomar gosto, aí o caba não quer sair mais, o costume né, o mar é mesmo que tudo na minha vida (Lucas, mestre de jangada no Iguape, 23 anos, 2024).

A partir das falas dos jangadeiros, pudemos acessar um quadro variado de dimensões simbólicas sobre o território, sendo este espaço indiviso o lugar de fecundidade no que se refere a transformação do imaginário social desses homens do mar. Sentir-se “outro homem” quando se está embarcado, trata-se de uma experiência complexa desfrutada apenas por aqueles que fazem da pesca marítima seu ofício, como bem destacaram Antônio, Adriano e Lucas ao mencionarem que, no mar, “a vida é outra”.

Tal perspectiva encontra fios de diálogo na produção de Helena Tassara (2006) que, ao se referir aos pescadores marítimos, parte do pressuposto que, no mar, há uma teia de simbolismos que sofisticam o imaginário dos pescadores no cotidiano. Sendo assim, (re)produzir o saber-fazer no território fortalece, simultaneamente, a rede de significados que orientam o sentido das práticas artesanais. Como bem coloca a autora, destaca que os ensinamentos do mar eram tão profundos que transformava a *consciência* e o *corpo* daqueles homens (Tassara, 2006).

Sob essa perspectiva, foi possível compreender, com base na nossa discussão, que a transmissão do saber-fazer artesanal se articula no território por vias distintas, sejam elas confeccionadas nas *caiçaras* e *botes*, ou por meio de práticas do saber e do fazer transversais que qualificam igualmente o processo de inserção dos jangadeiros no ofício marítimo. Sendo a socialização tecida na comunidade do Iguape por gerações mistas, pois há um estreitamento sofisticado entre jovens e mestres no desdobrar da apropriação e (re)produção desse ofício *marítimo*, uma experiência coletiva para todos os moradores desse lugar, pois, de

maneira direta ou não, há elos complexos interdependentes em curso contínuo.

ENCAMINHAMENTOS FINAIS

A presente pesquisa teve por objetivo aprofundar reflexões sobre o ingresso das distintas gerações de jangadeiros no ofício marítimo, sendo a comunidade do Iguape/CE o polo frutífero para a amplitude de nossas discussões. Durante o aprofundamento dos capítulos, explicitamos que esses homens do mar compreendem tal processo como uma experiência coletiva, articulada por relações de parentesco, compadrios e demais elos confeccionados com os moradores do território em questão.

No capítulo I, utilizamos da palavra “*pesqueiro*” para fazer menção ao desenho metodológico mobilizado ao longo da construção dessa pesquisa, pois esta expressão é utilizada pelos jangadeiros da comunidade para referenciar os processos organizacionais e técnicos utilizados por eles para marcar os melhores pontos de produção. Ou seja, sem a demarcação de um bom pesqueiro não se tem processo de captura, na linguagem acadêmica o equivalente a nosso “mapa artesanal” corresponde ao trabalho de campo, porque por meio dele conseguimos capturar elementos necessários para elucidar nossas inquietações.

Em um primeiro momento, partimos dos significados históricos do que seria esse ofício dentro da literatura, as especificidades dessa categoria de trabalhadores marítimos, e a sofisticação do saber-fazer mobilizado por eles a partir das transformações tanto de um processo específico de educação nas confrarias, como também desse bote artesanal chamado de jangada. Afinal, tornar-se um jangadeiro significa igualmente ter sido capaz de se apropriar não só dos saberes inerentes a produção da atividade pesqueira, mas também da confecção e manutenção dos instrumentos que forjam sua (re)produção.

Após esse movimento, também explicito a organização dessa agenda de trabalho, tratando do tipo de relação estabelecida com todos os moradores da comunidade para acessar tal território. Demonstrando que, as decisões e demais articulações que um pesquisador precisa fazer para realizar seu trabalho também são elementos decisivos para o desenvolvimento do estudo.

A partir de tais desdobramentos organizados na apresentação e capítulo I, entramos na problemática que orienta nossa dissertação, *a compreensão dos jangadeiros sobre o processo de tornar-se um trabalhador marítimo na comunidade do Iguape*. Embora esses atores possuam trajetórias distintas, ambos se encontram num denominador comum: a ideia da inserção como experiência coletiva, foi refletindo sobre os significados postos por eles com relação as práticas culturais desenvolvidas no território, que pudemos compreender as tensões existentes nesses

processos de apropriação e (re)produção dos saberes artesanais inerentes a pesca marítima.

Isto porque, segundo os jovens da comunidade os mestres mais velhos do Iguape em seus processos de educação pesqueira, os submeterem a experiência desafiadoras, o que chega para nós diante da profundidade dos relatos deles é que havia tensões específicas na apropriação daquele tipo de ofício. Principalmente, quando analisamos os significados do que seria alcançaram a condição de mestre nesse território, o que nos levou a comparar as experiências dos jangadeiros com o intuito de elucidar as hierarquias que sustentavam essa noção de pertencimento a tradição.

Por essa razão, demos ênfase a dimensão de corpo e das práticas do saber e do fazer pesqueiro articuladas no território pelos jangadeiros, porque são as convenções desenvolvidas no *seco* e no *molhado* as responsáveis por demarcar quem faz parte dessa fronteira da tradição e quem não está contemplado por ela. Principalmente, porque se apropriar dos saberes bionaturais ou das formas técnicas de fazer a pesca marítima, só é possível para aqueles que foram de certa forma socializados por esses mestres de jangada, são eles que selecionam quem tem “o corpo forte” suficientemente para se inserir nesse ofício, e as demais regras impostas a composição das tripulações se utilizam dos mesmos atores para tal articulação.

Logo, a experiência coletiva do ingresso no ofício marítimo é tecida, simultaneamente, à participação dos mestres nesse processo, pois são justamente os atores que alcançaram tal prestígio os responsáveis tanto por instruir a educação pesqueira como por estabelecer os critérios de quem está apto ou não para compor as tripulações. Ou seja, a condição de *mestre* é um lugar de disputa, inclusive de narrativa, pois para os mais velhos os jovens estão saindo da pescaria, mas na verdade eles estão apenas encontrando outras estratégias de se apropriar, que seria a partir da orientação de mestres mais flexíveis.

Sendo as práticas do saber e do fazer estabelecidas no cotidiano, as bases de (re)produção de tal ofício, pois por meio da articulação das convenções do *seco* e *molhado*, o imaginário da pertença ganha fortalecimento e melhores condições de sofisticação do que é ser jangadeiro no Iguape, e como o corpo imprime as marcas dessa tradição. No capítulo III, aprofundamos nossas inquietações sob a transmissão geracional do saber-fazer pesqueiro, demonstrando que o movimento de se tornar jangadeiro desenha-se a em todo o território do Iguape.

Destacando não somente quais eram essas práticas, mas também as experiências das distintas gerações de trabalhadores marítimos dentro dessas atividades, tendo por objetivo conectar a relação do processo identitário de tornar-se jangadeiro com o movimento de apropriação e (re)produção desses saberes artesanais. Enfatizando que para ser jangadeiro, e

alcançar posteriormente a condição de mestre, é preciso atravessar as experiências coletivas inerentes a tal tradição, sendo a dimensão de pertença atravessada por relações hierárquicas, por tensões, mas que confeccionam no cotidiano o imaginário necessário para essa inserção.

Diante do exposto, enfatizamos a importância do campo como a engrenagem de sustentação principal desta pesquisa, principalmente porque, foi mapeando o glossário cotidiano dos jangadeiros, que conseguimos costurar as reflexões que estavam me inquietando. Assim como, foi analisando as práticas culturais desses trabalhadores nas imersões realizadas na comunidade que conseguimos tatear a rede de elos complexos tecidas por muitas mãos no Iguape.

A própria negociação das entrevistas com os pescadores exige muito do(a) pesquisador(a), pois há uma concepção formada deles sobre o que é a Universidade pública e quem são esses “doutores” que vem aplicar questionário com eles e, muitas das vezes, sem qualquer responsabilidade sob a devolução ao grupo alvo do estudo. Foram inúmeras as relações sociais que nos atravessaram, sejam elas condições de gênero, de acesso ao território, entre tantas outras demandas que se desdobram quando fazemos pesquisa científica.

De maneira geral, a imersão na comunidade fortaleceu os fios biográficos que nos mobilizaram até a confecção deste trabalho, pois, foi preciso se deixar inundar por tudo que estava acontecendo no território para, posteriormente, no gabinete doméstico, ser capaz de acessar os significados dos materiais produzidos no Iguape. Assim como os costureiros, pescadores, rendeiras e demais profissionais artesanais do Iguape que realizam, cotidianamente, a manutenção das redes e demais instrumentos inerentes a pesca e, ainda assim, esse processo de sofisticação nunca está findado, somos nós com a presente pesquisa.

Além das imersões em campo, outras experiências obtidas no território fortaleceram nossa imaginação sociológica e, por meio delas, produzimos outras teias de reflexões que serão maturadas na pesquisa de doutoramento. Durante o desenvolvimento da dissertação, tivemos a oportunidade de explorar, junto aos colegas pesquisadores do Instituto de Ciências do Mar (Labomar), da Universidade Federal do Ceará (UFC), localidades que compõem os 30km de extensão litorânea de Aquiraz, sendo Prainha a comunidade pesqueira que detinha mais expressividade no quesito das formas de apropriação e (re)produção do ofício marítimo dos jangadeiros.

Os jovens e os mestres pescadores da região possuem laços afetivos estreitos, sendo a intimidade profissional deles a base de sustentação do ofício artesanal, principalmente, por esta área sofrer impactos contínuos na esfera da especulação imobiliária, que, segundo os moradores, tal fenômeno vem se alargando cada vez com mais força. Em Prainha, os jovens pescadores

têm se apropriado de novas técnicas artesanais para (re)produzir o ofício marítimo. No entanto, ambos continuam se utilizando das formas tradicionais de produção e conseguem, por meio dessa costura entre o “tradicional e o moderno”, sofisticar ainda mais a atividade, dando seguimento a pescaria no território.

Tal realidade provoca certos conflitos geracionais, pois os mestres jangadeiros compreendem esse movimento como se os jovens estivessem “acabando” com o trabalho, sendo esse argumento utilizado para justificar outras situações específicas que se desdobram na comunidade em questão. O que distancia Prainha de Iguape, no quesito da estética territorial, é a expressividade da especulação imobiliária, pois, em Iguape, as casas de alvenaria desenhadas não só seu território, como também elucidam a resistência de elos complexos de confiança que são estabelecidos nesse meio.

Enquanto na outra comunidade, a realidade está atravessada por conflitos que se materializam no projeto predatório de se apropriar do território tradicional para construção de grandes empreendimentos, afastando, assim, os jangadeiros da praia. Tal realidade, oferece um quadro de experiência distintas para os pescadores dessas regiões, mas algo que chamou nossa atenção foram as técnicas com as quais os trabalhadores tem se debruçado para (re)produzir seus modos de vida. Em Prainha e em Iguape, os jovens se utilizam do sistema posicionamento global (GPS) para a marcação dos pesqueiros.

Somado a isso, ambos mobilizam uma técnica chamada *Ikejimê*, instrumentalizada durante os processos de captura do pescado, assim como, operam jangadas estruturadas a partir da fibra de titânio, instrumento que modifica as condições de impermeabilidade no mar. O uso de tais técnicas na (re)produção dessa cultura marítima tem provocado conflitos entre distintas gerações de pescadores em ambas comunidades, pois, como mencionado anteriormente, os mais velhos acreditam que isso poderia ameaçar a tradicionalidade inerente ao ofício dos jangadeiros. Tal cenário será a base de sustentação das nossas inquietações, por compreender que essa teia geracional ainda tem muitos elementos a serem aprofundados, principalmente, em relação a continuidade desse ofício artesanal.

Como os mestres jangadeiros de Prainha e Iguape tem desenvolvido tradicionalmente a pesca marítima em seu território? Como as técnicas mobilizadas pelos jovens pescadores atravessam a (re)produção do ofício artesanal? Os processos de transmissão e (re)produção da ofício marítimo são afetados pelo uso de instrumentos e técnicas distintas na pescaria? Essas são algumas das reflexões que nos atravessaram a partir das imersões realizadas nos territórios em questão. Os conflitos geracionais são uma realidade comum nas comunidades pesqueiras, pois, como vimos nesta pesquisa, há hierarquias bem demarcadas na organização social desse

ofício. No entanto, a partir da inserção de novas técnicas de apropriação praticadas pelos jovens jangadeiros, elevaram-se os atravessamentos dessa experiência. Tal cenário nos levou a repensar sobre os processos de (re)produção do ofício marítimo, pois, se esses modos de vida desenham sua existência no solo nacional a mais de quatro séculos, falar sobre técnica, corpo e (re)produção possui valor expressivo para nós.

Principalmente, porque nos mobiliza a repensar sobre as estratégias que foram conservadas pelos mestres para continuar (re)produzindo essa cultura pesqueira e se, realmente, há uma saída dos trabalhadores dessa atividade ou se essa narrativa está atravessada por outros elementos. Sob essa perspectiva, as inquietações que pretendemos nos debruçar no doutorado tratam do aprofundamento das reflexões germinadas nessa dissertação. Se, por um lado, o ingresso e a transmissão foram, inicialmente, nossa base de sustentação, por outro, iremos aprofundar nossos estudos sob o fenômeno da (re)produção, por compreender que a cultura dos jangadeiros está submersa em experiências dinâmicas, sendo necessário esmiuçar o lugar da técnica na sofisticação desse corpo pesqueiro.

Para compreender as inquietações que orientaram esta pesquisa, foi preciso nos deixar inundar pelas práticas, formas e relações sociais tão afetivas que construímos com os pescadores em Iguape, processo este que demandou tempo e dedicação. Pois o acesso aos trabalhadores do mar não foi algo fácil, principalmente, porque já havia, no imaginário desses pescadores, uma visão bem negativa sobre a conduta dos pesquisadores que provém da Universidade e, devido aos estereótipos e demais percepções, foi necessário articular estratégias que dessem condições deles estabelecerem laços de confiança conosco.

Tal cenário nos provocou a construir produtos que fizessem sentido para aqueles trabalhadores e, por essa razão, construímos junto as pessoas da comunidade do Iguape dois produtos que ultrapassam os muros acadêmicos, embora sirvam para dar amplitude as discussões mobilizadas na Universidade. Através de parcerias coletivas estabelecidas com moradores da comunidade e amigos pesquisadores do Programa de Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS), construímos o filme intitulado *A Jangada de Pedro*³, documentário que faz menção as experiências coletivas dos trabalhadores com relação ao ingresso no ofício marítimo.

O produto em questão foi exibido tanto com os pescadores na festa de São Pedro, quanto

³ Este documentário foi exibido durante a seleção do prêmio Mariza Correia (2024), pelo site do “Jornadas Antropológicas” no seguinte site: <https://jornadasantropologia.wordpress.com/>. Por ter sido convidado a publicação na Revista Proa, o material encontra-se em condição de link privado por exigência do corpo técnico. No entanto, disponibilizamos o link no Youtube para que quando for publicado oficialmente os interessados possam ter acesso ao seu conteúdo. Acesso em: <https://youtu.be/-SHnhgWIRZU>

em eventos científicos de exposição visual, e teve por objetivo devolver, por uma linguagem que fizesse sentido aos trabalhadores do mar, os resultados da pesquisa que foi desenvolvida. Além desse material, foi confeccionado por Ketheleen Vieira e mestre Francisco Pacheco o livro intitulado “Maré”⁴⁴, que trouxe um compilado de elementos inerentes a pesca marítima por meio da poesia, coco, conto e demais formas de expressão.

Este livro teve por intuito registrar a riqueza oral dos pescadores de Iguape, esmiuçando os significados do glossário artesanal mobilizado por eles no cotidiano, sendo toda a proposta gráfica construída a partir dos materiais confeccionados em campo. O nosso interesse em confeccionar esses dois produtos partiu das relações estabelecidas com a comunidade, por compreender que era necessário desmembrar o olhar negativo sobre a pesquisa científica e, para isso, era preciso devolver algo com a mesma sensibilidade das trocas oferecidas pelos trabalhadores do mar.

Tornar-se pescador no Iguape compreende um processo complexo de experiências coletivas que se transcrevem por meio do corpo e, para contar parte dessa história, foi necessário ter o engajamento em ouvir os moradores do território para além da obtenção de entrevistas para essa pesquisa. Por essa razão, desfrutamos do pirão mexido nas caixas, passeamos pela costa de jangada, dançamos o coco praiano, acompanhamos as corridas das regatas em Iguape, assim como, brincamos com os jovens jangadeiros a beira mar. Todas as experiências citadas neste trabalho foram vivenciadas por quem escreve este texto, somente assim se entra na comunidade, de corpo inteiro!

Diante do exposto, enfatizamos o compromisso que tivemos ao longo de toda a pesquisa para construir relações com a comunidade que não fossem predatórias, tendo a responsabilidade de confeccionar, coletivamente, produtos nos quais os jangadeiros sentissem que fizeram parte do processo. Há muitos fios abertos a serem costurados a partir da continuidade de nossas investigações, mas, em simultâneo, podemos esperar das próximas imersões experiências enriquecedoras no território, pois agora o caminho da maré foi tecido de outra maneira.

⁴ O livro está em processo de catalogação de preço pela Editora Multifoco – RJ, por essa razão só estará disponível no site de vendas a partir do dia 20 de março de 2025. Os interessados em adquirir a brochura podem acessar a loja virtual deles a partir da data mencionada. Acesso em: https://www.editoramultifoco.com.br/?srsltid=AfmBOopZd2W8ExUa9rzH90Oib8xpdReb_jsXc3eWCAZaLSpR1FAq8b65.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Laís; MONTERO, Cecília. A sociologia do trabalho na América Latina: paradigmas teóricos e paradigmas produtivos. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 40, 1995, p. 65- 83.
- ABREU, Berenice. **Jangadeiros: Uma corajosa jornada em busca de direitos no Estado novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- ACHESON, James; WILSON, James. Order out of Chaos: The case for Parametric Fisheries Management. **American Anthropologist**, v. 98, n. 3, 1996, p. 579 - 594.
- ADOMILLI, Gianpaolo. Territorialidade e conflito na pesca embarcada: um estudo de caso sobre os pescadores de São José do Norte - RS e suas analogias sobre animais marinhos. *In: Desafios e Perspectivas Antropológicas*. 1. ed. Rio Grande: Editora FURG, 2010, v. 01, p. 213 - 233.
- ALBINO, José. **A saga do jangadeiro**. Fortaleza: Premium Gráfica e Editora, 2018.
- ALENCAR, Edna. **Terra caída: encanto, paisagens e identidades na várzea do médio Solimões, AM**. 2002. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, UnB.
- ALMEIDA, Ana Júlia; MENDES, Francisca; HELD, Maria Sílvia. A tradição em fazer renda de Bilros: Estudos de caso das artesãs da Prainha, Aquiraz – CE. **Revista de Moda, Cultura e Arte, IARA**, São Paulo, v. 4, n. 1, 2011. p. 83 – 110.
- ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Editora Boitempo, 2020. p. 245 - 276.
- APOLIANO, Marcos Luiz; SOARES FILHO, Aldeney.; ASSANO, Gabriel. Caracterização da ictiofauna e da pesca artesanal na praia do Iguape, Aquiraz – Ceará. **Arquivos de Ciências do Mar**, v. 52, n. 2, 2019, p. 24 - 35.
- AQUINO, Marisa Maia de. **Aquiraz, uma relíquia**. Aquiraz, 1996.
- BARREIRO, José. Carlos. **A formação da força de trabalho marítima no Brasil: cultura e cotidiano, tradição e resistência**. v. 1. São Paulo: Editora da UFF, 2010.
- BARTH, Frederick. **Grupos Étnicos e suas Fronteiras** [1969]. *In: POUTIGNAT, Philippe e Jocelyne Streiff-Fenart*. Teorias da etnicidade. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

p. 187- 250.

BARTH, Frederick. **Antropologia e antropólogos: coletâneas e ensaios**. Tradução de Sergio P. S. P. de Souza. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

BARTH, Frederick. **Etnicidade e sociedade**. Tradução de Ivani Fazenda. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2015. p. 244 - 270.

BECKER, Howard. **Truques da escrita: para começar e terminar teses, livros e artigos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

BECKER, Johannes; POHN-LAUGGHAS, Maria; SANTOS, Hermílio. Introduction: Reconstructive biographical research. **Revista Current Sociolog**, v. 71, n. 4, 2023, p. 552 – 566.

BOURDIEU, Pierre. O camponês e seu corpo. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 26, 2006, p. 83- 92.

BRAGA, Miguel Sávio de Carvalho. **Velas do Ceará: Embarcações artesanais do litoral**. Ceará: Editora expressão gráfica, 2021.

BRITTO, Rosyan. **Modernização e tradição: construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo, RJ**. Niterói: Eduff, 1999.

CASTRO E SILVA, Sônia Maria. **Caracterização da pesca artesanal na costa do estado do Ceará**. 2004. 262 f. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2004.

CAVALCANTE, A.W.L.; SOUSA, M.A.; ALBINO, M.J.A. **Descobrimo e Construindo Aquiraz: Conhecimentos de Geografia e História**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.

CARNEIRO, Tatiane Rodrigues. **O turismo e as transformações socioambientais no litoral do Iguape, Aquiraz CE** – Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

CARDOSO, Evanildo Santos. **Análise das condições ambientais do litoral de Iguape e Barro Preto - Aquiraz - Ceará**. 2002. 122 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio

Ambiente) - PRODEMA/ UFC. 2002.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Jangadeiros**. Rio de Janeiro: SAI, 1957.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Jangada: Uma pesquisa etnográfica**. 2ª edição. São Paulo: Global, 2002.

CARDOSO E CARDOSO, Fernando; SOUZA, Jaime Luiz. Viver, aprender e trabalhar: Habitus e socialização de crianças em uma comunidade de pescadores da Amazônia. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 6, n. 1, jan.- abr. 2011, p. 165 - 177.

CARDOSO, Poliana *et al.* O processo de transmissão geracional: Perspectivas de jovens pescadores artesanais. **Mares – Revista de Geografia e Etnociências**, v. 2, n. 1, 2020, p. 73 – 84. Disponível em: <https://revistamares.com.br/index.php/files/article/view/70>.

CLIFFORD, James. A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XXI. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2008.

COHN, Gabriel. **Crítica e Resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber**. São Paulo: Queroz. 1979.

CORDELL, John. **Social Marginality and Sea Tenure in Bahia**. In: Cordell, John. (ed.). *A Sea of Small Boats*. Cambridge: Cultural Survival, 1989.

CUNHA, Lucia Helena. **Entre o mar e a terra: tempo e espaço em Barra da Lagoa - SC**. São Paulo, 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

CUNHA, Lucia Helena. Saberes Patrimoniais Pesqueiros: desenvolvimento e meio ambiente. **Desenvolvimento E Meio Ambiente**, v. 7, 2003, p. 69 – 76.

CUNHA, Lucia Helena. O mundo costeiro: temporalidades, territorialidades, saberes e alternativas. **Desenvolvimento E Meio Ambiente**, n. 20, jul./dez. 2009, p. 59 - 67.

CUNHA, Lucia Helena. “O pescador artesanal na ótica do urbano-industrial.” In: **Revista Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, UFPB – II. Campina Grande, Nº 7, ano 9, vol. 5, jun. 1988.

CUNHA, Lucia Helena. “Tempo natural e tempo mercantil na pesca artesanal.” In: DIEGUES,

Antônio Carlos (org.). **Imagem das águas**. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 101 - 110.

CUNHA, Luiz. Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.

DEPREZ, Maria da Conceição. **O passado e o presente na construção socioambiental da reserva extrativista do batoque, Aquiraz, Ceará**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) UFC, Fortaleza, 2015.

DIEGUES, Antônio Carlos. A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. **Etnográfica**, v. 3, n. 2, 1999, p. 361 - 376.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Pesca e Marginalização no litoral Paulista – SP**. São Paulo, 1973. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, USP.

DIEGUES, Antônio Carlos. **A pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesqueira**. 1. ed. São Paulo: Nupaub-USP, 2004.

DUARTE, Luiz. **As redes do suor: a reprodução social dos trabalhadores da produção de pescado em Jururuju**. Rio de Janeiro: Eduff, 1999.

ENNES, Marcelo; MARCON, Frank. Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, n. 35, 2014, p. 274 - 305.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013.

FILGUEIRAS, Vitor; CAVALCANTE, Sávio. O trabalho no século XXI e o novo adeus à classe trabalhadora. **Revista Princípios**, v. 39, n. 159, 2020 p. 11 - 41.

FORMAN, Shepard. **The raft fishermen: tradition and change in the Brazilian peasant economy**. Indiana: University Press for International Affairs, 1970.

FURTADO, Lourdes. **Currallistas e redeiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará**. Belém: MPEG, 1987.

FURTADO, Lourdes. **Pescadores do rio Amazonas**: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

GARCIA, Narjara *et al.* Educando meninos e meninas: transmissão geracional da pesca artesanal no ambiente familiar. **Psic. da Ed.**, São Paulo, 25, 2º sem. de 2007, p. 93 - 112.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GODOI, Emília Pietrafesa. **O trabalho de memória: Cotidiano e história no sertão do Piauí**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1999.

HEMINGWAY, Ernest. **O velho e o mar**. 48.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

HOBBSAWN, Eric. **Mundos do trabalho**. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 1987.

HOBBSAWN, Eric. **Laboring men: studies in the history of labor**. Nova York: Basic Books, 1964.

INGOLD, Tim. **Estar vivo: Ensaio sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis: Vozes, 2015.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem: A origem do trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e Marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. São Paulo-SP: Companhia Editora Nacional, 1942. 614 p.

LEITE, Lucas Viana. **Pesca Artesanal do Município de Aquiraz Ceará – Monografia** (Departamento de Engenharia de Pesca) Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

LIMA, Tânia *et al.* O. Processo de formação educacional e seus reflexos na atividade pesqueira: a realidade dos pescadores artesanais do Vale Guaporé (RO). **Revista Inter-Ação**, v. 43, 2018, p. 219 – 239.

MALDONADO, Simone. **A caminho das pedras: percepção e utilização do espaço na pesca**

simples. In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). *A imagem das águas*. São Paulo: Hucitec, 2000.

MALDONADO, Simone. **Mestres e mares: espaço e indivisão na pesca marítima**. São Paulo: AnnaBlume, 1994.

MALDONADO, Simone. **Pescadores do mar**. São Paulo: Ática, 1986.

MANESCHY, Maria Cristina. **Uma comunidade pesqueira ameaçada**. Dissertação de Mestrado. Belém: UFPA/NEA, 1988.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo, Hucitec, 1994.

MONTEIRO, Elideth *et al.* Transmissão geracional de mulheres na agricultura familiar e pesca artesanal. **Revista De Gestão E Secretariado**, v. 14, n. 8, 2023, p. 13083–13108.

MOURÃO, Fernando. A. **Os pescadores do litoral sul de São Paulo**. São Paulo: Hucitec/NUPAUB/CEC, 2003.

MUSSOLINI, Gioconda. **Os japoneses e a pesca comercial no litoral norte de São Paulo**. In: MUSSOLINI, Gioconda. *Ensaio de antropologia indígena e caiçara*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 243 - 260.

NASCIMENTO, Evandro. **O lanço, o terço e os quinhões: Reciprocidade e troca na pesca coletiva da tainha na Ilha do Mel**. Curitiba-PR: Editora UFPR, 2019. 120 p.

OLIVEIRA JÚNIOR, G. **O encanto das águas: a relação dos Tremembé com a natureza**. São Paulo, 2003. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

OLIVEIRA, Wilson José. O antropólogo como um “espião”: quando a observação participante põe em “risco” as fronteiras dos grupos estudados. **Revista de. Pós Ci. Soc.** v.7, n.14, jul./dez. 2010.

OLIVEIRA, Wilson José. Redes de confiança, inserção e atuação profissional em partidos políticos no Brasil. **Revista Etnográfica do Centro em Rede de Investigação em Antropologia** - vol. 24 (1) | 2020 dossiê “Merecimiento y lenguajes de la injusticia.”

OLIVEIRA. D. RAMALHO., ROSENFELD. R, C. A sociologia do trabalho e suas interfaces:

trajetórias e tendências atuais. **BIB**, São Paulo, n. 90, 2019 (publicada em setembro de 2019), p. 1 - 28.

PEREIRA, Ana Luísa. **Lutando pela terra e fazendo o morador: identidades e território em uma Vila Pesqueira**. (2017) – Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 179p.

PESSANHA, Elina. **Os companheiros: Trabalho e sociabilidade na pesca de Itaipu**. Rio de Janeiro: Eduff, 2003.

PORTO, Gabriela. **Análise das estratégias de reprodução social dos pescadores do Rio Grande/ RS numa perspectiva do cotidiano, geracional e de gênero**. Trabalho de conclusão de curso – Monografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRS. Porto Alegre, 2010. 46p.

RAMALHO, Cristiano. **“Ah esse povo do mar!”: Um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal Pernambucana**. - São Paulo: Polis: Campinas, SP: CERES (Centro de Estudos Rurais do IFCH – UNICAMP), 2006.

_____. **Embarcações do encantamento**: trabalho sinônimo de arte, estética e liberdade na pesca marítima. São Cristóvão: Editora UFS; Campinas: Ceres – UNICAMP, 2017.

_____. O sentir dos sentidos dos pescadores artesanais. **Revista de Antropologia**, São Paulo, Universidade de São Paulo, USP, 2011

RODRIGUES, Jaime. **No mar e em terra**: História e cultura de trabalhadores escravos e livres – Vol. 2. São Paulo: UNIFESP, 2023.

RODRIGUES, José Mateu. *et al.* **Geociologia das paisagens**: uma visão geossistêmica da análise ambiental. 2ªed. Fortaleza: Edições UFC, 2007.

SANTOS, Milton. **Território e sociedade**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, Quilombos**: Modos e Significados. Brasília: INCTI, 2015.

SENNETT, Richard. **O artífice**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SERENI, Florival. Curral-de-pesca no litoral cearense. **Boletim de Antropologia**, v. 2, nº 1,

1958.

SILVA, Gláucia Oliveira da. **Tudo que tem na terra tem no mar**. Rio de Janeiro: Funarte/Instituto Nacional do Folclore, 1989.

SILVA, Luiz Geraldo. **Caiçaras e jangadeiros**: cultura marítima e modernização no Brasil. São Paulo SP, NUPAUB/USP, 1993. 145 p.

SILVA, Luiz Geraldo. **Os pescadores na história do Brasil** – Colônia dos pescadores, 1988.

SILVA, Luiz Geraldo. A faina a festa e o rito – São Paulo: Editora papiros, 2001. SILVA, L. G. (2020). DE MESTRES JANGADEIROS À COMISSÁRIOS DE PEIXE. *Mares: Revista De Geografia E Etnociências*, 2(1), 109-121.

SILVA, Luiz Geraldo. História e meio ambiente: a pequena pesca marítima no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, 10/11, 1998, p. 219-231.

SILVA, R.M.P. **Avaliação Sócio-econômica do sistema de pesca artesanal do iguape, município de Aquiraz, Estado do Ceará**. 1987. 44f. Monografia (Graduação) - Departamento de Engenharia de Pesca, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1987.

SOUZA, Michele. de. **Análise do Turismo em Aquiraz – Ceará**: Políticas, desenvolvimento e sustentabilidade. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e meio ambiente). UFC, 2005.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SORJ, Bila. O Processo de Trabalho na Indústria: Tendências de Pesquisa. **Revista Brasileira de Informação. Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 53-55, 1983.

_____. Sociologia e Trabalho: Mutações, Encontros e Desencontros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 43, p. 25-34, 2000. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092000000200002>.

SPYER, Juliano. **Mídias Sociais no Brasil emergente**. 1ª Ed. Fortaleza: Editora Armazén da Cultura, 2018.

TASSARA, Helena. **O mar é uma outra terra**. São Paulo: Editora Terra Virgem, 2005.

TIMM, José Ubirajara. “O artesanato pesqueiro: suas origens, adversidades e perspectivas. O enfoque nacional e os aspectos da problemática catarinense.” In: **Revista de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas**, vol. 12. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1977.

TORRES, Flávia Guimarães de Carvalho. **(Re)criando gerações: as juventudes Pankararu**. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

THOMPSON, Edward. **The Making of the English Working Class**. Londres: Gollancz, 1963.

THOMPSON, Edward. **A miséria da teoria: ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TSING, Anna Lowenhaupt. **Viver nas ruínas: paisagens multiespécies do Antropoceno**. Brasília: Editora Mil folhas do IEB, 2019.

WEBER, Florence. **Trabalho fora do trabalho: uma etnografia das percepções**. Tradução: Roberta Ceva. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

WEBER, Max [1972]. **Relações Comunitárias Étnicas**. In: Economia e Sociedade. Brasília: UNB, 1974.

WEBER, Max. **Ensayos sobre sociologia de la religión**. vols. Madri: Taurus, 1984. WEBER, Max. **Conceitos básicos de sociologia**. São Paulo: Centauro, 2002.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. 5 Ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1972.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Vol. 1. 3. Ed. Brasília: UnB, 1994.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Vol. 5. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WOLF, Eric. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

WOORTMANN, Klaas. “**Com parente não se neguceia**”. O campesinato como ordem moral. Anuário antropológico. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1990.

BASE DE DADOS

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. **Painel Unificado do Registro Geral da Atividade Pesqueira**. Base de Dados do Sistema PesqBrasil Pescador e Pescadora Profissional e Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira. 2024.

Disponível em: <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/cadastro-registro-e-monitoramento/painel-unificado-do-registro-geral-da-atividade-pesqueira>. Acesso em: 13 fev. 2024.

BOLETINS

BOLETIM ESTATÍSTICO DA PESCA MARÍTIMA E ESTUÁRIOS DO NORDESTE DO BRASIL 2000. Tamandaré, 2001. 140p. (Mimeografado).

BOLETIM ESTATÍSTICO DA PESCA MARÍTIMA E ESTUÁRIOS DO NORDESTE DO BRASIL 1998. Tamandaré, 1999. 36p. (Mimeografado).

CEPENE-IBAMA. **Boletim estatístico da pesca marítima e estuarina do Nordeste do Brasil – 2006**. Tamandaré-PE: CEPENE/IBAMA, 2006.

IBAMA. **Boletim estatístico da pesca marítima do Estado do Ceará nos anos de 1991 a 1994**. Fortaleza: IBAMA, 1995. 130p. (Mimeografado).

DOCUMENTOS JURÍDICOS

BRASIL. Lei n.º 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 8 fev. 2018. Disponível em: https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/999/1/L11959_pesca.pdf. Acesso em: 08 ago. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ. **Mapa da divisão político-administrativa de Aquiraz**. Disponível em: <https://www.aquiraz.ce.gov.br/omunicipio.php> <Acesso em: 23 de Março de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ. **Aspectos históricos do município de Aquiraz**. Disponível em: <https://www.aquiraz.ce.gov.br/omunicipio.php> <Acesso em: 23 de Março de 2024.